

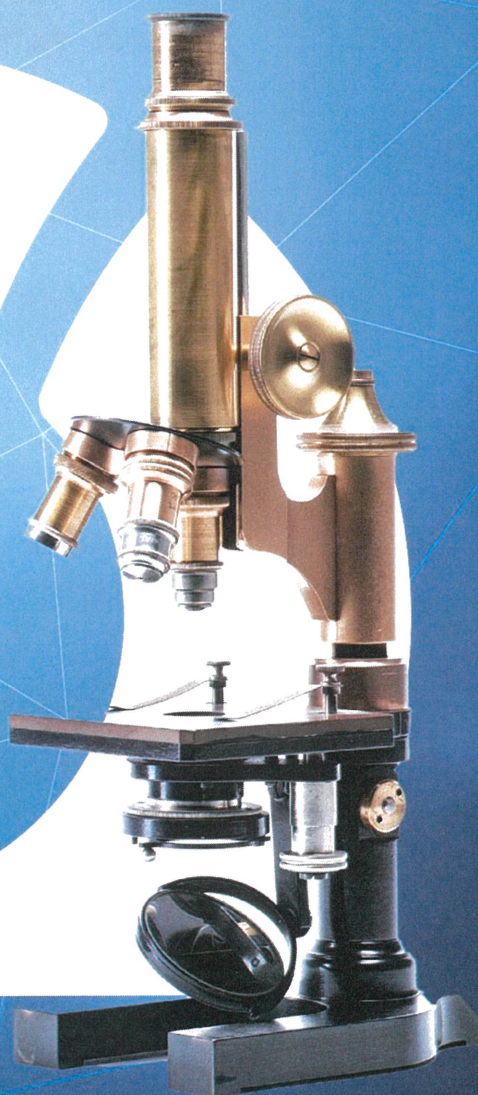
Ana Paula Martins  
Ministra da Saúde

*Aprovo*  
*Ana Paula Martins*

# PLANO DE ATIVIDADES

*2025/04/07*

# 2025



Fernando  
de Almeida

Assinado de forma digital por Fernando de Almeida  
DN: c=PT, title=Presidente do Conselho Diretivo, ou=Conselho Diretivo, o=Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge IP, cn=Fernando de Almeida - -  
Dados: 2025.02.20 17:29:47 Z

Cristina Maria  
Gomes Abreu  
dos Santos

Assinado de forma digital por Cristina Maria Gomes Abreu dos Santos  
DN: c=PT, title=Vogal do Conselho Diretivo, ou=Conselho Diretivo, o=Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge IP, sn=Abreu dos Santos, givenName=Cristina Maria Gomes, cn=Cristina Maria Gomes Abreu dos Santos  
Dados: 2025.02.20 17:30:17 Z

Instituto Nacional de Saúde  
Doutor Ricardo Jorge



## FICHA TÉCNICA

<b>TÍTULO</b>	PLANO DE ATIVIDADES 2025
<b>VERSÃO</b>	2025.2
<b>AUTOR</b>	Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, IP - INSA
<b>COORDENAÇÃO</b>	Presidente do Conselho Diretivo: Fernando de Almeida Vogal do Conselho Diretivo: Cristina Abreu dos Santos
<b>ELABORAÇÃO</b>	Área do Planeamento Estratégico e Desenvolvimento Organizacional: Patrícia Rama
<b>COLABORAÇÃO</b>	Todas as Unidades Orgânicas do INSA
<b>IMAGEM</b>	Área de Comunicação, Marketing e Relações Externas Pedro Sadio / Museu da Saúde Ricardo Cordeiro / Museu da Saúde Rodrigo Jorge / Biblioteca da Saúde
<b>DATA</b>	Fevereiro de 2025

## ÍNDICE

<b>1. NOTA INTRODUTÓRIA.....</b>	<b>1</b>
<b>2. CARACTERIZAÇÃO DO INSA .....</b>	<b>3</b>
2.1. Identidade Institucional e Marcos Históricos .....	3
2.2. Estrutura Interna, Atribuições e Estrutura Orgânica .....	4
2.3. Organograma .....	9
2.4. Participação em Programas de Saúde Prioritários e outros Programas Nacionais.....	11
– Programas de Saúde coordenados pelo INSA .....	12
2.5. Participação em Grupos de Trabalho.....	18
2.6. Parcerias Estratégicas.....	21
2.7. Metodologia de Elaboração do Plano .....	23
2.8. Enquadramento com Planos Superiores Institucionais .....	23
2.9. Instrumentos Estratégicos.....	25
– Análise PESTAL .....	25
– Análise SWOT (Síntese) .....	26
– Análise <i>Stakeholders</i> .....	27
– Mecanismos de Coordenação e Monitorização do Plano .....	29
<b>3. ESTRATÉGIA E OBJETIVOS .....</b>	<b>31</b>
3.1. Objetivos Estratégicos .....	31
3.2. Objetivos Operacionais .....	31
3.3. Articulação e Contributos para as Orientações Estratégicas do Ministério da Saúde....	33
3.4. Medidas Transversais .....	36
3.5. Fundamentação da Melhoria da Proposta sobre o Plano Anterior .....	39
3.6. Quadro de Avaliação e Responsabilização – QUAR .....	40
<b>4. RECURSOS.....</b>	<b>42</b>
4.1. Recursos Humanos.....	42
4.2. Formação Interna .....	45
4.3. Oferta Formativa.....	47
4.4. Recursos Financeiros .....	49
4.5. Recursos Tecnológicos e Sistemas de Informação .....	51
4.6. Área da Qualidade.....	53
<b>5. OPERACIONALIZAÇÃO POR UNIDADE ORGÂNICA .....</b>	<b>55</b>
5.1. Departamento de Alimentação e Nutrição.....	55
5.2. Departamento de Doenças Infeciosas .....	56
5.3. Departamento de Epidemiologia.....	57
5.4. Departamento de Genética Humana .....	58
5.5. Departamento de Promoção da Saúde e Prevenção de Doenças Não Transmissíveis ..	59
5.6. Departamento de Saúde Ambiental .....	60
5.7. Museu da Saúde .....	61
5.8. Laboratório de Análises de Dopagem .....	62
5.9. Direção de Gestão de Recursos Humanos.....	63
5.10. Direção de Gestão de Recursos Financeiros .....	65
5.11. Direção de Gestão de Recursos Técnicos .....	66
5.12. Área da Qualidade.....	67

5.13. Área de Controlo e Auditoria Interna .....	68
5.14. Área de Apoio à Investigação .....	69
5.15. Área de Biblioteca da Saúde .....	70
5.16. Área de Comunicação, <i>Marketing</i> e Relações Externas .....	71
5.17. Setor Jurídico .....	72
5.18. Área de Oferta Formativa .....	73
5.19. Área de Planeamento Estratégico e Desenvolvimento Organizacional .....	74
<b>6. ANEXOS.....</b>	<b>76</b>
6.1. Fichas de Atividades por Unidade Orgânica.....	77
6.1.1. Departamento de Alimentação e Nutrição .....	77
6.1.2. Departamento de Doenças Infecciosas .....	79
6.1.3. Departamento de Epidemiologia .....	83
6.1.4. Departamento de Genética Humana .....	86
6.1.5. Departamento de Promoção da Saúde e Prevenção de Doenças Não Transmissíveis	89
6.1.6. Departamento de Saúde Ambiental .....	92
6.1.7. Museu da Saúde .....	94
6.1.8. Laboratório de Análises de Dopagem .....	95
6.1.9. Direção de Gestão de Recursos Humanos.....	96
6.1.10. Direção de Gestão de Recursos Financeiros .....	98
6.1.11. Direção de Gestão de Recursos Técnicos .....	100
6.1.12. Área da Qualidade.....	102
6.1.13. Área de Controlo e Auditoria Interna .....	103
6.1.14. Área de Apoio à Investigação .....	104
6.1.15. Área da Biblioteca da Saúde .....	105
6.1.16. Área de Comunicação, <i>Marketing</i> e Relações Externas .....	107
6.1.17. Setor Jurídico .....	109
6.1.18. Área de Oferta Formativa .....	110
6.1.19. Área de Planeamento Estratégico e Desenvolvimento Organizacional .....	111
6.2. Mapa de Pessoal .....	112
6.3. Quadro de Avaliação e Responsabilização – QUAR .....	113
6.4. Quadro – Articulação entre Objetivos Estratégicos e Operacionais no QUAR 2025....	118
6.5. Quadro – Alinhamento dos Objetivos do INSA com os Planos Superiores Interinstitucionais .....	119
6.6. Tabela de objetivos e respetivos indicadores de desempenho .....	128
– Harmonização dos instrumentos de planeamento dos serviços e organismos .....	128
6.7. Análise SWOT (Detalhe).....	130
6.8. Plano Anual de Formação .....	132
6.9. Siglas .....	151

## Índice de Tabelas

Tabela 1 – Atribuições das Unidades Orgânicas .....	7
Tabela 2 – Participação em Programas de Saúde Prioritários e outros Programas Nacionais ....	11
Tabela 3 – Matriz da Análise SWOT.....	26
Tabela 4 – Alinhamento entre os OOp–QUAR e as Unidades Orgânicas do INSA responsáveis pela sua execução .....	32
Tabela 5 – Alinhamento PNS 2030 e Objetivos Operacionais do QUAR.....	33
Tabela 6 – Alinhamento Programa do XXIV Governo Constitucional e Objetivos Operacionais do QUAR .....	33
Tabela 7 – Alinhamento Grandes Opções para 2024-2028 e Objetivos Operacionais do QUAR .	34
Tabela 8 – Recursos Humanos por grupo profissional 2020-2025.....	43
Tabela 9 – Dotações orçamentais 2025 .....	49
Tabela 10 – Orçamento de despesa 2025 .....	50

## Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Distribuição por nível de escolaridade 2024 .....	44
Gráfico 2 – Distribuição por escalão etário em 2024.....	45

## Índice de Figuras

Figura 1 – Funções essenciais .....	4
Figura 2 – Organograma .....	9
Figura 3 – Parcerias Estratégicas.....	21
Figura 4 – Stakeholders .....	28
Figura 5 – Objetivos Estratégicos triénio 2024-2026 .....	31
Figura 6 – Distribuição de Recursos Humanos na organização em 2024 .....	44
Figura 7 – Distribuição por género em 2024.....	45



# 1. NOTA INTRODUTÓRIA

O Plano de Atividades do Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge (INSA), para 2025, estabelece e operacionaliza as prioridades de ação e atuação referentes ao Plano Estratégico 2024-2026. Desta forma, reflete os objetivos e compromissos institucionais, enquanto instrumento orientador para as atividades a desenvolver no corrente ano.

O INSA tem-se afirmado como uma instituição de referência na Saúde Pública, designadamente ao nível da investigação, vigilância, observação em saúde, promoção da saúde e prestação de serviços diferenciados, contribuindo para o avanço científico e bem-estar da população. Para 2025, mantém-se o compromisso no desenvolvimento das suas várias áreas de atuação, que incluem a epidemiologia, doenças infecciosas, saúde ambiental, a alimentação e nutrição, genética humana, promoção da saúde e controlo de dopagem.

No rescaldo da evocação do 125.º aniversário da criação do Instituto, projeta-se, neste Plano, a prioridade na atualização e modernização, no rigor científico, no trabalho em equipa multidisciplinar e transversal e na colaboração interinstitucional, bem como no respeito pelos padrões éticos fundamentais, princípios basilares para o reconhecimento da instituição. São reforçadas, ainda, as atividades no âmbito da deteção precoce e preparação para emergências de saúde pública, as atividades enquanto Laboratório Nacional de Referência, a sua participação enquanto laboratório de referência da União Europeia para a saúde pública, bem como a dinamização de projetos e ações de cooperação internacionais, em que se destaca a colaboração e capacitação dos Países Africanos de Expressão Lusófona.

Para o ano de 2025, o desafio da consolidação da integração dos Laboratórios Regionais de Saúde Pública de Aveiro, Braga, Évora, Faro e Leiria é considerado um passo crucial para fortalecer a capacidade laboratorial do INSA e o apoio mais efetivo na vigilância ambiental e de saúde pública, garantindo, não só, a eficiência e a eficácia dos serviços prestados, mas, também, a capacidade de resposta mais "global" aos desafios emergentes.

O INSA irá continuar a projetar o futuro e a trilhar caminhos inovadores, apostando na valorização dos seus recursos humanos, na melhoria das condições de trabalho, infraestruturas e tecnologias, dotando a instituição de meios e recursos para a prossecução dos seus objetivos.

O Presidente do Conselho Diretivo



(Fernando de Almeida)

A Vogal do Conselho Diretivo



(Cristina Abreu Santos)



## 2. CARACTERIZAÇÃO DO INSA

### 2.1. IDENTIDADE INSTITUCIONAL E MARCOS HISTÓRICOS

- **IDENTIDADE INSTITUCIONAL**

O INSA está sustentado numa identidade institucional que se caracteriza pela aplicação de quatro conceitos estratégicos: Missão, Visão, Propósito, Valores e Lema.

#### MISSÃO

[O que fazemos?]



Contribuir para ganhos em saúde pública, enquanto Laboratório do Estado e Laboratório Nacional de Referência

Através de atividades de investigação e desenvolvimento tecnológico, atividade laboratorial de referência, observação da saúde e vigilância epidemiológica, bem como coordenar a avaliação externa da qualidade laboratorial, difundir a cultura científica, fomentar a capacitação e formação e, ainda, assegurar a prestação de serviços diferenciados

#### VISÃO

[Como queremos ser reconhecidos?]



Instituto de referência no sistema de saúde no âmbito da resposta laboratorial diferenciada, da investigação, da observação e vigilância, da inovação e da qualidade, garantindo uma governação de forma sistemática e sustentável, em benefício de toda a população

#### PROPÓSITO

[Porquê da nossa Missão?]



Um compromisso com a saúde das pessoas

## VALORES

[Quais os nossos  
princípios?]



**Rigor científico e Inovação** | Contribuir para o progresso científico e tecnológico, fomentando um ambiente facilitador ao desenvolvimento de soluções inovadoras, baseadas no rigor científico.

**Compromisso e Qualidade** | Assegurar credibilidade na atuação, privilegiando o benefício do cidadão e da sociedade, bem como uma atuação focada na qualidade, na eficiência e na segurança.

**Dedicação e Responsabilidade** | Colocar as capacidades individuais ao serviço da instituição e assumir a responsabilidade no desafio da excelência nas diferentes áreas de atuação.

**Profissionalismo e Colaboração** | Atuar de forma competente, isenta, rigorosa, leal e colaborativa de forma a potenciar as sinergias internas e externas.

## LEMA

[Qual o nosso  
slogan?]



O Instituto Nacional de Referência em Saúde



## ● PRINCIPAIS MARCOS HISTÓRICOS

- 1899** Fundado em 1899, como Instituto Central de Higiene, pelo médico e humanista Ricardo Jorge
- 1929** Em homenagem ao seu fundador, passou a chamar-se Instituto Central de Higiene Dr. Ricardo Jorge.
- 1945** Por reorganização dos Serviços de Assistência Social, é integrado no Ministério do Interior e designado Instituto Superior de Higiene Dr. Ricardo Jorge.
- 1951** Criado o Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge, em substituição do Instituto Superior de Higiene Dr. Ricardo Jorge. O diploma legal, igualmente, determina a integração no Instituto Nacional de Saúde, do Centro Nacional da Gripe, do Centro de Estudos de Paramiloidose e do Instituto de Malariologia dos Serviços de Higiene Rural e Defesa Anti-Sezonática de Águas de Moura.
- Após a “Reforma dos Serviços de Saúde” e com a definição de uma política de saúde para o País, o Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge foi integrado no Ministério da Saúde e Assistência.
- 1954** Criada em 1954 a Delegação do Porto do Instituto Superior de Higiene Dr. Ricardo Jorge, tendo sido seu fundador o Prof. Gonçalves Ferreira.
- 1972** É promulgado pelo Presidente da República o Decreto n.º 35/72, de 31 de janeiro, que aprova o Regulamento Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge (INSA).
- Inauguração do atual edifício-sede do INSA em Lisboa.
- 1973** Criado o Centro de Estudos de Malária e Parasitologia, herdeiro do Instituto de Malariologia (1938), com âmbito e atribuições alargadas em 1987 (Centro de Estudo das Zoonoses e reformulado na década de 90, recebendo a atual denominação de Centro de Estudos de Vetores e Doenças Infecciosas (CEVDI).
- 1993** Publicada orgânica do INSA, que veio dotá-lo de autonomia financeira e cometeu-lhe novas atribuições, como a realização de programas de garantia de qualidade aplicados à prática laboratorial.
- 2006** Solidificados, em Resolução do Conselho de Ministros, os pressupostos orientadores e estruturantes do processo reformador dos laboratórios do Estado.
- 2007** Aprovada e publicada nova Lei orgânica do INSA e que concretiza a potenciação do seu papel na investigação científica e desenvolvimento experimental em ciências da saúde e, em particular, em ciências biomédicas, bem de outras missões, nomeadamente as de laboratório de referência, de observatório nacional de saúde e de prestador de serviços à comunidade.
- De notar que, no sector da formação e difusão da cultura científica, compete ao INSA instalar e gerir o Museu da Saúde.

- É atribuída nova designação à Delegação do Porto, nomeadamente Centro de Saúde Pública Doutor Gonçalves Ferreira - em homenagem ao seu fundador.
- 2007** Instalação e gestão do Museu da Saúde (herdeiro do Museu de Higiene), enquanto instituição do Ministério da Saúde, gerido pelo INSA, com competências patrimoniais a nível nacional, com missão de preservar o património histórico, científico, social, cultural e antropológico da saúde, competindo-lhe o inventário, a classificação e a investigação dos bens patrimoniais e a conservação do património histórico da saúde.
- 2009** Inauguração das novas instalações do Centro de Estudos de Vetores e Doenças Infecciosas Doutor Francisco Cambournac (CEVDI) em Águas de Moura.
- 2011** A aprovação do Plano de Redução e Melhoria da Administração Central do Estado - PREMAC, a par do compromisso eficiência, veio definir as bases para uma nova orgânica do INSA. A atual Lei Orgânica do Ministério da Saúde, definiu para o INSA, numa perspetiva de reestruturação, a missão, as atribuições e o quadro de dirigentes deste Instituto.
- 2012** A 8 de fevereiro de 2012, foi aprovada pelo Decreto-Lei n.º 27/2012, a Lei Orgânica do INSA, definindo-o, quanto à sua natureza, como um instituto público, dotado de autonomia científica, administrativa e financeira, com património próprio, que integra os serviços do Ministério da Saúde sob administração indireta do Estado, estando sujeito à superintendência e tutela do Ministro da Saúde. Esta Lei Orgânica classificou o INSA como laboratório de interesse estratégico nacional, laboratório do Estado no setor da saúde, laboratório nacional de referência e observatório nacional de saúde.
- 2013** A 28 de agosto de 2013 foi publicado o regulamento interno (Regulamento n.º 329/2013), que define a atual organização, funcionamento e disciplina do trabalho na instituição.
- 2016** É atribuído pelo Ministério da Saúde, o espaço-sede do Museu da Saúde, na Colina de Santana, no complexo constituído pelos antigos Serviços de Neurocirurgia.
- 2019** Credenciação do Museu da Saúde, pela Direção-Geral do Património Cultural, como museu da Rede Portuguesa de Museus.
- 2022** No decurso do ano 2022, a lei orgânica do INSA sofreu alterações por força da integração do Laboratório de Análises de Dopagem (LAD). O Decreto-Lei n.º 35/2022, de 20 de maio, procedeu assim à integração do LAD no INSA e, em simultâneo, alterou a Lei n.º 81/2021, de 30 de novembro, que aprova a lei antidopagem no desporto. Esta integração do LAD numa entidade de referência laboratorial consolida os esforços empreendidos por Portugal na luta contra a dopagem, reforçando a imagem do país enquanto Estado defensor da verdade desportiva e garantindo a conformidade do referido Laboratório com a Norma Internacional de Laboratórios da Agência Mundial Antidopagem (WADA).



## 2.2. ESTRUTURA INTERNA, ATRIBUIÇÕES E ESTRUTURA ORGÂNICA

### • ONDE ESTAMOS

<b>LISBOA</b>	Edifício Sede Laboratório de Análises de Dopagem (LAD) Museu da Saúde (MuS)	<b>PORTO</b>	Centro de Saúde Pública Doutor Gonçalves Ferreira (CSPGF)
<b>ÁGUAS DE MOURA</b>	Centro de Estudos de Vetores e Doenças Infecciosas Doutor Francisco Cambournac (CEVDI)		

### • FUNÇÕES ESSENCIAIS

O INSA concretiza a sua missão e atribuições através do desenvolvimento de diversas atividades traduzidas nas seguintes funções essenciais:

Figura 1 – Funções essenciais



## • ATRIBUIÇÕES

As atribuições do INSA estão estabelecidas na Lei Orgânica, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 27/2012, de 8 de fevereiro, alterada pelo Decreto-Lei n.º 35/2022, de 20 de maio, conforme descrito em seguida:

- a) Promover e desenvolver a atividade de investigação científica orientada para as necessidades em saúde pública, procedendo à gestão científica, operacional e financeira dos programas de investigação do setor da saúde pública;
- b) Promover a capacitação de investigadores e técnicos, bem como realizar ações de divulgação da cultura científica, numa perspetiva de saúde em todas as políticas;
- c) Promover, organizar e coordenar programas de avaliação, no âmbito das suas atribuições, nomeadamente na avaliação externa da qualidade laboratorial e colaborar na avaliação da instalação e funcionamento dos laboratórios que exerçam atividade no setor da saúde;
- d) Promover, organizar e coordenar programas de observação em saúde através, nomeadamente, de estudos de monitorização ambiental e biológica (biovigilância) de substâncias potencialmente tóxicas, tendo em vista avaliar a exposição da população ou de grupos populacionais específicos a estas substâncias, realizados para fins de desenvolvimento de planos de prevenção e controlo da doença;
- e) Assegurar o apoio técnico-normativo aos laboratórios de saúde pública;
- f) Prestar assistência diferenciada em genética médica para prevenção e diagnóstico, em serviços laboratoriais;
- g) Planear e executar o programa nacional de diagnóstico precoce;
- h) Colaborar na realização de atividades de vigilância epidemiológica de doenças, transmissíveis e não transmissíveis, e desenvolver ou validar instrumentos de observação em saúde, nomeadamente através de dados laboratoriais, no âmbito de sistemas de informação, designadamente garantindo a produção e divulgação de estatísticas de saúde pública, e promovendo os estudos técnicos necessários, sem prejuízo das atribuições da Direção-Geral da Saúde e da Administração Central do Sistema de Saúde, nesta matéria;
- i) Assegurar a resposta laboratorial em caso de emergência biológica, de origem natural, accidental ou deliberada, sem prejuízo da coordenação da Direção-Geral da Saúde em matéria de resposta apropriada a emergências de saúde pública;
- j) Proceder à monitorização do consumo de aditivos e da exposição da população a contaminantes e outras substâncias potencialmente nocivas presentes nos alimentos, incluindo os ingredientes alimentares cujo nível de ingestão possa colocar em risco a saúde dos consumidores;
- l) Assegurar a recolha, compilação e transmissão à Direção-Geral de Agricultura e Veterinária para efeitos de comunicação à Autoridade Europeia de Segurança Alimentar dos dados analíticos relativos à composição, incluindo contaminantes e outras substâncias químicas, dos géneros alimentícios e alimentos para animais;
- m) Avaliar a execução e resultados das políticas, do Plano Nacional de Saúde e programas de saúde do Ministério da Saúde;
- n) Desenvolver ações de cooperação nacional e internacional, de natureza bilateral ou multilateral, no âmbito das atribuições que prossegue, sem prejuízo das competências

próprias do Ministério dos Negócios Estrangeiros, em articulação com a Direção-Geral da Saúde enquanto entidade responsável pela coordenação das relações internacionais do Ministério da Saúde;

- o) Prestar serviços remunerados, nomeadamente de assessoria científica e técnica, a entidades dos setores público, privado e social, a nível nacional e internacional, nas áreas das suas atribuições;
- p) Instituir prémios científicos e bolsas para a execução de atividades de I&D, como incentivo à formação científica e técnica;
- q) Assegurar a gestão e promoção do Museu da Saúde;
- r) Assegurar a resposta laboratorial de controlo e combate à dopagem no desporto, na qualidade de Laboratório de Análises de Dopagem.

## • ESTRUTURA ORGÂNICA E INTERNA

São órgãos do INSA:

- O **Conselho Diretivo**, órgão responsável pela gestão, planeamento, coordenação e avaliação da atividade do INSA, bem como pela direção dos respetivos serviços, em conformidade com a lei e com as orientações governamentais;
- O **Fiscal Único**, que é designado e que tem as competências previstas na lei-quadro dos institutos públicos;
- O **Conselho de Orientação**, órgão responsável por assegurar a eficaz articulação de vários departamentos governamentais, da comunidade científica e dos setores económicos e sociais, com a atividade do INSA;
- O **Conselho Científico**, órgão responsável pela apreciação e acompanhamento das atividades de investigação científica e de desenvolvimento tecnológico do INSA;
- A **Unidade de Acompanhamento**, que exerce funções de avaliação e de aconselhamento interno, de acordo com os parâmetros definidos pelo Conselho Diretivo do INSA;
- A **Comissão Paritária**, que se pronuncia, a título consultivo, sobre o plano e o relatório anual de atividades do INSA, bem como sobre questões de natureza laboral, designadamente de organização e segurança do trabalho e formação profissional, higiene e segurança no trabalho e ação social.

No quadro que se segue apresentam-se as atribuições dos Departamentos Técnico-Científicos, do Museu da Saúde, do Laboratório de Análises de Dopagem e dos Serviços de Apoio à Investigação, Gestão e Administração, nomeadamente das Direções de Serviço.

Tabela 1 – Atribuições das Unidades Orgânicas

UNIDADES ORGÂNICAS	ATRIBUIÇÕES
<p>DEPARTAMENTO DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (DAN)</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Desenvolve atividades nas áreas da segurança alimentar, toxicologia e avaliação do risco, composição de alimentos, alimentação e nutrição, estilos de vida e impacto na saúde, através de investigação e desenvolvimento, vigilância, referência, prestação de serviços diferenciados, formação, informação e consultoria</li> </ul>
<p>DEPARTAMENTO DE DOENÇAS INFECIOSAS (DDI)</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Desenvolve atividades nas áreas dos diversos agentes microbiológicos e da respetiva imunologia, assegura a resposta laboratorial em emergências de origem biológica e efetua estudos de vetores e doenças infecciosas, integrando o Centro de Estudos de Vetores e Doenças Infecciosas Doutor Francisco Cambournac</li> </ul>
<p>DEPARTAMENTO DE EPIDEMIOLOGIA (DEP)</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Desenvolve atividades nos domínios da epidemiologia e bioestatística aplicadas, incluindo a vigilância epidemiológica e a investigação em cuidados de saúde</li> </ul>
<p>DEPARTAMENTO DE GENÉTICA HUMANA (DGH)</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Desenvolve atividades no domínio dos determinantes genéticos da saúde e da doença, designadamente através de abordagens de índole epidemiológica, clínica, citogenética, bioquímica ou de genética molecular, e garante o planeamento e a execução do programa nacional de diagnóstico precoce</li> </ul>
<p>DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO DA SAÚDE E PREVENÇÃO DE DOENÇAS NÃO TRANSMISSÍVEIS (DPS)</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Desenvolve atividades de investigação e monitorização dos determinantes da saúde e dos fatores de risco e proteção de doenças não transmissíveis bem como de capacitação e literacia em saúde</li> </ul>
<p>DEPARTAMENTO DE SAÚDE AMBIENTAL (DSA)</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Desenvolve atividades na área de interação entre a saúde e o ambiente, nomeadamente, através da realização de estudos de monitorização ambiental e biológica (biovigilância) de substâncias potencialmente tóxicas, tendo em vista avaliar a exposição da população ou de grupos populacionais específicos a estas substâncias</li> </ul>
<p>LABORATÓRIO DE ANÁLISES DE DOPAGEM (LAD)</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Visa consolidar os esforços empreendidos por Portugal na luta contra a dopagem, reforçando a imagem do país enquanto Estado defensor da verdade desportiva e garantindo a conformidade do referido Laboratório com a Norma Internacional de Laboratórios da Agência Mundial Antidopagem (AMA)</li> </ul>
<p>MUSEU DA SAÚDE (MUS)</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Visa preservar a memória dos serviços de saúde, assegurando o registo, inventariação, classificação, conservação, exposição e divulgação do acervo museológico</li> </ul>
<p>DIREÇÃO DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (DGRH)</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Assegura os procedimentos relativos aos setores: de gestão de recursos humanos, que compreende as áreas administrativa, de planeamento, de avaliação de desempenho, de segurança higiene e saúde no trabalho, de arquivo geral e expediente; e o setor de desenvolvimento de recursos humanos, que compreende as áreas, da formação interna e de bolsas</li> </ul>

UNIDADES ORGÂNICAS	ATRIBUIÇÕES
<p>DIREÇÃO DE GESTÃO DE RECURSOS FINANCEIROS (DRF)</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Assegura os procedimentos relativos ao setor de gestão financeira e contabilidade, que compreende a área da tesouraria e a da contabilidade, ao setor do aprovisionamento, património e logística, à área da contratualização e ao setor de gestão e apoio laboratorial</li> </ul>
<p>DIREÇÃO DE GESTÃO DE RECURSOS TÉCNICOS (DRT)</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Assegura os procedimentos relativos ao setor de instalações e equipamentos, que compreende as áreas de instalações e equipamentos e a área de segurança de pessoas e bens, o setor de tecnologias e sistemas de informação</li> </ul>

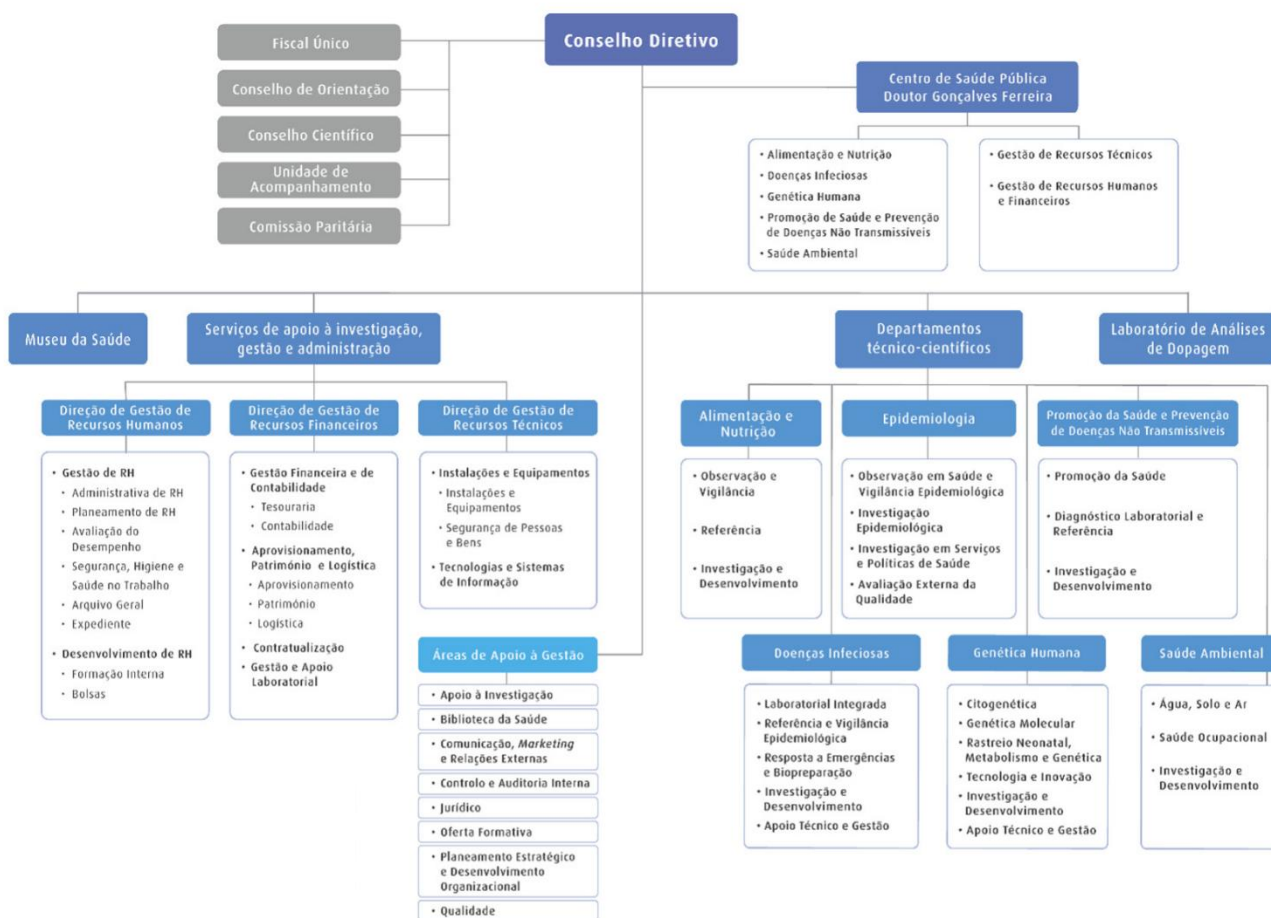
Estão na dependência funcional do Conselho Diretivo as seguintes áreas ou setores de apoio técnico especializado: Apoio à Investigação (GAI); Biblioteca da Saúde (BIBL); Comunicação, Marketing e Relações Externas (CMRE); Controlo e Auditoria Interna (CAI); Oferta Formativa (AOF); Planeamento Estratégico e Desenvolvimento Organizacional (APDO); Qualidade (GQ) e Setor Jurídico (SJ).



## 2.3. ORGANOGRAMA

De acordo com a Lei Orgânica, Decreto-Lei n.º 27/2012, de 08 de fevereiro, os Estatutos aprovados em anexo à Portaria n.º 162/2012, de 22 de maio, o Regulamento n.º 329/2013, publicado no DR II Série n.º 165 de 28 de agosto, os Despachos / Deliberações do Conselho Diretivo do INSA e o Decreto Lei n.º 35/2022, de 20 de maio:

Figura 2 – Organograma





**Instituto Nacional de Saúde  
Doutor Ricardo Jorge**

CSPGF - INSA Porto

(1954-2024)

70 anos de história

## 2.4. PARTICIPAÇÃO EM PROGRAMAS DE SAÚDE PRIORITÁRIOS E OUTROS PROGRAMAS NACIONAIS

O INSA desempenha as atividades que lhe estão incumbidas, enquanto entidade coordenadora ou colaboradora em vários programas de saúde.

Salienta-se que o Instituto **coordena** 3 programas nacionais, conforme identificado infra, desenvolvendo também a coordenação, em consórcio, de um programa. Tem, também, em colaboração com a Direção-Geral da Saúde (DGS), a responsabilidade pela área laboratorial do Programa de Prevenção e Controlo de Infecções e de Resistência aos Antimicrobianos (PPCIRA). **Colabora e contribui**, técnica e cientificamente, para outros 16 programas de saúde, estando envolvidas nessas atividades várias unidades orgânicas deste Instituto, conforme apresentado na tabela seguinte:

Tabela 2 – Participação em Programas de Saúde Prioritários e outros Programas Nacionais

PAPEL DO INSA	PROGRAMAS DE SAÚDE PRIORITÁRIOS E OUTROS PROGRAMAS NACIONAIS
COORDENAÇÃO	Programa Nacional de Avaliação Externa da Qualidade Laboratorial (PNAEQ)
	Programa Nacional do Rastreio Neonatal (PNRN)
	Programa Nacional de Vigilância da Gripe e de outros Vírus Respiratórios (PNVGVR)
COORDENAÇÃO (EM CONSÓRCIO)	Programa de Vigilância Nacional da Paralisia Cerebral (PVNPC)
COORDENAÇÃO LABORATORIAL	Programa de Prevenção e Controlo de Infecções e de Resistência aos Antimicrobianos (PPCIRA)
COLABORAÇÃO	Programa Nacional para a Promoção da Alimentação Saudável (PNPAS)
	Programa Nacional para a Prevenção e Controlo do Tabagismo (PNPCT)
	Programa Nacional para a Diabetes (PNPD)
	Programa Nacional para as Doenças Oncológicas (PNDO)
	Programa Nacional para as Doenças Respiratórias (PNDR)
	Programa Nacional para as Hepatites Virais (PNHV)
	Programa Nacional para as Infecções Sexualmente Transmissíveis e Infecção por VIH (PNISTVIH)
	Programa Nacional para a Tuberculose (PNT)
	Programa Nacional de Vacinação (PNV)

PAPEL DO INSA	PROGRAMAS DE SAÚDE PRIORITÁRIOS E OUTROS PROGRAMAS NACIONAIS
	Programa Nacional de Saúde Infantil e Juvenil (PNSIJ)
	Programa Nacional da Saúde Sexual e Reprodutiva (PNSSR)
	Programa Nacional de Promoção de Saúde Oral (PNPSO)
	Programa Nacional para a Prevenção de Acidentes (PNPA)
	Estratégia Integrada para as Doenças Raras (EIDR)
	Programa Nacional de Eliminação do Sarampo (PNES)
	Programa Nacional de Erradicação da Poliomielite - Plano de Ação Pós-Eliminação

## – PROGRAMAS DE SAÚDE COORDENADOS PELO INSA

- **PROGRAMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO EXTERNA DA QUALIDADE LABORATORIAL**

O Programa Nacional de Avaliação Externa da Qualidade (PNAEQ) promove, organiza e coordena de forma independente, programas de avaliação externa da qualidade (AEQ) de laboratórios/entidades que exerçam atividade no setor da saúde. Implementa, desde 1978, ensaios interlaboratoriais destinados a laboratórios nacionais públicos e privados, assim como internacionais, da área clínica, genética, ambiental, microbiologia de alimentos, microbiologia de águas, anatomia patológica, farmácias, entre outros.



A participação em programas de avaliação externa é um requisito legal e normativo (ISO 17025 e ISO 15189) e permite avaliar o desempenho analítico dos ensaios e a competência dos profissionais, constituindo uma ferramenta imprescindível no controlo da qualidade analítico.

O funcionamento do PNAEQ contempla o envio de amostras controlo de conteúdo não conhecido do participante que deverá ser analisado na rotina laboratorial, de forma à deteção de erros sistemáticos através da comparação dos seus resultados com um padrão e com os resultados de outros laboratórios. Esta avaliação é retrospectiva e independente, pelo que a monitorização do desempenho ao longo do tempo e a implementação de ações corretivas e preventivas permite a harmonização e melhoria dos resultados laboratoriais disponibilizados, contribuindo para um melhor diagnóstico clínico, tratamento e vigilância de doenças, com efeito na saúde das pessoas e da população.

As amostras controlo enviadas são previamente testadas pelo PNAEQ e/ou peritos de modo a garantir o valor alvo das amostras controlo. Um envolvimento mais ativo dos participantes foi conseguido com a solicitação de resposta a questionários, oferta de ações de formação e possibilidade de participação em estudos piloto ao longo dos últimos anos.

O PNAEQ tem mais de 300 participantes nacionais e internacionais, nomeadamente na Europa, África, América do Sul e Ásia e colabora com entidades congéneres, nomeadamente com a Labquality, ECAT Foundation e *UK Health Security Agency* permitindo, ao longo dos anos, disponibilizar um número alargado de programas (cerca de 340), indo ao encontro das necessidades dos laboratórios. Conta com a colaboração de peritos de reconhecida competência de diferentes hospitais, instituições e entidades nacionais e internacionais, que contribuem com emissão de pareceres técnico-científicos e/ou seleção e preparação de amostras, estudos de homogeneidade e estabilidade das amostras controlo, na avaliação do desempenho dos laboratórios participantes e das metodologias utilizadas. O INSA é membro da EQALM (*European Quality Association of Laboratory Medicine*), o que permite a harmonização das práticas entre as entidades organizadoras de programas de AEQ.

Sendo missão desta Unidade a melhoria do desempenho laboratorial com impacto na prestação dos serviços, os objetivos definidos são:

- A monitorização do desempenho dos laboratórios participantes no PNAEQ;
- A organização de reuniões científicas no âmbito da AEQ em colaboração com as entidades congéneres;
- O fomento da cooperação dentro da comunidade lusófona na implementação de programas de avaliação externa da qualidade laboratorial, tendo em conta as prioridades e realidades de cada país.

## • PROGRAMA NACIONAL DO RASTREIO NEONATAL

O Programa Nacional do Rastreio Neonatal (PNRN) teve início em 1979, por iniciativa do Instituto de Genética Médica, e foi integrado no Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge em 2006. Este Programa tem por objetivo diagnosticar, nas primeiras semanas de vida, doenças que, uma vez identificadas, permitam o tratamento precoce que evite a ocorrência de atrasos no desenvolvimento, doença grave irreversível ou a morte da criança.<sup>1</sup>



<sup>1</sup> Despacho 752/2010, de 12 de janeiro

No âmbito deste programa são realizados testes de rastreio neonatal para algumas doenças genéticas, em todos os recém-nascidos com nascença no nosso país, o chamado “teste do pezinho”.

O painel das doenças rastreadas é constituído por 28 patologias: hipotiroidismo congénito, fibrose quística, drepanocitose, 24 doenças hereditárias do metabolismo e atrofia muscular espinal (em fase de estudo-piloto, iniciado em outubro de 2022).

Desde o início do Programa já foram rastreados 4,3 milhões recém-nascidos e identificados 2816 casos positivos. No ano de 2024, foram rastreados 84 631 recém-nascidos. A taxa de cobertura do PNRN mantém-se próxima dos 100% desde 1996, o que constitui um excelente indicador de aceitação da população a este programa nacional de saúde pública.

A Unidade de Rastreio Neonatal, Metabolismo e Genética do Departamento de Genética Humana do INSA é o braço laboratorial do PNRN. Nesta Unidade, para além do rastreio neonatal dos bebés nascidos em Portugal, efetua-se a confirmação bioquímica/enzimática e molecular das patologias rastreadas nos casos identificados e, ainda, mais de 800 outras Doenças Raras.

Os casos positivos que são identificados no PNRN são orientados para os respetivos Centros de Tratamento Nacionais ou Centros de Referência para o Tratamento.<sup>2</sup>

A Atrofia Muscular Espinal (AME) é uma doença neurodegenerativa rara (incidência na Europa de 1:3.900 a 1:16.000), com transmissão autossómica recessiva, e é uma das principais causas de morte por doença genética em crianças com menos de 2 anos. É caracterizada pela progressiva atrofia e fraqueza musculares simétricas e generalizadas. Recentemente foram desenvolvidas várias abordagens terapêuticas de base molecular, que se têm revelado particularmente eficazes quando iniciadas num período pré-sintomático. No sentido de avaliar a possibilidade da sua inclusão no painel de doenças rastreadas do PNRN, foi iniciado em 2022, um estudo piloto que ainda se encontra em curso.

São objetivos do PNRN:

- Avaliação do estudo piloto para o rastreio neonatal da AME para inclusão no painel das doenças sistematicamente rastreadas;
- Continuação da otimização metodológica com vista à redução dos falsos positivos no rastreio das Doenças Hereditárias do Metabolismo;
- Implementação das condições técnico-científicas para dar início em 2025 ao estudo piloto para o rastreio neonatal da Imunodeficiência Combinada Grave, no âmbito do PNRN;
- Atualização do sítio de internet do PNRN, disponibilizando mais informação para os pais e profissionais de saúde.

<sup>2</sup> Despacho 3653/2016, de 11 de março e Despacho 6669/2017, de 2 de agosto

## • PROGRAMA NACIONAL DE VIGILÂNCIA DA GRIPE E OUTROS VÍRUS RESPIRATÓRIOS

O Programa Nacional de Vigilância da Gripe e de outros Vírus Respiratórios (PNVGVR), tem como finalidade a recolha, análise e disseminação da informação sobre a atividade gripal, identificando e caracterizando de forma precoce os vírus da gripe, SARS-CoV-2, vírus sincicial respiratório e outros vírus respiratórios em circulação em cada época. O Programa pretende, também, fazer a identificação de vírus emergentes com potencial pandémico e que constituam um risco para a Saúde Pública, procurando contribuir, desta forma, para a diminuição da morbilidade e mortalidade associada à infeção e suas complicações.



As informações resultantes da vigilância permitem, ainda, a orientação de medidas de prevenção e controlo da doença de forma precisa. O INSA publica um relatório anual que pretende sintetizar e divulgar os resultados obtidos pelo PNVGVR.

No âmbito deste programa, é feito o diagnóstico e caracterização antigénica e genética dos vírus da gripe, SARS-CoV-2 e vírus sincicial respiratório (RSV) em circulação no território nacional, priorizados na vigilância a nível internacional, assim como a identificação e caracterização de outros vírus respiratórios com importante impacto na morbilidade sazonal. Os dados recolhidos contribuem para os estudos da efetividade da vacina contra a gripe e COVID-19, que são partilhados com o Centro Europeu de Prevenção e Controlo das Doenças (ECDC) e com a Organização Mundial de Saúde (OMS), um forte contributo para a vigilância europeia da gripe e para a escolha das estirpes a serem incluídas em cada inverno na vacina contra a gripe.

O PNVGVR assenta em várias redes (Sentinela e não Sentinela) de Cuidados de Saúde Primários, Serviços de Urgência e Hospitais, distribuídos por todo o território nacional, tendo sido formalizado em 2023.<sup>3</sup>

Este Programa integra, desde 2009, a Rede Portuguesa de Laboratórios para o Diagnóstico da Gripe<sup>4</sup>, constituída por laboratórios hospitalares do Serviço Nacional de Saúde (SNS), tendo sido objeto de uma expansão, em 2020, para dar resposta ao diagnóstico da COVID-19. Em 2023, foi atualizado o despacho de formalização desta Rede, de modo a contemplar o alargamento do seu âmbito.<sup>5</sup>

Desde 2014, o PNVGVR integra a componente serológica, realizando anualmente a avaliação da presença de anticorpos contra os vírus da gripe na população portuguesa, em colaboração com Rede Portuguesa de Laboratórios para o Diagnóstico da Gripe. Desde 2011/2012 integra a

<sup>3</sup> Despacho 5909/2023, de 25 de maio

<sup>4</sup> Despacho 16548/2009, de 21 de julho

<sup>5</sup> Despacho 4843/2023, de 21 de abril

vigilância epidemiológica dos casos graves de gripe admitidos em Unidades de Cuidados Intensivos de alguns hospitais. Em 2021/2022 foi implementada a rede de Unidades de Saúde Sentinela (USS) para a vigilância da gripe, SARS-CoV-2 e outros vírus respiratórios a nível nacional através da notificação sistemática (clínica e laboratorial) de casos de infeção respiratória aguda nos cuidados de saúde primários. Procedeu-se, também, à alteração da definição de caso usada na vigilância da gripe, optando-se por uma definição mais sensível de modo a captar casos suspeitos de COVID-19.

Com financiamento do ECDC, foi mantido o sistema de vigilância de infeções respiratórias agudas graves (SARI) e os estudos de monitorização da efetividade da vacina em profissionais de saúde e nos doentes atendidos nos cuidados de saúde primários e internados.

Em 2021, foi criada a Rede Sentinela de Serviços de Pediatria de Vigilância para o RSV, em parceria com a Sociedade Portuguesa de Pediatria, o que permitiu melhorar a vigilância destas infeções.

São objetivos do PNVGVR:

- Reforço e manutenção das Redes Sentinela dos Cuidados de Saúde Primários;
- Reforço e manutenção da Rede Sentinela das SARI;
- Integração eletrónica de informação epidemiológica e clínica dos casos notificados no âmbito do Programa;
- Publicação semanal dos Boletins de Vigilância Epidemiológica da Gripe e outros Vírus Respiratórios, durante todo o ano;
- Envio semanal de dados (epidemiológicos e virológicos) para o sistema de vigilância europeu *TESSy*;
- Participação nas reuniões, em exercícios de formação e avaliações externas da qualidade promovidas pela Rede Europeia de Vigilância das Infeções Respiratórias promovidas pelo ECDC e OMS;
- Participação no grupo de acompanhamento da vacinação;
- Realização de uma reunião anual com os intervenientes no programa de vigilância;
- Publicação anual do relatório de atividades do Programa;
- Participação e resposta ativa às atividades no âmbito da Rede Europeia de Vigilância das infeções respiratórias, Gripe, COVID-19 e outros vírus;
- Realização da vigilância de outros vírus respiratórios, como o vírus sincicial respiratório;
- Diagnóstico e vigilância de vírus de origem zoonótica com potencial pandémico;
- Caracterização dos vírus da gripe, SARS-CoV-2 e RSV em circulação em Portugal.



## 2.5. PARTICIPAÇÃO EM GRUPOS DE TRABALHO

A participação em grupos de trabalho e redes nacionais, europeias e internacionais, constitui prioridade do INSA, visando promover a partilha e atualização de conhecimentos, bem como a divulgação do trabalho desenvolvido na instituição nas áreas da referência, vigilância epidemiológica e investigação em saúde, desenvolvidas pelos seus departamentos técnico-científicos. Promove, ainda, a integração de vários peritos da instituição em grupos de trabalhos específicos e multidisciplinares, contribuindo com o seu conhecimento técnico-científico especializado para a elaboração e atualização de orientações e referenciais técnicos, o desenvolvimento de estratégias e /ou políticas, a elaboração de pareceres e outros instrumentos de apoio à decisão.

O INSA participa ou coordena vários grupos de trabalho, nos quais se prevê o desenvolvimento de atividades no ano de 2025. Pelo elevado número de grupos de trabalho em curso, que envolvem diversos profissionais do Instituto, optou-se por elencar, neste Plano, aqueles de maior relevância estratégica nacional, europeia ou internacional, abrangendo as diferentes áreas de atuação do INSA. Assim, salientam-se os seguintes:

- **Em áreas de atuação transversais:**

- Comissão de Planeamento de Emergência da Saúde estabelecida pelo Despacho N.º 7474/2023, de 18 de julho;
- Advisory Forum, do ECDC;
- Management Board (alternate), do ECDC;
- HERA Board - Health Emergency Preparedness and Response, da Comissão Europeia.

- **Na área das doenças infecciosas:**

- Consórcios internacionais de dois novos Laboratórios de Referência Europeus (EURL) para a Saúde Pública, nomeadamente: EURL para Legionella e EURL para bactérias de alto risco, emergentes e zoonóticas;
- Comissões Técnicas Nacionais relacionadas com intervenções em Saúde Pública, nomeadamente: Comissão Técnica de Vacinação; Comissão Técnica de Vacinação Sazonal; Comissão Nacional para a Tuberculose Multirresistente;
- Consórcios e grupos de trabalho europeus que têm como objetivo a capacitação técnica para diagnóstico, caracterização genómica, monitorização, investigação, preparação e resposta a ameaças de saúde pública atuais e futuras, incluindo um potencial agente "X", nomeadamente: consórcio "DURABLE" e grupos de trabalho EFSA - WGS specific subgroup of the Scientific Network for Zoonoses Monitoring data e Legionella International Typing;
- Iniciativas internacionais ou grupos de peritos no âmbito da biossegurança e bioproteção, que têm como objetivo a investigação rápida e a capacitação laboratorial para a resposta às ameaças biológicas, de origem natural, acidental ou intencional, nomeadamente: o UN Secretary-General's Mechanism for Investigation of Alleged Use of Chemical and Biological

Weapons e o Action Package Prevent 3- Biosafety and Biosecurity da Global Health Security Agenda.

- **Na área da alimentação e nutrição:**

- Nutrition Working Group | EASO (European Association for the Study of Obesity);
- European Network on reducing marketing pressure on children | WHO Europe;
- Creation of Open Access EU Food Composition Database | EuroFIR AISBL;
- Working Group for Monitoring, Eliminating trans fats and Reducing salt | WHO / Resolve to Save Lives (RTSL);
- Working Group of Governmental Experts on Additives | DG SANTE, European Commission;
- European Research Infrastructure on Metrology in food and nutrition (METROFOOD);
- Research Infrastructure Services for Sustainable Aquaculture, Fisheries and the Blue Economy (Aquaserv).

- **Na área da epidemiologia:**

- Equipa de monitorização e intervenção da resposta sazonal em saúde | Ministério da Saúde;
- European Programme of Work - Measurement Framework Working Group | WHO Europe;
- Conselho de Orientação do Sistema Nacional de Informação Geográfica (CO-SNIG) | Direção-Geral do Território;
- Promoção da Investigação em Cuidados de Saúde Primários em Portugal | AICIB - Agência de Investigação Clínica e Inovação Biomédica;
- European mortality monitoring activity (EuroMOMO), relativo à monitorização da mortalidade nos países Europeus | ECDC, WHO Europe, Statens Serum Institut, Denmark.

- **Na área da genética humana:**

- National Mirror Group (NMG) no âmbito do European Joint Programme on Rare Diseases (EJP RD) | INSA, Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) e DGS;
- Comissão Coordenadora do Tratamento das Doenças Lisossomais de Sobrecarga (CCTDLS) | Despacho n.º 10788/2016, de 1 de setembro;
- Grupo de Trabalho Intersectorial para as Doenças Raras | Despacho n.º 5505/2023, de 12 de maio;
- International Society of Paediatric Oncology European Neuroblastoma Research Network - SIOOPEN-R-NET | Children's Cancer Institute;
- Plataforma Nacional de Sequenciação e Análise de Genomas (Genome PT) | FCT;
- Parceria PARC (Partnership for the Assessment of Risks from Chemicals) | Comissão Europeia.

- **Na área da promoção da saúde e prevenção de doenças não transmissíveis:**

- 1+ Million Genomes Initiative – Grupo de Coordenação (Coordination Core Group); Genome of Europe; Beyond 1 Million Genomes Plus | Comissão Europeia;
- Familial Hypercholesterolemia Variant Curation Expert Panel (VCEP) | ClinGen - National Institutes of Health funded resource;
- Personalizing diagnosis and treatment for Familial Hypercholesterolemia patients | INSA;
- Novas estratégias para o Diagnóstico Precoce, Estratificação de Risco e Co-gestão da Hipercolesterolemia Familiar | INSA e Universidade de Lisboa;
- Working Group on Policy and Strategy of the Executive Committee of the International Consortium for Personalized Medicine (ICPerMed).

- **Na área da saúde ambiental:**

- Grupo de trabalho para a implementação do Plano Nacional do Radão - Resolução do Conselho de Ministros n.º 150-A/2022, de 29 de dezembro | Agência Portuguesa do Ambiente;
- Working Group on the Evaluation of Carcinogenic Risks to Humans | WHO/IARC, France;
- Plastics monitoring detection Remediation recovery – PRIORITY | Consorzio Interuniversitario Nazionale per la Scienza e Tecnologia dei Materiali (INSTM);
- Working Party on Hazard Assessment (WPHA) | Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD);
- EU-Wastewater Integrated Surveillance for Public Health (EU-WISH) | Comissão Europeia.

- **Na área da avaliação externa da qualidade laboratorial:**

- Microscopia Virtual | EQALM - The European Organisation for External Quality Assurance Providers in Laboratory Medicine;
- Revisão ISO 17043 | EQALM, no âmbito da formação e harmonização das práticas normativas.

- **Na área da qualidade e segurança:**

- Comissões Técnicas de Normalização destinadas à emissão de documentos normativos em diversos domínios, visando que os normativos possam representar um consenso alargado, ser aceites pelo mercado e efetivamente implementados. Salientam-se, entre outras, as seguintes Comissões Técnicas: Comissão Técnica 147 - Critérios de avaliação de entidades, do Instituto Português da Qualidade (IPQ); Comissão Técnica CT-207 - Biossegurança em laboratórios, esta última coordenada por trabalhadores do INSA.

As Comissões Técnicas de Normalização portuguesas acompanham os Technical Committees das organizações europeias e internacionais de normalização do seu âmbito de intervenção e, assim, podem participar no trabalho de elaboração das normas europeias e internacionais.

## 2.6. PARCERIAS ESTRATÉGICAS

O INSA, tendo em conta a sua abrangente área de atuação e projetos em saúde, tem operacionalizado diversas parcerias estratégicas nacionais e internacionais, conforme descrito na figura seguinte.

Figura 3 – Parcerias Estratégicas





Nikon  
JAPAN 155979

1.5x

INSARJ - NAO REMOVED  
1001656

Manit. Anu

## 2.7. METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO DO PLANO

O Plano de Atividades de 2025, está alinhado com o Plano Estratégico 2024-2026, sendo um instrumento relevante para a operacionalização dos objetivos estratégicos definidos e respetivas linhas de ação, garantindo a prossecução do regular funcionamento das atividades da instituição e procurando inovar em áreas consideradas estratégicas.

Este instrumento de gestão foi elaborado de acordo com as orientações estabelecidas, designadamente as Orientações da Secretaria-Geral do Ministério da Saúde (SGMS) para o Ciclo de Gestão de 2025 e as disposições legais emanadas no Subsistema de Avaliação do Desempenho dos Serviços da Administração Pública (SIADAP 1).

Na medida em que influencia claramente a elaboração do Quadro de Avaliação e Responsabilização – QUAR, e, por conseguinte, do presente Plano de Atividades, note-se a referência da existência de objetivos comuns a todos os serviços públicos, que devem ser obrigatoriamente inscritos no respetivo QUAR, que formalmente o Instituto cumpre.

Os objetivos operacionais e respetivos indicadores foram, assim, projetados envolvendo todas as unidades orgânicas da instituição, tendo em linha de conta os recursos disponíveis (onde se incluem os recursos humanos, técnicos e financeiros), as capacidades instaladas e as potencialidades a desenvolver, procurando um efeito sinérgico de todos esses parâmetros.

Este Plano constitui um guia orientador das atividades anuais do INSA, sendo, no entanto, essencial a sua flexibilidade e adaptabilidade, face aos desafios e responsabilidades inerentes à sua missão e atribuições.

## 2.8. ENQUADRAMENTO COM PLANOS SUPERIORES INSTITUCIONAIS

Consideraram-se, entre outros, os seguintes documentos estratégicos para análise do potencial de alinhamento do INSA com entidades de referência nacional, europeia e internacional.

A nível nacional foram considerados:

- Orientações da **Secretaria-Geral do Ministério da Saúde (SGMS)** para o Ciclo de Gestão de 2025;
- Requisitos definidos pela **Secretaria de Estado da Administração Pública (SEAP)**, para os objetivos e respetivos indicadores de desempenho, no âmbito da harmonização dos instrumentos de planeamento dos serviços e organismos;
- **Plano Nacional de Saúde (PNS) 2030** – alinhado com os 5 grandes desígnios definidos para Portugal, visando o investimento nos determinantes de saúde e bem-estar;

- **Programas de Saúde Prioritários e Outros Programas Nacionais** – contribuindo para reforçar a dinâmica de resposta aos principais problemas de saúde da população, numa visão integrada das várias políticas e medidas;
- **Cartas de Missão** do Conselho Diretivo;
- **Programa do XXIV Governo Constitucional** – enquadrado na promoção de “serviços públicos de excelência”, visando, entre outras prioridades, “saúde de qualidade para todos”;
- **Lei das Grandes Opções para 2024-2028** – Lei n.º 45-B/2024 de 31 de dezembro.

A nível europeu e internacional:

- **World Health Organization (WHO) Europe**: European Programme of Work 2020-2025;
- **European Centre for Disease Prevention and Control (ECDC) Strategy 2021–2027**;
- **EU4Health programme 2021-2027** – a vision for a healthier European Union.



## 2.9. INSTRUMENTOS ESTRATÉGICOS

O planeamento estratégico, por envolver a globalidade dos recursos disponíveis numa organização e por afetar a generalidade das suas atividades, é reconhecido como crucial para o sucesso de uma organização no cumprimento da sua Missão. Pela sua relevância, na elaboração do Plano Estratégico 2024-26, foi promovida a atualização dos vários instrumentos que suportam a análise estratégica, no sentido de identificar as prioridades a contemplar no triénio.

O processo de **reflexão estratégica** do INSA teve como suporte **métodos participativos**, procurando garantir o envolvimento dos colaboradores internos e a auscultação dos principais *stakeholders* externos (partes interessadas).

Na elaboração do Plano Estratégico foi promovido um exercício de reflexão conjunta com os dirigentes e responsáveis das várias áreas funcionais, tendo em vista promover um maior compromisso e incentivo para o alcance das metas consensualizadas, bem como maior articulação entre as atividades definidas.

Além disso, a consulta às partes interessadas teve por objetivo a recolha de contributos e respetiva avaliação da satisfação em diferentes domínios, visando a melhoria contínua dos processos do INSA e definição de prioridades.

Para além de se constituir como um instrumento-chave no controlo da atividade, dado que o seu enfoque privilegia as dimensões estratégicas da atuação do Instituto, aquele documento teve como desígnio gerar consensos e congregar os esforços de todos para a sua gestão.

Instrumentos utilizados no diagnóstico estratégico:

- **Análise PESTAL**– Enquadrar os fatores macroambientais que influenciam o Instituto, através da análise das vertentes Política, Económica, Social, Tecnológica, Ambiental e Legal;
- **Análise SWOT** – Identificar, de uma forma estruturada, as decisões estratégicas tendo por base as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças, focando a atenção sobre a capacidade de resposta, face aos fatores do meio ambiente interno e externo que afetam o Instituto;
- **Análise de Stakeholders**– Avaliar o ambiente onde se insere o Instituto, sendo esta análise essencial para a definição da estratégia, permitindo avaliar a influência e a forma como os outros intervenientes podem interferir na atividade.

### – ANÁLISE PESTAL

No âmbito da análise PESTAL, foram identificados os principais fatores e desafios com potencial influência e impacto para o cumprimento das atribuições e missão do INSA.

A análise do macroambiente, revela para 2024-2026 um cenário que se afigura, de certa forma, estável, incorporando alguns desafios, numa trajetória em crescimento positivo (eventualmente ligeiro), apesar de existirem, ainda, fatores exógenos que incorporam algum nível de incerteza contextual.

## – ANÁLISE SWOT (SÍNTESE)

Tendo em consideração a missão e as competências atribuídas ao INSA, foi promovida uma análise do contexto interno e externo utilizando a metodologia da análise SWOT.

A análise SWOT aponta um conjunto de condições propícias ao cumprimento da missão pública do INSA. Apesar da existência de desafios associados a incertezas e aos resultados da reforma da saúde e posicionamento do INSA, existe ainda um conjunto de oportunidades que não podem ser desperdiçadas, exemplificando-se o Plano de Recuperação e Resiliência português (PRR), acesso a fundos europeus, possibilidade da prestação de serviços diferenciados, entre outras. No anexo 6.7. consta a análise SWOT em detalhe.

De forma sintética, as conclusões da análise encontram-se refletidas na matriz seguinte:

Tabela 3 – Matriz da Análise SWOT

FORÇAS			
<ul style="list-style-type: none"> <li>Recursos humanos qualificados, com elevado conhecimento técnico e/ou científico</li> <li>Integração em redes internacionais e europeias de referência</li> <li>Património histórico e científico: marca INSA - Ricardo Jorge</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Capacidade de adaptação e resposta a situações de emergência / ameaças de saúde pública</li> <li>Reconhecimento externo e interno do valor da sua missão</li> <li>Referência na prestação de serviços diferenciados/ serviços únicos e altamente especializados</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Valorização da qualidade, ao nível da acreditação de análises clínicas, testes genéticos, alimentos, águas, ambiente e de controlo de dopagem, bem como os serviços no âmbito do programa de avaliação externa da qualidade</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Capacidade formativa (mestrados, doutoramentos e estágios de formação profissional)</li> <li>Investigadores do INSA integrados em centros de investigação, académicos e clínicos e participação em programas de doutoramento</li> </ul>
FRAQUEZAS			
<ul style="list-style-type: none"> <li>Risco de perda de <i>know-how</i></li> <li>Dificuldade no recrutamento de recursos humanos</li> <li>Orçamento anual do INSA exíguo para a realização das suas atividades</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Estrutura organizacional e legislativa desajustada</li> <li>Necessidade de obras de manutenção dos edifícios / laboratórios</li> <li>Incipiente comunicação organizacional, ao nível interno</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Dependência de financiamento externo para o desenvolvimento de projetos científicos</li> <li>Fragilidade dos procedimentos e instrumentos / sistemas de informação</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Incipiente investimento na área da comunicação (ao nível externo)</li> <li>Debilidade das infraestruturas tecnológicas e na qualificação para a transição digital</li> </ul>

## OPORTUNIDADES

- |   |  |  |
|---|--|--|
| <ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenvolvimento de atividades em áreas específicas para as quais o INSA tem capacidade para dar resposta diferenciada</li> <li>• Áreas de atuação prioritárias na agenda pública e política</li> <li>• Plano de Recuperação e Resiliência para Portugal</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Relações internacionais multissetoriais consolidadas</li> <li>• Acesso a fundos europeus de financiamento</li> <li>• Informatização e digitalização na área da saúde</li> <li>• Novo estatuto do Serviço Nacional de Saúde</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Cooperação com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) enquanto entidade assessora do Secretariado Executivo da CPLP</li> <li>• Trabalho integrado com estruturas nacionais e regionais (incluindo Regiões Autónomas) e locais</li> <li>• Alinhamento com agendas e orientações internacionais</li> </ul> |
|---|--|--|

## AMEAÇAS

- |   |   |  |
|---|---|--|
| <ul style="list-style-type: none"> <li>• Ausência de enquadramento legal específico para recrutamento de recursos humanos especializados e dificuldade na retenção de profissionais com reconhecido mérito e qualidade</li> <li>• Indefinição do estatuto do INSA e seu posicionamento no quadro referencial das estruturas do Ministério da Saúde</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Ausência de agendas de observação em saúde, vigilância epidemiológica e investigação em Saúde Pública com financiamento específico associado</li> <li>• Risco de sobrevalorização das questões da Saúde Pública mais mediáticas</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Indefinição no processo da Reforma da Saúde Pública</li> <li>• Insuficiência na interoperabilidade dos sistemas de informação em saúde atualmente existentes</li> </ul> |
|---|---|--|

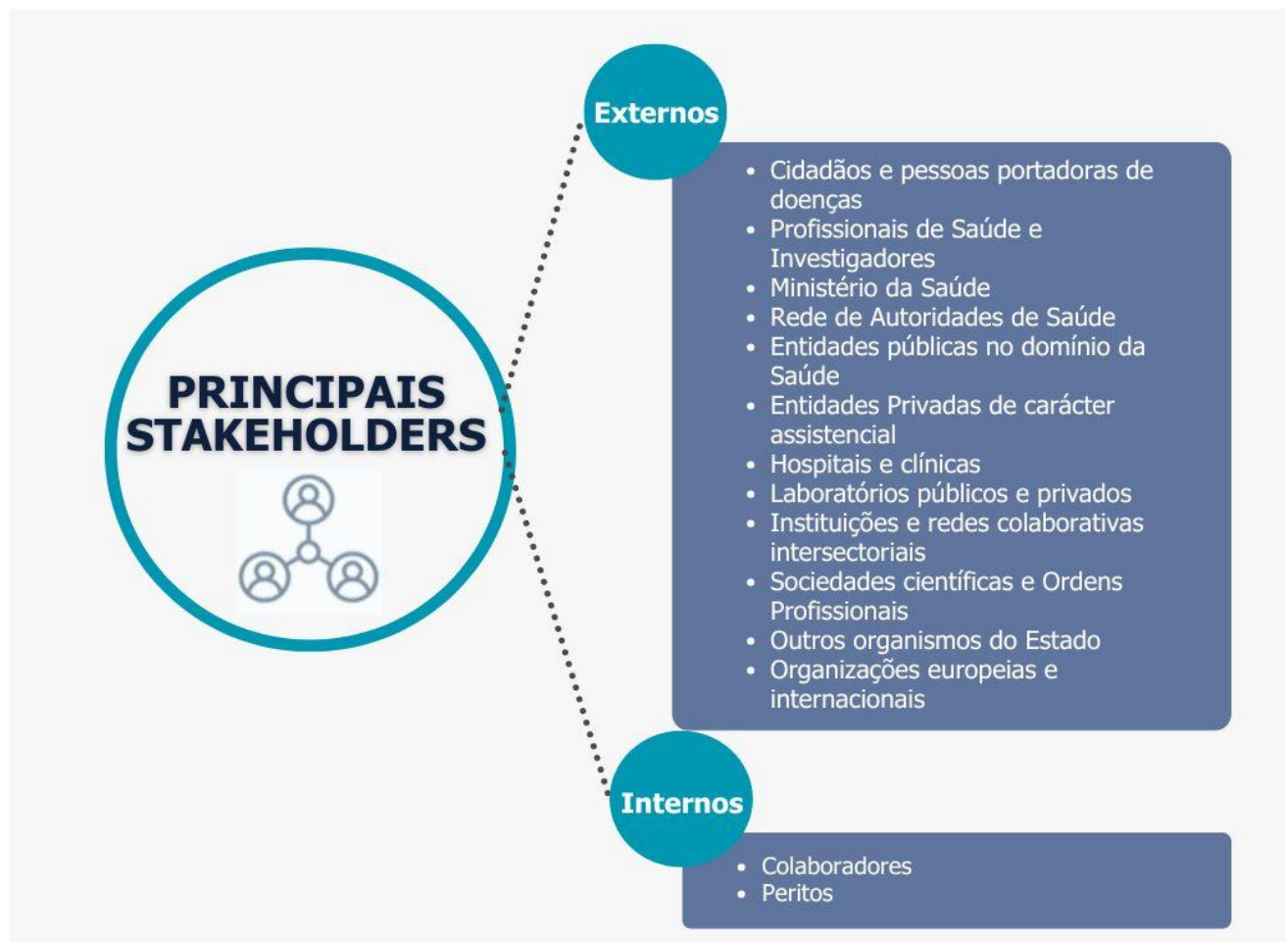
## – ANÁLISE *STAKEHOLDERS*

A análise dos *stakeholders* teve como objetivo avaliar o ambiente onde se insere o Instituto, sendo esta análise essencial para a definição da estratégia, permitindo avaliar a influência e a forma como os outros intervenientes podem interferir na atividade. Foram convidadas a participar neste processo 81 entidades, tendo sido obtida uma elevada participação (50,6%). Neste processo foi elaborado um questionário, tendo sido identificados os seguintes domínios, que foram sujeitos a avaliação:

- Satisfação global com o INSA;
- Colaboração e Comunicação interinstitucional;
- Áreas de atuação do Instituto:
- Atividade laboratorial de referência e prestação de serviços diferenciados;
- Observação em saúde e vigilância laboratorial e epidemiológica;
- Atividades de Investigação & Desenvolvimento e difusão da cultura científica;
- Formação, capacitação e treino;
- Áreas relevantes que o Instituto deverá reforçar nos próximos 3 anos.

Os principais *stakeholders* do INSA estão descritos na figura seguinte:

Figura 4 – Stakeholders



Como principais resultados, salienta-se a "Satisfação global com o Instituto", de 93% de muito satisfeitos/satisfeitos, tendo sido valorizado o conhecimento técnico-científico dos colaboradores do INSA, a qualidade dos serviços e a colaboração prestada, reconhecimento que nos incentiva a manter a cultura de qualidade e a fortalecer a articulação interinstitucional e com os nossos clientes.

## – MECANISMOS DE COORDENAÇÃO E MONITORIZAÇÃO DO PLANO

O Plano de Atividades e o Quadro de Avaliação e Responsabilização – QUAR representam instrumentos de gestão e planeamento anual, cujo processo de monitorização visa uma gestão dinâmica da estratégia que permita uma atuação oportuna.

A elaboração destes instrumentos tem por base a articulação do Conselho Diretivo, com as Direções de Serviço, Departamentos técnico-científicos e outras Áreas, tendo por prerrogativa o alinhamento entre objetivos estratégicos e operacionais, projetos, iniciativas e objetivos das unidades orgânicas e indicadores de desempenho das funções essenciais e das áreas de suporte.

Presentemente, o processo de monitorização do cumprimento dos objetivos é feito através das fichas de monitorização desenvolvidas pela Área do Planeamento Estratégico e Desenvolvimento Organizacional (APDO).

A periodicidade de monitorização estabelecida é semestral, de forma a garantir a gestão atempada de eventuais desvios que determinem a adoção de medidas corretivas e de melhoria, podendo ser ajustada de acordo com as necessidades ou orientações do Ministério da Saúde.

Assim, resumidamente, o processo de coordenação e monitorização realiza-se da seguinte forma:

- A APDO assegura a preparação e distribuição, junto dos vários departamentos, da ficha de monitorização;
- Os responsáveis pelas unidades orgânicas asseguram a qualidade e conservação dos dados e informação relevante, bem como o seu reporte atempado;
- A APDO articula-se com os diferentes elementos para a avaliação dos resultados obtidos, e no caso de serem detetados desvios, em sede de monitorização semestral, serão estudadas propostas de ações corretivas e/ou preventivas;
- É apresentada à SGMS uma análise final da evolução dos indicadores QUAR;
- Os instrumentos de gestão são anualmente publicados no sítio de Internet do INSA.

Instituto **Nacional de Saúde**  
Doutor Ricardo Jorge



[www.insa.pt](http://www.insa.pt)

## 3. ESTRATÉGIA E OBJETIVOS

### 3.1. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Foram estabelecidos, até 2026, **4 Objetivos Estratégicos (OE)** que constituem os grandes compromissos desta instituição.

Para cada objetivo estratégico, procurou-se clarificar o impacto esperado, bem como definir as respetivas linhas de ação, visando o reforço da unidade e identidade organizacional e a desejável ambição de compatibilizar os recursos disponíveis e as capacidades existentes, com a projeção de um INSA renovado e preparado para os desafios do próximo triénio:

Figura 5 – Objetivos Estratégicos triénio 2024-2026



### 3.2. OBJETIVOS OPERACIONAIS

A partir dos objetivos estratégicos foram identificados e determinados os **objetivos operacionais (OOp)** que melhor refletem as **linhas prioritárias do INSA**.

A articulação entre os objetivos estratégicos e os objetivos operacionais que integram o QUAR encontra-se evidenciada no anexo 6.4.

Na tabela seguinte, apresenta-se a identificação das unidades orgânicas que contribuem para a operacionalização e execução dos OOp:

Tabela 4 – Alinhamento entre os OOp–QUAR e as Unidades Orgânicas do INSA responsáveis pela sua execução

OBJETIVOS OPERACIONAIS – QUAR	RELEVANTES	UNIDADES ORGÂNICAS														
		DAN	DDI	DEP	DGH	DPS	DSA	LAD	MuS	DGRH	SJ	GQ	GAI	BIBL	CMRE	APDO
<b>OOp1:</b> Participar em consórcios de laboratórios de referência europeus (EURL) (OE1)			■													
<b>OOp2:</b> Obter evidência para a decisão em Saúde Pública através da utilização de instrumentos de observação, vigilância ou investigação (OE2)	R	■		■												
<b>OOp3:</b> Assegurar e promover a vigilância epidemiológica e a monitorização de infeções por agentes microbianos de diferentes etiologias (OE1)	R		■													
<b>OOp4:</b> Melhorar a vigilância laboratorial da resistência aos antibióticos (OE1)			■													
<b>OOp5:</b> Definir <i>roadmap</i> para o planeamento e implementação da Estratégia Nacional para a Medicina Genómica (OE2)	R					■										
<b>OOp6:</b> Contribuir para avaliar a execução e resultados das políticas, do Plano Nacional de Saúde (PNS) e Programas do Ministério da Saúde (OE2)	R			■		■										
<b>OOp7:</b> Melhorar o registo sobre indicadores de saúde (OE1)					■											
<b>OOp8:</b> Contribuir para a Estratégia Integrada / Plano Nacional das Doenças Raras de base genética (OE2)					■											
<b>OOp9:</b> Fomentar a produção editorial científica (OE3)				■									■			
<b>OOp10:</b> Consolidar o inventário e documentação do acervo do Museu da Saúde (OE2)								■								
<b>OOp11:</b> Integrar os Laboratórios Regionais de Saúde Pública de Aveiro, Braga, Évora, Faro e Leiria, no âmbito do Decreto-Lei n.º 54/2024, de 6 de setembro (OE4)	R									■						
<b>OOp12:</b> Garantir a proteção da saúde dos praticantes desportivos e a ética das competições, no âmbito do controlo de dopagem (OE1)	R							■								
<b>OOp13:</b> Gerar conhecimento para apoiar a decisão em saúde pública (OE4)						■										
<b>OOp14:</b> Reforçar a investigação (OE3)	R											■				
<b>OOp15:</b> Gerar conhecimento para apoiar a Medicina de Precisão / Medicina Personalizada (OE3)					■	■										
<b>OOp16:</b> Fomentar projetos/ações de cooperação internacionais (OE1)	R														■	
<b>OOp17:</b> Assegurar a qualidade dos serviços diferenciados em áreas científicas inovadoras (OE4)											■					
<b>OOp18:</b> Assegurar a qualidade do serviço (OE4)	R										■					
<b>OOp19:</b> Adotar medidas de boa gestão dos trabalhadores e de melhoria do ambiente e bem-estar no trabalho (OE4)	R	■								■						■

### 3.3. ARTICULAÇÃO E CONTRIBUTOS PARA AS ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE

No âmbito das atividades previstas, o INSA alinou os seus objetivos operacionais com as orientações estratégicas do Ministério da Saúde, salientando-se o alinhamento com os desígnios preconizados no **Plano Nacional de Saúde (PNS) 2030**, conforme descrito na tabela seguinte:

Tabela 5 – Alinhamento PNS 2030 e Objetivos Operacionais do QUAR

Nº	ORIENTAÇÕES DO PNS INVESTIR NOS DETERMINANTES DE SAÚDE E BEM-ESTAR	OBJETIVOS OPERACIONAIS QUAR DO INSA
<b>PNS</b>	<b>5 GRANDES DESÍGNIOS PARA PORTUGAL</b>	
<b>1</b>	Reduzir as desigualdades	OOp6; OOp16
<b>2</b>	Promover o desenvolvimento de comportamentos, culturas e comunidades saudáveis	OOp9; OOp10; OOp12; OOp14; OOp15; OOp19
<b>3</b>	Minimizar as consequências das alterações climáticas e outros determinantes ambientais na saúde	OOp3; OOp13
<b>4</b>	Reduzir de um modo integrado a carga das doenças transmissíveis e das não transmissíveis	OOp1; OOp4; OOp5; OOp8; OOp11; OOp17; OOp18
<b>5</b>	Manter sob controlo os problemas de saúde atualmente já controlados	OOp2; OOp7

Igualmente, foram identificadas as principais medidas do **Programa do XXIV Governo Constitucional**, alinhadas com os objetivos operacionais do INSA inscritos em QUAR:

Tabela 6 – Alinhamento Programa do XXIV Governo Constitucional e Objetivos Operacionais do QUAR

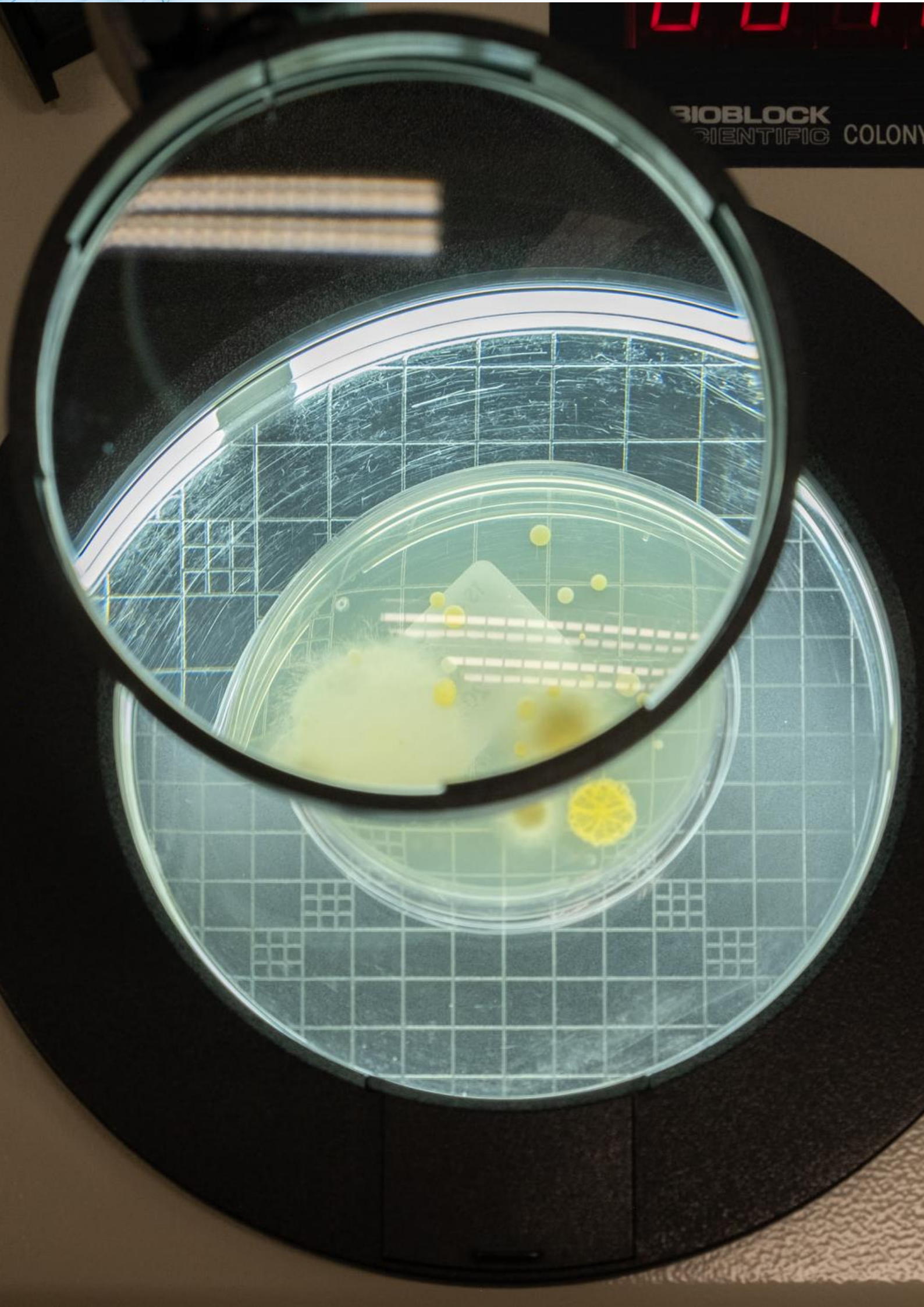
Nº	PROGRAMA DO XXIV GOVERNO CONSTITUCIONAL - MEDIDAS	OBJETIVOS OPERACIONAIS QUAR DO INSA
<b>5.</b>	<b>UM PAÍS COM SERVIÇOS PÚBLICOS DE EXCELÊNCIA</b>	
<b>5.1.</b>	Saúde de qualidade para todos	OOp2; OOp3
<b>5.4.</b>	Modernização, Simplificação e Desburocratização do Estado	OOp11
<b>10.</b>	<b>UM PAÍS GLOBAL E HUMANISTA</b>	
<b>10.2</b>	Comunidades Portuguesas e Lusofonia	OOp16

Foi, também, verificado o alinhamento com os compromissos decorrentes da **Lei das Grandes Opções para 2024-2028** – Lei n.º 45-B/2024 de 31 de dezembro:

Tabela 7 – Alinhamento Grandes Opções para 2024-2028 e Objetivos Operacionais do QUAR

Nº	LEI DAS GRANDES OPÇÕES PARA 2024-2028 CONJUNTO DE COMPROMISSOS ASSENTES EM DESAFIOS ESTRATÉGICOS	OBJETIVOS OPERACIONAIS QUAR DO INSA
<b>1.</b>	<b>UM PAÍS MAIS JUSTO E SOLIDÁRIO</b>	
	Natalidade e bem-estar	OOp7
	Desporto e atividade física	OOp12
<b>2.</b>	<b>UM PAÍS MAIS RICO, INOVADOR E COMPETITIVO</b>	
	Ciência, ensino superior e inovação	OOp9; OOp14
	Cultura	OOp10
<b>3.</b>	<b>UM PAÍS COM UM ESTADO MAIS EFICIENTE</b>	
	Um país com serviços públicos de excelência	OOp1
	Saúde de qualidade para todos	OOp2; OOp3; OOp4; OOp5; OOp6; OOp8; OOp13; OOp15
	Capacitação da Administração Pública	OOp19
	Modernização, simplificação e desburocratização do Estado	OOp11
<b>6.</b>	<b>UM PAÍS MAIS GLOBAL E HUMANISTA</b>	
	Comunidades portuguesas e lusofonia	OOp16

0001  
BIOBLOCK  
SCIENTIFIC COLONY



### 3.4. MEDIDAS TRANSVERSAIS

Para o ano de 2025, foram identificadas algumas medidas de cariz transversal, que implicam a articulação e o desenvolvimento de atividades conjuntas, entre várias unidades orgânicas do INSA. Estas medidas, pelo impacto que trazem à instituição, seja pelo desenvolvimento de novas funções ou atribuições, quer pelo acréscimo de dedicação dos profissionais envolvidos ou, ainda, pelo benefício extensível à comunidade INSA, estão elencadas em seguida:

- Integrar os **Laboratórios Regionais de Saúde Pública** (LRSP) no INSA, nomeadamente de Aveiro, Braga, Évora, Faro e Leiria, enquanto serviços territorialmente desconcentrados, reforçando, de acordo com os critérios de complementaridade e subsidiariedade, o desenvolvimento das competências nucleares daqueles Laboratórios e a rede de apoio laboratorial de saúde pública, otimizando os recursos existentes e a melhoria da qualidade do serviço prestado. Esta integração, no âmbito do Decreto-Lei n.º 54/2024, de 6 de setembro, pressupõe a elaboração de proposta de revisão dos Estatutos do Instituto, bem como do seu Regulamento Interno de Organização e Funcionamento, a integração dos profissionais de saúde, dos sistemas de informação de apoio laboratorial e demais processos conexos;
- Reforçar a atuação do Instituto enquanto **Laboratório do Estado e Laboratório Nacional de Referência**, salientando-se as novas atribuições enquanto laboratório de referência da União Europeia (EURL) para a saúde pública - EURL para *Legionella* e EURL para bactérias de alto risco, emergentes e zoonóticas - ao abrigo do Regulamento relativo às ameaças transfronteiriças graves para a saúde. Igualmente, manter os compromissos laboratoriais assumidos com a OMS e ECDC, incluindo a coordenação laboratorial de avaliações externas europeias, designadamente a PHEPA - *Public Health Emergency Preparedness Assessments*. Enquanto laboratório estratégico nacional na área da saúde, reforçar a prestação de serviços diferenciados e, simultaneamente, assumir novos desafios, nomeadamente no âmbito laboratorial de rastreios de base populacional;
- Fortalecer **alianças estratégicas com redes nacionais e internacionais**, incluindo parcerias no âmbito da Saúde Global, através da participação em redes técnicas e científicas, permitindo ampliar o impacto e a eficácia das ações desenvolvidas no âmbito da sua missão. Inclui-se a cooperação com a União Europeia e a Região OMS/Europa, através da participação em diversos grupos de trabalho e/ou iniciativas, mas, também, através da transferência e partilha de conhecimento, potenciar sinergias para robustecer as redes de investigação em saúde em países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). Salienta-se a continuidade do projeto "Força Saúde – Fortalecer a Aliança entre os Sistemas";
- Definir e acompanhar a **agenda de investigação científica** do INSA, alinhada com os atuais desafios em saúde e com as agendas de investigação europeias e nacionais, incluindo: os programas nacionais de estímulo à investigação científica na área da saúde (e.g. "Programa Saúde +Ciência"); com o PNS e os programas nacionais prioritários; mas, também, a aposta em áreas de investigação relevantes, como a área da biopreparação para novas epidemias e doenças emergentes, as doenças raras, os estudos de efetividade das vacinas, a

biomonitorização humana, as doenças oncológicas, a obesidade infantil, a mitigação dos efeitos das alterações climáticas na saúde humana, entre outras.

Manter, também, a dinamização da investigação científica e a inovação baseados na excelência de modo a gerar evidência pertinente para a tomada de decisão em políticas e estratégias de saúde, quer no seu planeamento quer na sua avaliação;

- Investir na área de **Recursos Humanos** do INSA:
  - Consolidar a **estratégia de promoção e retenção** dos Recursos Humanos altamente qualificados em áreas técnico-científicas, através da abertura de procedimentos concursais e de progressão na carreira, bem como a apresentação de proposta de revisão dos Estatutos do INSA, que contemple cargos de Direção Intermédia;
  - Promover a **aplicação** ao Instituto das **alterações legislativas** no âmbito do Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública (SIADAP), revisto pelo Decreto-Lei n.º 12/2024, de 10 de janeiro, incluindo no que respeita à formação contínua dos trabalhadores, que promova um reforço de competências enquadradas no Referencial de Competências da Administração Pública;
- Implementar medidas que visem fomentar o **bem-estar no trabalho**, promovendo hábitos saudáveis e um maior equilíbrio da vida profissional, familiar e pessoal, contribuindo, por sua vez, para uma maior satisfação, motivação e bem-estar dos seus trabalhadores, em todas as carreiras profissionais. Incluem-se medidas nos seguintes domínios: horários de trabalho e flexibilidade, parentalidade, saúde e segurança no trabalho, ações de formação e desenvolvimento profissional, benefícios e protocolos, avaliação das necessidades de conciliação, entre outras;
- Reforçar as medidas de **Controlo Interno**, através da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada para a avaliação e melhoria da eficiência e eficácia da gestão e controlo das atividades, assente em adequados sistemas de controlo interno e de gestão de risco. Em 2025, inicia-se um novo ciclo, por via da revisão do Plano de Prevenção de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPGRCIC), assumindo o INSA, também, o compromisso de dar continuidade à monitorização deste Plano, bem como monitorizar a implementação do Código de Boa Conduta para a Prevenção e Combate ao Assédio no Trabalho, do Código de Ética e Conduta Profissional e da Política de Gestão de Conflito de Interesses.

Desta forma, importa desenvolver ações de esclarecimento, com vista a promover e sensibilizar os trabalhadores para a necessidade de reduzir e / ou eliminar os riscos de gestão identificados. Neste ano, em cumprimento do normativo previsto no Regime Geral de Prevenção da Corrupção, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro, o INSA propõe-se realizar ações de formação dirigidas a todos os trabalhadores no âmbito de Ética e Conduta Profissional, Conflito de Interesses, Acumulação de Funções e Gestão de Riscos;

- Investir na **sustentabilidade e modernização organizacional**, salientando-se:
  - Promover a melhoria da **sustentabilidade financeira**, fomentando a transparência e a diversificação das fontes de financiamento;
  - **Modernizar as instalações**, através da reabilitação das infraestruturas, incluindo a execução das atividades apresentadas na candidatura ao Projeto de Reabilitação de Infraestruturas e Equipamentos – REABIT – no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR);
  - **Desmaterializar procedimentos administrativos** do INSA, designadamente através da implementação de melhorias nos sistemas de informação transversais, tais como o sistema para registo de assiduidade, o sistema de gestão documental ou o sistema de gestão da qualidade.



### 3.5. FUNDAMENTAÇÃO DA MELHORIA DA PROPOSTA SOBRE O PLANO ANTERIOR

O Plano de Atividades, para 2025, reflete as prioridades no âmbito da atuação do Instituto, numa ótica transversal às diferentes atribuições e objetivos específicos de desempenho das Unidades Orgânicas, incluindo uma visão representativa das várias áreas que compõem o INSA.

- Sobre a **metodologia** do Plano: sem prejuízo do explanado no ponto 2.7 deste documento, salienta-se a realização de 19 reuniões de trabalho entre o Conselho Diretivo e os Diretores de Serviço, Coordenadores de Departamentos Técnico-Científicos, Responsáveis de Área e Gestores da Qualidade;
- Sobre o **alinhamento com o Plano Estratégico**: visou-se uma melhor adequação às linhas de ação daquele Plano, tendo sido inscritos, no Plano de Atividades 2025, 35 objetivos operacionais (em QUAR e nas fichas de atividades) e 44 indicadores decorrentes do Plano Estratégico. Tal demonstra uma articulação cuidada, em “cascata”, dos vários instrumentos de gestão do Instituto;
- Sobre novos desafios decorrentes de **alterações legislativas**: neste processo de planeamento, foi dada atenção a novas atribuições / competências e, ainda, a alterações legislativas com impacto nas atividades do Instituto. Salientam-se, as ações relacionadas com: (1) a integração dos Laboratórios Regionais de Saúde Pública no INSA, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 54/2024, de 6 de setembro; (2) a aplicação ao Instituto das alterações legislativas no âmbito do SIADAP, revisto pelo Decreto-Lei n.º 12/2024, de 10 de janeiro; (3) as iniciativas relacionadas com a cibersegurança e modernização tecnológica; (4) as atribuições enquanto laboratório de referência europeu para a saúde pública, no âmbito Regulamento Europeu relativo às ameaças transfronteiriças graves para a saúde; entre outras.
- Sobre a definição de **objetivos operacionais** e **indicadores**: foram revistos todos os objetivos e indicadores, visando o alinhamento com as linhas de ação do Plano Estratégico, Cartas de Missão do Conselho Diretivo, para além das orientações diversas da SGMS, SEAP, entre outras, conforme descrito no capítulo 2.8. Esta revisão permitiu identificar novas prioridades e compromissos que constituem desafios e reflitam o esforço conjunto de equipas ou unidades orgânicas, em detrimento de atividades de rotina dos serviços. Igualmente, foi dada primazia a objetivos exigentes, inovadores e que permitam traduzir o impacto das ações propostas, consciencializando os serviços para a definição de indicadores mais abrangentes;
- Sobre as **metas estipuladas para 2025**: sempre que possível, visou-se o estabelecimento de metas mais ambiciosas para o ano em curso, comparativamente com os resultados obtidos em anos anteriores. No entanto, não descurando a melhoria contínua dos serviços prestados por este Instituto, as metas propostas não podem ser alheias aos constrangimentos na sua progressão, sejam estes relacionados com os recursos humanos afetos à realização das atividades inerentes, bem como à capacidade instalada, incluindo as limitações dos meios e recursos técnicos e financeiros. Por outro lado, o INSA está, também, dependente de solicitações, colaborações e financiamento externo, sendo deveras desafiante uma sucessiva

evolução anual. Além disso, verifica-se que alguns indicadores tiveram resultados com variações extraordinárias nos anos impactados pela pandemia de COVID-19, sejam estas positivas ou negativas. Nestes casos, optou-se por realizar uma média dos últimos anos, propondo uma meta superior a essa média.

Assim, na proposta de Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) apresentada pelo INSA, apenas em 6 dos 26 indicadores, foram propostas metas inferiores aos resultados atingidos em 2024, pelos motivos acima descritos. Refira-se, a título de exemplo:

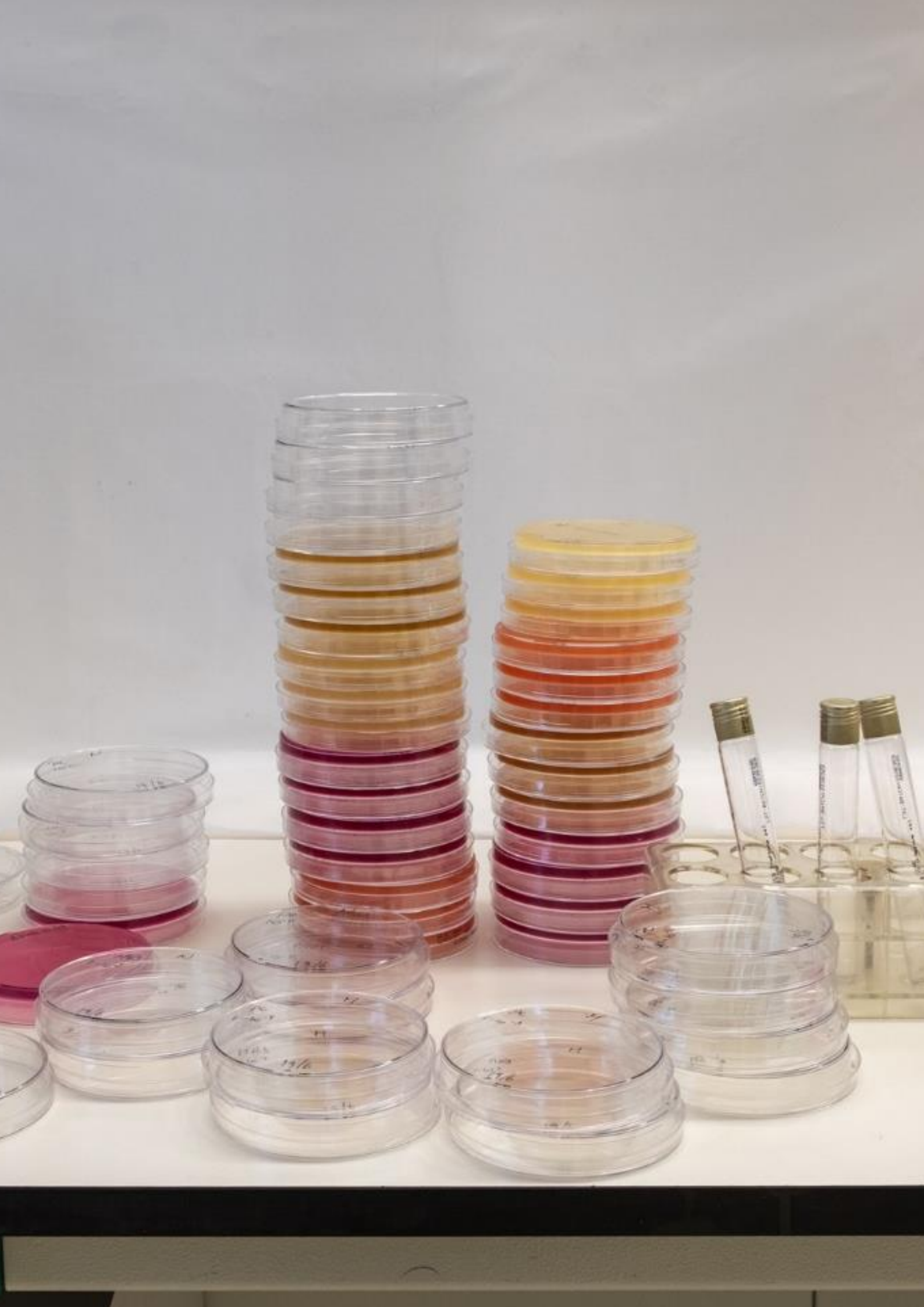
- Relativamente aos indicadores 2.3, 3.1, 16.1, 19.1 e 19.2: 2024 foi o primeiro ano para estes indicadores, tendo exigido um esforço acrescido para a sua implementação. Em 2025, será o ano de consolidação destas atividades, algumas das quais dependem de parceiros externos (exemplo: 16.1);
- Relativamente ao indicador 3.1, notar que uma situação extraordinária de identificação de mosquitos invasores na região de Lisboa e Vale do Tejo, implicou diversas atividades não programadas de articulação com entidades parceiras (exemplo: DGS e Autoridades de Saúde), o que não se pode prever para o ano em curso;
- Relativamente ao indicador 15.1, em 2022 e 2023 o resultado do indicador foi de 9 documentos científicos produzidos, nos 2 anos. Em 2024, foi de 38, uma vez que o indicador passou a ser partilhado por mais do que uma unidade orgânica e teve um valor excepcional face aos anos anteriores. Considera-se que a meta agora estabelecida de 34 é exigente, face ao desafio na produção de documentos científicos no âmbito de projetos de investigação em medicina personalizada.

Na perspetiva de desenvolvimento e evolução do Serviço, destaca-se a valorização de atividades inovadoras, relevantes e com visibilidade para o INSA e para o Ministério da Saúde e, igualmente, com impacto para os cidadãos. Todo o processo de elaboração deste plano foi amplamente participado, com estímulo ao trabalho colaborativo.

## 3.6. QUADRO DE AVALIAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO – QUAR

Para 2025, o INSA delineou **19 objetivos operacionais** que integram o QUAR, dos quais **10** são considerados **relevantes** (52,6%).

Estes objetivos, com metas determinadas, são medidos por **26 indicadores** que abrangem os parâmetros de Eficácia, Eficiência e Qualidade da atividade do Instituto, conforme se apresenta no anexo 6.3.



## 4. RECURSOS

### 4.1. RECURSOS HUMANOS

- **CARACTERIZAÇÃO**

O **Mapa de Pessoal** do Instituto, previsto para 2025, visa dar continuidade a uma política de gestão ponderada e eficiente, através da promoção, valorização e o rejuvenescimento dos seus recursos humanos, para uma eficaz adequação da resposta às atribuições do INSA, garantindo, também, a adequação dos serviços prestados para o cidadão/cliente.

Nesta medida, são contemplados **645 postos de trabalho** (PT) no Mapa de Pessoal, que refletem a expectativa da possibilidade de reforço de profissionais, com pensamento numa estratégia de recursos humanos na carreira de investigação científica, pautada pela atração, desenvolvimento, reconhecimento e valorização dos talentos, visando garantir a excelência na produção científica e o avanço do conhecimento e inovação.

Atento o exposto, para a concretização das atividades, o Instituto dispunha, em dezembro de 2024, de 540 colaboradores. A diferença entre os 645 PT previstos para 2025 e os 540 PT efetivados em dezembro de 2024, deve-se, essencialmente, aos processos de **recrutamento** em curso, fundamentais para assegurar o rejuvenescimento e a manutenção das equipas, bem como ao acréscimo de postos de trabalho na carreira de investigação científica.

O Mapa de Pessoal para 2025, aqui referido, não inclui os Recursos Humanos dos Laboratórios Regionais de Saúde Pública de Aveiro, Braga, Évora, Faro e Leiria. Apesar de formalmente estarem afetos ao INSA, com efeitos a 1 de janeiro de 2025 (através do seu registo no Sistema de Gestão de Recursos Humanos – RHV), o processo da sua efetiva integração está em curso.

- **ANÁLISE POR GRUPO PROFISSIONAL**

O número de PT efetivos ocupados na carreira técnica superior, é muito inferior ao necessário para o desenvolvimento das atribuições da instituição, motivado pelas saídas de trabalhadores não previstas, estando em curso a substituição dos mesmos com recurso às diferentes formas de recrutamento, como a mobilidade geral e o procedimento concursal.

No que respeita à carreira técnica superior das áreas de diagnóstico e terapêutica, o número de PT não ocupados, deve-se, essencialmente, às dificuldades de recrutamento de profissionais desta área que, por exercerem funções maioritariamente em Entidades Públicas Empresariais, não detêm vínculo de emprego público que possibilite a sua admissão e, conseqüentemente, a ocupação dos PT.

Relativamente à carreira de investigação científica, a diferença de 27 PT (entre os efetivos e os aprovados) é motivada, não só, pela saída de trabalhadores, quer por aposentação, licença sem remuneração, ou outras situações, estando a decorrer a tramitação inerente à abertura de procedimentos concursais, com vista à ocupação dos mesmos, mas também ao acréscimo de novos postos de trabalho para desenvolvimento de atividades em áreas estratégicas e cruciais para o cumprimento da missão do INSA.

A carreira de assistente técnico, apresenta uma diferença de 19 PT. Pretende-se colmatar as saídas de trabalhadores por mobilidade geral e procedimento concursal, entre outros motivos, sendo exetável a possibilidade de recrutamento aberto ao exterior, permitindo ultrapassar as dificuldades de recrutamento interno, neste grupo profissional, que se tem vindo a verificar nos últimos anos.

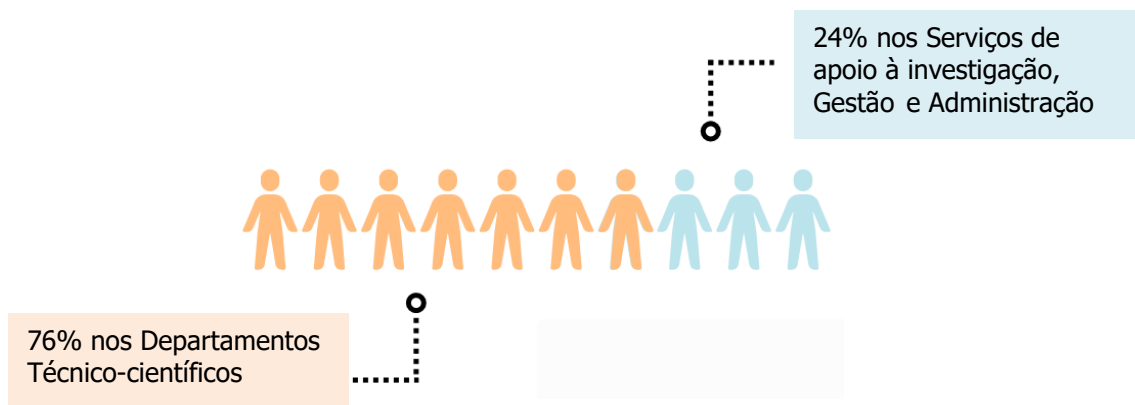
Na carreira de assistente operacional, justifica-se um reforço de recursos humanos para áreas de apoio laboratorial e de suporte, como seja o caso de eletricitistas, serralheiros e carpinteiros. Por outro lado, o fato de ser a carreira base das carreiras gerais, com remuneração base pouco apelativa, implica que os processos de recrutamento sejam mais difíceis de concretizar.

Tabela 8 – Recursos Humanos por grupo profissional 2020-2025

GRUPO PROFISSIONAL	ANO					2025 PT*
	2020	2021	2022	2023	2024	APROVADOS
Dirig. Superior de 1º grau - Presidente do CD	1	1	1	1	1	1
Dirig. Superior de 2º grau - Vogal do CD	1	1	1	1	1	1
Dirig. intermédios de 1º grau - Dir.de Serviço	3	4	5	5	5	5
Investigadores	53	67	66	65	63	90
Médicos	7	7	7	6	6	8
Técnicos Superiores de Saúde	59	59	59	60	58	61
Farmacêuticos	30	29	28	28	25	30
Técnicos Superiores (inclui Especialistas de Sistemas e Tecnologias de Informação)	125	131	142	136	144	164
Técnicos Superiores de Diagnóstico e Terapêutica	99	100	102	100	101	116
Técnicos de Sistemas e Tecnologias de Informação	3	4	3	4	5	7
Enfermeiros	3	3	3	3	2	3
Assistentes Técnicos	87	84	78	74	72	91
Assistentes Operacionais	60	62	62	59	57	68
<b>TOTAL</b>	<b>531</b>	<b>552</b>	<b>557</b>	<b>542</b>	<b>540</b>	<b>645</b>

\* Em 2025, os valores referem-se aos postos de trabalho previstos.

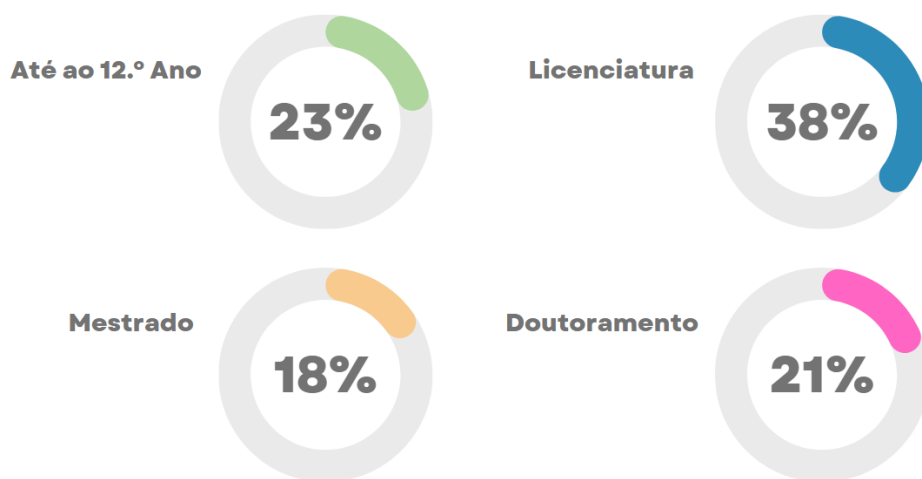
Figura 6 – Distribuição de Recursos Humanos na organização em 2024



### • ANÁLISE POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE

Sobre o nível de escolaridade dos recursos humanos do INSA, salienta-se que, do total de trabalhadores afetos ao mapa de pessoal, 77% detêm habilitações superiores (licenciatura, mestrado e doutoramento).

Gráfico 1 – Distribuição por nível de escolaridade 2024



### • ANÁLISE POR GÉNERO E ESCALÃO ETÁRIO

A maioria dos trabalhadores do INSA tem mais de 50 anos, sendo o escalão etário dos 50 aos 54 anos o que tem maior expressão. O género feminino representa 80% dos trabalhadores.

Gráfico 2 – Distribuição por escalão etário em 2024

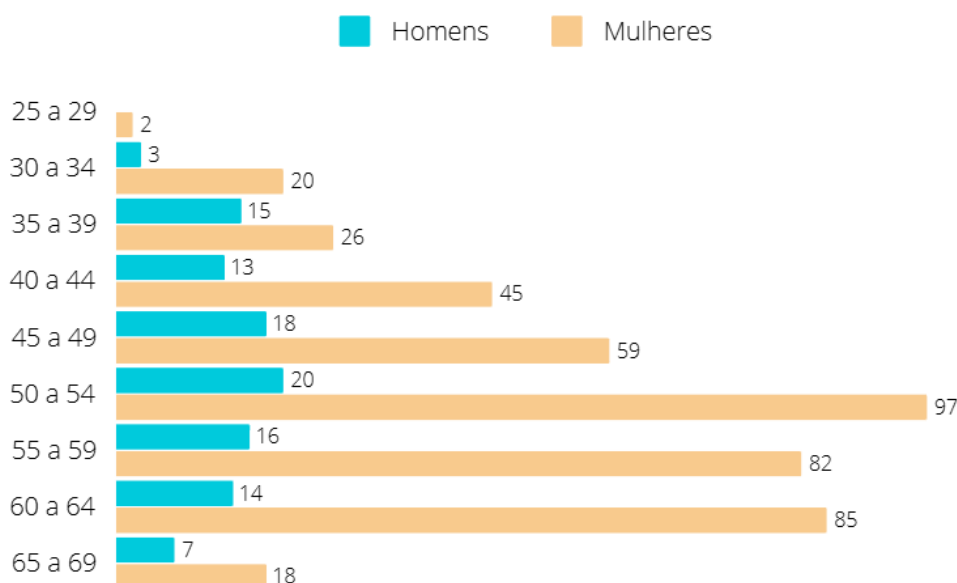
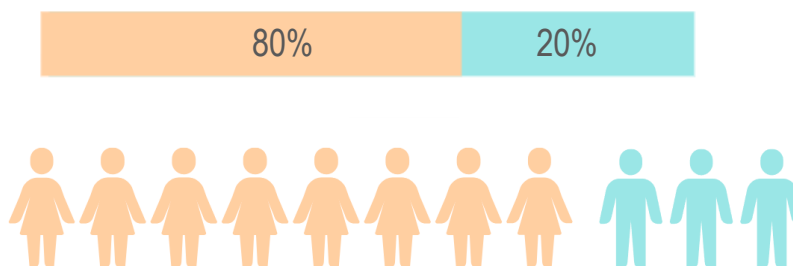


Figura 7 – Distribuição por género em 2024



## 4.2. FORMAÇÃO INTERNA

A formação dos colaboradores é uma ferramenta estratégica e essencial no âmbito da gestão de recursos humanos, garantindo a execução dos compromissos institucionais e fomentando a inovação e a qualidade dos serviços prestados. Reforça, ainda, as competências individuais dos trabalhadores, promove o desenvolvimento da respetiva carreira e contribui para o desenvolvimento da motivação e satisfação no trabalho.

O Decreto-Lei n.º 12/2024, de 10 de janeiro, veio proceder à revisão do SIADAP e consagra a relevância da formação contínua dos trabalhadores. Neste âmbito, com vista a garantir a valorização e qualificação dos trabalhadores, é associada à sua avaliação de desempenho, em cada ciclo avaliativo, uma formação específica, obrigatória, relativamente às competências a desenvolver. Assim, será relevante a disponibilização de formação no âmbito das competências contratualizadas no ciclo avaliativo.

O **Plano Anual de Formação (PAF) para 2025** é construído com o intuito de melhorar o desempenho na Administração Pública, de acordo com as novas regras do SIADAP.

Neste âmbito, é ainda promovido o levantamento das necessidades de formação que serão traduzidas em ações a incluir no plano de desenvolvimento profissional. No INSA, este processo inclui uma abordagem prospetiva das atividades formativas a serem desenvolvidas, envolvendo os dirigentes, os coordenadores, os responsáveis pelas áreas transversais e os colaboradores. Deste modo, o PAF assume um papel fundamental no desenvolvimento das competências técnicas, profissionais e comportamentais dos trabalhadores, que visa dar resposta às exigências resultantes da missão, atribuições e competências específicas do INSA, enquadrados no Plano Estratégico 24-26.

Para 2025, as áreas prioritárias de formação incluem:

- **Fortalecimento da Capacidade Científica e Técnica:** formação avançada em metodologias de investigação, análise laboratorial e biotecnologia, com o objetivo de aperfeiçoar a qualidade e a inovação na produção científica;
- **Modernização Administrativa:** a formação incluirá a capacitação em ferramentas de gestão documental, sistemas de informação integrados e transformação digital, para aumentar a eficiência e a transparência nos processos administrativos. Adicionalmente, serão abordadas áreas como Contratação Pública, Desenvolvimento Pessoal, Tecnologias de Informação, Comunicação, Qualidade, Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho e outras áreas transversais. Estas ações visam preparar os colaboradores para lidar com novas exigências administrativas;
- **Gestão da Qualidade e Acreditação:** formação contínua em normas de qualidade e boas práticas laboratoriais, garantindo a conformidade com os requisitos nacionais e internacionais;
- **Segurança e Saúde no Trabalho:** ações formativas que visam reforçar a prevenção de riscos laborais, segurança química e biológica, promovendo o bem-estar no ambiente de trabalho;
- **Desenvolvimento de Competências em Comunicação e Liderança:** ações de formação com o objetivo de melhorar a comunicação interna e externa, assim como o fortalecimento das competências de liderança e gestão de equipas;
- **Ética e Conduta Profissional, Conflito de Interesses, Acumulação de Funções e Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas:** ações de formação dirigidas a todos os trabalhadores do INSA, que visam dar cumprimento ao Regime geral da prevenção da corrupção aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro.

O PAF do INSA tem o objetivo de assegurar que as atividades formativas sejam adequadas às necessidades identificadas. Igualmente, atenta na consulta a entidades formadoras e a análise da oferta formativa ministrada pelo Instituto Nacional de Administração (INA) e outras entidades habilitadas para o efeito.

Este instrumento, disponível no anexo 6.8, é também disponibilizado na intranet do INSA.

## 4.3. OFERTA FORMATIVA

Numa outra vertente complementar, o conhecimento e experiência acumulados pelo INSA, através de atividades de I&D, observação em saúde e prestação de serviços, é partilhado com profissionais e estudantes das áreas da saúde (e outras) através de atividades de oferta formativa. Tais iniciativas centram-se nas áreas de especialidade técnico-científica do Instituto e contribuem para intervenções e estratégias de saúde pública baseadas na evidência, para o desenvolvimento de culturas organizacionais de aprendizagem e de colaboração, para ganhos em saúde, entre outros. Anualmente, é elaborado um plano de oferta formativa, com ações de (in)formação com duração e formatos variados, respondendo a solicitações de formação provenientes de necessidades de outras entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais, dirigidas a diversos públicos-alvo, incluindo os profissionais do INSA.

A oferta formativa do INSA foi enriquecida em 2025 com novas iniciativas, em particular nos domínios da genética humana, da saúde ambiental (águas) e da alimentação e nutrição.

Assim, destacam-se as seguintes ações:

- **Oferta formativa para um público (mais) jovem**
  - *Experimentarium* em Saúde - que visa sensibilizar os mais novos para a importância da ciência e da genética na compreensão da saúde humana. Concretiza-se em visitas de estudo ao Departamento de Promoção da Saúde e Prevenção de Doenças Não Transmissíveis, com desenvolvimento de atividades laboratoriais nos domínios da hereditariedade e da neurogenética;
  - Programas de formação em contexto de trabalho laboratorial na Unidade de Tecnologia e Inovação – que visa proporcionar, a profissionais e estudantes do ensino superior, aprendizagens sobre sequenciação genética, envolvendo manuseamento / aprendizagem de tecnologias e equipamentos laboratoriais.
- **Cursos no domínio da sequenciação genética**
  - De natureza teórico-prática, são dirigidos a grupos reduzidos de formandos e ministrados por colaboradores altamente especializados do Departamento de Genética Humana;
- **Cursos sobre prevenção e deteção da presença Legionella**
  - De forte componente prática, decorrem em contexto laboratorial com pequenos grupos de formandos, potenciando as aprendizagens individuais sobre o agente patogénico aquático com maior impacto na saúde humana;
- **Eventos no domínio da alimentação e nutrição**
  - De divulgação científica e partilha do trabalho desenvolvido pelo INSA, incluindo em colaboração com entidades europeias e internacionais na área da saúde;
  - Promoção de opções alimentares saudáveis e sustentáveis, sensibilizando aqueles que as podem influenciar junto das crianças e jovens como profissionais da saúde e da educação, entre outros.

É ainda dada continuidade a ações de formação que o INSA tem vindo a proporcionar a profissionais de saúde e de áreas afins, visando a capacitação e a promoção de competências no domínio da Saúde Pública e a difusão da cultura científica.

A lista das ações de formação para 2025, está disponível na plataforma [INSAForma+](#).



## 4.4. RECURSOS FINANCEIROS

O Orçamento do INSA para o ano de 2025 foi elaborado em conformidade com a Circular Série A n.º 1410 da Direção-Geral do Orçamento (DGO), relativa às instruções para a preparação do Orçamento do Estado para 2025, aprovadas por despacho do Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento, de 26 de julho de 2024. Seguiu, também, as orientações da Administração Central do Sistema de Saúde (ACSS), emitidas em 5 de agosto de 2024, que inclui o mapa de pessoal necessário para o cumprimento da sua missão e atribuições, bem como os dispositivos legais relacionados com a contratação de bens e serviços.

As tabelas seguintes apresentam a distribuição dos recursos financeiros atribuídos ao INSA para 2025, no montante total de **87 906 617 €**. A proposta de orçamento respeita os requisitos legais impostos e as regras orçamentais estabelecidas nos normativos referidos anteriormente.

No mapa 9 são apresentadas as dotações orçamentais de 2025:

Tabela 9 – Dotações orçamentais 2025

FINANCIAMENTO	2025
Receitas de Impostos	26 841 947 €
Receitas Próprias	17 830 957 €
Transferências AP	9 763 792 €
Outras	33 469 921 €
<b>Total</b>	<b>87 906 617 €</b>

As **Receitas previstas** para 2025 incluem:

- **Receitas de Impostos**, transferências correntes do Orçamento de Estado, destinadas ao financiamento base, maioritariamente para suportar as Despesas com Pessoal;
- **Receitas Próprias**, estimadas com base na capacidade instalada do INSA, como análises clínicas, testes genéticos, análises de alimentos, águas, ambiente e de controlo de dopagem, suportadas por contratos de prestação de serviços e protocolos, com base em medidas de controlo interno rigorosas para maior eficiência na faturação;
- **Transferências de outras entidades da Administração Central Pública**, no âmbito do financiamento de projetos;
- **Outras**, relacionadas com o **financiamento de projetos**, que representam 38% do financiamento total, onde se inclui o financiamento de projetos por parte da FCT, os Fundos Comunitários, impulsionados pelo apoio da Comissão Europeia e da *European Civil Protection and Humanitarian Aid Operations* (DG ECHO) no âmbito do projeto rescEU – *Stockpile*; bem como o financiamento, no âmbito do PRR, do projeto REABIT.

No que diz respeito às Despesas, apresentam-se infra os principais agrupamentos de despesa:

Tabela 10 – Orçamento de despesa 2025

DESPESAS POR AGRUPAMENTO	DOTAÇÕES APROVADAS
<b>Orçamento de Funcionamento</b>	<b>87 906 617 €</b>
Despesas com Pessoal	26 624 217 €
Aquisições de Bens e Serviços	54 286 916 €
Outras Despesas Correntes e de Capital	6 995 484 €

Nas **Despesas com Pessoal**, o aumento previsto reflete:

- Despesas associadas aos Recursos Humanos dos **Laboratórios Regionais de Saúde Pública**, que serão integrados no INSA;
- A criação de **novos postos** na carreira de Investigação Científica, ao abrigo do mapa anual consolidado de recrutamentos autorizados (MARA), bem como no âmbito da candidatura FCT-*Tenure*, cofinanciada pela FCT;
- **Novas posições** nas carreiras Técnica Superior de Diagnóstico e Terapêutica e de Sistemas e Tecnologias de Informação;
- **Concursos de progressão** em carreiras especiais ou não revistas;
- **Alterações remuneratórias** e a atribuição de **prémios de desempenho** associados ao sistema de avaliação adaptado à carreira de Investigação Científica;
- Reconhecimento da **idoneidade formativa** no âmbito da residência farmacêutica.

O aumento substancial na **Aquisição de Bens e Serviços**, deve-se à necessidade de assegurar o funcionamento do INSA, incluindo:

- Integração dos **Laboratórios Regionais de Saúde Pública**;
- Suporte à **atividade laboratorial de referência** para autoridades de saúde e resposta a emergências de saúde pública;
- Cumprimento de **compromissos com organismos internacionais** como a Organização Mundial da Saúde, e europeus como o ECDC, na vigilância epidemiológica e diagnósticos laboratoriais;
- Reforço das **atividades antidopagem** realizadas pelo Laboratório de Análises de Dopagem;
- Manutenção de atividades de NGS, como a vigilância de variantes do SARS-CoV-2;
- Implementação de **novos diagnósticos**, como o diagnóstico pré-natal não invasivo (NIPT) e a Atrofia Muscular Espinhal no Rastreo Neonatal;
- Este aumento é particularmente evidente na aquisição de reagentes e material clínico, cuja variação chega a 75%, em grande parte devido ao referido projeto rescEU – *Stockpile*, que

inclui o fortalecimento de **reservas estratégicas** para enfrentar emergências sanitárias e catástrofes naturais.

Nas **Outras Despesas Correntes e de Capital**, será de destacar o seguinte:

- Despesas na **reabilitação** de infraestruturas e na **aquisição** de equipamentos laboratoriais e informáticos;
- Financiamento do **projeto REABIT** – Reabilitação de Infraestruturas e Equipamentos, no âmbito do PRR, que representa a maior parte dos investimentos previstos.

Por fim, é importante mencionar que a inflação projetada de 2,2% para 2025, combinada com tensões geopolíticas internacionais, pode resultar em aumentos nos custos de bens energéticos e matérias-primas, impactando especialmente as despesas com aquisição de bens e serviços.

Para mitigar essas pressões, a eficiência orçamental será prioritária com foco na cobrança efetiva das receitas próprias do INSA, que representam 20% do orçamento total e cobrem cerca de 33% das despesas com aquisição de bens e serviços.

## 4.5. RECURSOS TECNOLÓGICOS E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

O INSA, em alinhamento com a sua missão, possui necessidades próprias de desenvolvimento de sistemas de informação de gestão laboratorial, de vigilância e observação, de gestão da qualidade, de gestão da atividade, entre outras, cuja integração e interoperabilidade entre si e com outros sistemas de informação da Saúde torna mais profícuo o objetivo, sem prejuízo das atribuições e responsabilidades dos Serviços Partilhados do Ministério da Saúde (SPMS), no que aos Sistemas de Informação das entidades do Ministério da Saúde concerne.

Em 2025, após o decurso do primeiro ano do triénio do Plano Estratégico, preconiza-se a continuidade do desenvolvimento de novas funcionalidades próprias da **transformação digital**, entre as quais a modernização dos sistemas existentes, a evolução de procedimentos técnicos laboratoriais e novas atribuições analíticas, assim como o prosseguimento da **desmaterialização e simplificação administrativa**, tendo como base o racional económico do investimento e a forma como esse investimento racionaliza os recursos humanos e perspetiva a produtividade.

Perspetiva-se, para o ano em curso, a contratação de serviços de **desenvolvimento e atualização** de dois dos principais **sistemas de informação** em utilização no Instituto:

- Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ), que engloba entre outras funcionalidades os fluxos dos processos acreditados pelas Normas NP EN ISO 15189 e NP EN ISO/IEC 17025, a gestão da formação dos colaboradores, a gestão dos equipamentos laboratoriais e os pedidos de atividade no exterior, que é utilizado pela totalidade dos colaboradores com acesso a terminais de computação;

- Principal *software* de gestão laboratorial, transversal aos departamentos técnico-científicos, utilizado por mais de 450 utilizadores. Neste último, preconiza-se em 2025 o desenvolvimento de novas funcionalidades que visem a integração dos sistemas dos cinco Laboratórios Regionais de Saúde Pública.

Ao nível da **desmaterialização e simplificação administrativa**, prevê-se implementar:

- Um **sistema de captação digital de informação nutricional** de rótulos de produtos alimentares para o Departamento de Alimentação e Nutrição, com ganhos de produtividade dos recursos humanos e diminuição da probabilidade de erro;
- A instalação de um **sistema de informação para a gestão da assiduidade** e pontualidade dos Recursos Humanos, com funcionalidades até agora inexistentes como a produção automática de mapas de férias, a estender às localizações geográficas nas quais o Instituto está presente;
- Extensão da **solução de pedidos de assistência** (*ticketing*) em utilização na Direção de Gestão de Recursos Técnicos, projeto que implica desenvolvimentos personalizados face à complexidade e tipologia dos fluxos deste setor.

Será de salientar a continuidade da implementação, enquanto beneficiário final, das candidaturas a **fundos estruturais**, nomeadamente do Plano de Recuperação e Resiliência, e de I&D que se têm revelado, desde 2018, de suma importância na renovação da infraestrutura informática, dos terminais e dos sistemas de informação do Instituto, sendo de destacar o desenvolvimento de uma **plataforma tecnológica de observação de dados em Saúde**, integrada com os sistemas de informação nacionais e europeus e a substituição dos ativos de rede de voz e dados, reforço da capacidade de armazenamento de dados do *datacenter*, distribuição de mais de 200 terminais portáteis de computação e modernização dos sistemas de audiovisual das salas de reuniões.

Sem prejuízo dos principais projetos e objetivos supramencionados, pretende-se prosseguir outras atividades em matéria da transformação digital e simplificação administrativa, nomeadamente:

- Segurança da informação com o levantamento de necessidades para o alinhamento da infraestrutura informática com os novos normativos em matéria de **cibersegurança** das redes e dos sistemas de informação (Diretiva SRI 2);
- Colaboração com outras unidades na **desmaterialização processual** e redefinição de *workflows*;
- Continuidade da **modernização do parque informático**, incluindo a atualização de terminais;
- Continuidade no levantamento de necessidades, em articulação com a SPMS, de **novos sistemas de informação** para diferentes áreas da instituição.

## 4.6. ÁREA DA QUALIDADE

A Área da Qualidade é responsável por implementar e gerir os sistemas de gestão da qualidade do INSA, nomeadamente, a acreditação de ensaios, a representação do INSA em todas as questões relativas à qualidade e, complementarmente, coordena as ações entre as várias áreas do Instituto.

Refira-se, a respeito da acreditação, que esta permite ganhar e transmitir confiança na execução de determinadas atividades técnicas, ao confirmar a existência de um nível de competência técnica mínimo, reconhecido internacionalmente, ou seja, é o reconhecimento da competência técnica do INSA perante terceiros para efetuar a atividade específica de avaliação da conformidade (realização de ensaios).

O processo de acreditação é regido por normas internacionais, permitindo a existência de Acordos de Reconhecimento Internacionais (EA & IAF & ILAC; WADA) <sup>6</sup> entre os organismos de acreditação, facilitando a livre circulação de bens e serviços abrangidos pelas acreditações.

Para a área da genética humana, a legislação portuguesa recomenda a acreditação. A acreditação é legalmente exigida para a realização de determinados ensaios nas áreas alimentares e saúde ambiental, bem como nas análises de dopagem.

A acreditação de ensaios, efetuados pelo INSA, tem tido um crescimento exponencial, desde 2011, e visa contribuir para a melhoria contínua do desempenho do Instituto. Em 2024, estima-se que o INSA tenha aproximadamente **2300 ensaios acreditados** (resultados preliminares). Esta consolidação no crescimento encontra-se alicerçada no esforço, empenho e investimento que o Instituto e todos os seus colaboradores têm dedicado a este compromisso. Esta atividade, que se mantém estratégica para 2025, reforça a visão de excelência preconizada e concretiza-se, do ponto de vista operacional, através de:

- Transição da nova versão da **Norma NP EN ISO 15189** (Laboratórios Clínicos - Requisitos para a qualidade e competência);
- Consolidação da **Norma NP EN ISO/IEC 17025** (Requisitos gerais de competência para laboratórios de ensaio e calibração);
- Continuidade da integração do Sistema de Gestão da Qualidade do Laboratório de Análises de Dopagem no INSA;
- Proposta de certificação da norma **NP EN ISO 9001** (Sistemas de Gestão da Qualidade - Requisitos) tendo em vista a Certificação no âmbito das análises clínicas;
- Consolidação do **software de Gestão da Qualidade**, que contempla alguns dos requisitos das normas de referência pelas quais o INSA está acreditado, nomeadamente, NP EN ISO/IEC 17025 e NP EN ISO 15189 e pela qual pretende a certificação NP EN ISO 9001.

<sup>6</sup> EA: *European cooperation for Accreditation* no espaço europeu  
ILAC: *International Laboratory Accreditation Cooperation* no espaço mundial de laboratórios e inspeção  
WADA – *World Anti-Doping Agency* no espaço mundial de laboratórios de análises de dopagem



## 5. OPERACIONALIZAÇÃO POR UNIDADE ORGÂNICA

Seguidamente, encontram-se descritos os planos de ação das unidades orgânicas do INSA apresentando-se em primeiro lugar os planos dos Departamentos Técnico-Científicos, do Laboratório de Análises de Dopagem, do Museu da Saúde, das Direções de Serviço e das Áreas de Apoio à Gestão.

### 5.1. DEPARTAMENTO DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

#### • **COMPETÊNCIAS**

Ao Departamento de Alimentação e Nutrição (DAN) compete:

- a) Promover, coordenar e realizar investigação e desenvolvimento em alimentação e nutrição, identificando as necessidades e estabelecendo as respetivas prioridades, nomeadamente as fixadas pelo Ministério da Saúde, acordo com as estratégias nacionais e internacionais, que reforcem os programas nacionais e a internacionalização;
- b) Promover, coordenar e implementar programas de observação em saúde associados à alimentação e avaliar o risco e benefício para fins do desenvolvimento de planos de prevenção e controlo da doença;
- c) Assegurar a recolha, compilação e transmissão à Direção-Geral de Alimentação e Veterinária, para efeitos de comunicação à Autoridade Europeia de Segurança Alimentar, dos dados analíticos nacionais relativos à composição, incluindo contaminantes e outras substâncias químicas, dos géneros alimentícios e alimentos para animais;
- d) Assegurar a função de laboratório de referência para a saúde, nos domínios da segurança alimentar e nutrição, através da implementação de novas metodologias, do estudo epidemiológico laboratorial de doenças de origem alimentar, da prestação de serviços diferenciados, incluindo ensaios analíticos, produção de materiais de referência, e da organização de programas de avaliação externa da qualidade laboratorial.

#### • **OBJETIVOS OPERACIONAIS**

De forma a responder às suas atribuições, o DAN tem definidos como objetivos operacionais para 2025 (QUAR):

- **Obter evidência para a decisão em Saúde Pública através da utilização de instrumentos de observação, vigilância ou investigação**
  - Sistema de Vigilância do Estado Nutricional Infantil (COSI Portugal) – Número de ações \ iniciativas promovidas
- **Adotar medidas de boa gestão dos trabalhadores e de melhoria do ambiente e bem-estar no trabalho**
  - Número de iniciativas / ações promovidas no âmbito do "Programa Nutrição em Foco no INSA: para um ambiente de trabalho saudável e sustentável"

Complementarmente, o DAN tem ainda definidos os seguintes objetivos:

- Manter atualizadas as bases de dados que suportam instrumentos de resposta a necessidades nacionais em saúde;
- Monitorizar a ingestão de aditivos alimentares;
- Desenvolver os trabalhos do programa PortFIR (Plataforma Portuguesa de Informação Alimentar);
- Diversificar os serviços prestados na área laboratorial;
- Fomentar a participação em redes de referência/vigilância/ observação;
- Garantir a resposta em situações emergência de saúde pública, nas áreas de atuação do INSA;

## 5.2. DEPARTAMENTO DE DOENÇAS INFECIOSAS

### • **COMPETÊNCIAS**

Ao Departamento de Doenças Infecciosas (DDI) compete:

- a) Promover, coordenar e realizar atividades e projetos de investigação em doenças infecciosas, seus agentes e determinantes;
- b) Contribuir para o planeamento da agenda de investigação em Saúde;
- c) Colaborar na vigilância epidemiológica das doenças infecciosas, na sua componente laboratorial, em articulação com as redes nacionais e internacionais;
- d) Realizar prestação de serviços diferenciados e consultoria na área das doenças infecciosas e seus agentes e vetores;
- e) Atuar na avaliação do risco biológico de emergência em Saúde Pública;
- f) Coordenar as atividades dos biotérios.

### • **OBJETIVOS OPERACIONAIS**

De forma a responder às suas atribuições, o DDI tem definidos como objetivos operacionais para 2025 (QUAR):

- **Participar em consórcios de laboratórios de referência europeus (EURL)**
  - Participar na implementação e monitorização dos planos de trabalho dos consórcios estabelecidos – Número de reuniões realizadas
- **Assegurar e promover a vigilância epidemiológica e a monitorização de infeções por agentes microbianos de diferentes etiologias**
  - Vigilância entomológica e monitorização dos agentes infecciosos transmitidos por vetores (Rede REVIVE) - Número de iniciativas, ações e instrumentos desenvolvidos
  - Caracterização genómica (tipagem) dos microorganismos enviados pelos Laboratórios de Referência do INSA - Percentagem de microorganismos caracterizados

- **Melhorar a vigilância laboratorial da resistência aos antibióticos**

- Mapeamento dos isolados de cada hospital enviados ao Laboratório de Referência, no âmbito da Norma 004/DGS – Percentagem de isolados caracterizados

Complementarmente, o DDI tem ainda definidos os seguintes objetivos:

- Obter evidência para a decisão em Saúde Pública através da utilização de instrumentos de observação, vigilância ou investigação;
- Diversificar os serviços prestados na área laboratorial;
- Desenvolver e implementar a reserva estratégica europeia de contramedidas médicas e produtos químicos, biológicos, radiológicos e nucleares, em Portugal (rescEU);
- Fomentar a participação em redes de referência/vigilância/observação;
- Garantir a resposta em situações de emergência de saúde pública, nas áreas de atuação do INSA;
- Assegurar a qualidade dos serviços diferenciados em áreas científicas inovadoras;
- Contribuir para avaliar a execução e resultados das políticas, do Plano Nacional de Saúde (PNS) e Programas do Ministério da Saúde.

## 5.3. DEPARTAMENTO DE EPIDEMIOLOGIA

- **COMPETÊNCIAS**

Ao Departamento de Epidemiologia (DEP) compete:

- a) Promover a identificação de necessidades de conhecimento nos domínios da observação em saúde, da vigilância epidemiológica, de investigação epidemiológica, incluindo epidemiologia clínica e investigação em serviços de saúde;
- b) Desenvolver, gerir e manter instrumentos de observação em saúde e sistemas de vigilância epidemiológica, quer por iniciativa própria quer em colaboração com outros departamentos do INSA, ou entidades externas;
- c) Produzir indicadores referentes aos estados de saúde e de doença da população e os respetivos determinantes, bem como para a vigilância epidemiológica;
- d) Realizar investigação epidemiológica, incluindo de epidemiologia clínica e investigação em serviços de saúde;
- e) Realizar previsões e delinear cenários sobre a ocorrência de situações ou eventos de saúde ou de doença.

## • OBJETIVOS OPERACIONAIS

De forma a responder às suas atribuições, o DEP tem definidos como objetivos operacionais para 2025 (QUAR):

- **Obter evidência para a decisão em Saúde Pública através da utilização de instrumentos de observação, vigilância ou investigação**
  - Monitorização da efetividade de vacinas e de outras estratégias de imunização - Percentagem de concretização das atividades programadas para o ano
  - Monitorização da mortalidade por todas as causas – Percentagem de concretização das atividades programadas para o ano
- **Contribuir para avaliar a execução e resultados das políticas, do Plano Nacional de Saúde (PNS) e Programas do Ministério da Saúde**
  - Percentagem de ações, iniciativas e instrumentos concretizados, entre os programados, no âmbito do planeamento do modelo de avaliação do Plano Nacional de Saúde 2030
- **Fomentar a produção editorial científica**
  - Boletins Epidemiológicos Observações publicados

Complementarmente, o DEP tem ainda definidos os seguintes objetivos:

- Assegurar e promover a vigilância epidemiológica e a monitorização de infeções por agentes microbianos de diferentes etiologias;
- Fomentar a participação em redes de referência/vigilância/observação;
- Assegurar a qualidade do serviço;
- Coordenar o Programa Nacional de Avaliação Externa da Qualidade (PNAEQ).

## 5.4. DEPARTAMENTO DE GENÉTICA HUMANA

### • COMPETÊNCIAS

Ao Departamento de Genética Humana (DGH) compete:

- a) Executar investigação e desenvolvimento nas modalidades relevantes, em linha com as prioridades estratégicas do Ministério da Saúde;
- b) Assegurar, no domínio da genética, as funções de laboratório nacional de referência;
- c) Realizar rastreios e testes genéticos de base laboratorial e, em colaboração com o departamento de epidemiologia, a organização e gestão dos respetivos registos e coleções de produtos biológicos.

## • OBJETIVOS OPERACIONAIS

De forma a responder às suas atribuições, o DGH tem definidos como objetivos operacionais para 2025 (QUAR):

- **Melhorar o registo sobre indicadores de saúde**
  - Programa Nacional de Rastreio Neonatal - Taxa de cobertura de recém-nascidos estudados por ano face ao número de recém-nascidos registados a nível nacional
- **Contribuir para a Estratégia Integrada / Plano Nacional das Doenças Raras de base genética**
  - Número de exomas completos estudados
- **Gerar conhecimento para apoiar a Medicina de Precisão / Medicina Personalizada**
  - Documentos científicos produzidos no âmbito de projetos de investigação em medicina personalizada (Número)

Complementarmente, o DGH tem ainda definidos os seguintes objetivos:

- Melhorar o acesso aos cuidados de saúde e promover as boas práticas;
- Diversificar os serviços prestados na área laboratorial;
- Fomentar a participação em redes de referência/vigilância/observação;
- Coordenar a participação do INSA na Parceria Europeia para Avaliação de Risco de Químicos (PARC) para o reforço da Biomonitorização humana e toxicogenética em Portugal;
- Assegurar a qualidade dos serviços diferenciados em áreas científicas inovadoras;
- Contribuir para avaliar a execução e resultados das políticas, do Plano Nacional de Saúde (PNS) e Programas do Ministério da Saúde.

## 5.5. DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO DA SAÚDE E PREVENÇÃO DE DOENÇAS NÃO TRANSMISSÍVEIS

### • COMPETÊNCIAS

Ao Departamento de Promoção da Saúde e Prevenção de Doenças Não Transmissíveis (DPS) compete:

- a) A investigação dos determinantes biológicos, comportamentais e ambientais que contribuem para a promoção da saúde ou para o desencadeamento de doenças não transmissíveis, assim como para um melhor tratamento e prognóstico dos doentes, incluindo a organização e gestão das respetivas bases de dados e coleções de produtos biológicos;
- b) A avaliação diagnóstica do estado de saúde da população e da efetividade de intervenções no âmbito da promoção da saúde, produzindo evidência científica para a elaboração de linhas orientadoras com impacto em políticas públicas saudáveis;

- c) A promoção e divulgação da cultura científica, contribuindo para melhorar a literacia em saúde do cidadão, e a capacitação de investigadores e profissionais de saúde;
- d) A aplicação de resultados de investigação e a implementação de novas metodologias em áreas de referência, com vista ao diagnóstico e prevenção de doenças não transmissíveis.

## • OBJETIVOS OPERACIONAIS

De forma a responder às suas atribuições, o DPS tem definidos como objetivos operacionais para 2025 (QUAR):

- **Definir roadmap para o planeamento e implementação da Estratégia Nacional para a Medicina Genómica**
  - Estratégia Nacional para a Medicina Genómica – integração com iniciativas europeias (Número de iniciativas / ações promovidas)
- **Contribuir para avaliar a execução e resultados das políticas, do Plano Nacional de Saúde (PNS) e Programas do Ministério da Saúde**
  - Percentagem de ações, iniciativas e instrumentos concretizados, entre os programados, no âmbito do planeamento do modelo de avaliação do Plano Nacional de Saúde 2030
- **Gerar conhecimento para apoiar a Medicina de Precisão / Medicina Personalizada**
  - Documentos científicos produzidos no âmbito de projetos de investigação em medicina personalizada (Número)

Complementarmente, o DPS tem ainda definidos os seguintes objetivos:

- Fomentar a participação em redes de referência/vigilância/observação;
- Diversificar os serviços prestados na área laboratorial
- Desenvolver a Iniciativa Europeia 1 + *Million Genomes* (1+MG);
- Desenvolver a avaliação do impacto em saúde (*Health Impact Assessment*), de políticas da saúde e de outros setores;
- Promover a literacia em saúde dos cidadãos e a capacitação dos profissionais;
- Contribuir para a prevenção das Doenças Não-Transmissíveis.

## 5.6. DEPARTAMENTO DE SAÚDE AMBIENTAL

### • COMPETÊNCIAS

Ao Departamento de Saúde Ambiental (DSA) compete:

- a) Estudar os fatores de risco de natureza ambiental e ocupacional com impacto na saúde humana, numa perspetiva preventiva e de proteção relativamente à exposição;

- b) Promover a elaboração de planos de contingência para situações de emergência na área da saúde ambiental e ocupacional, incluindo a comunicação do risco;
- c) Promover redes temáticas e parcerias, incrementando a colaboração interinstitucional, quer a nível nacional, quer internacional;
- d) Propor medidas corretivas ou preventivas de apoio à decisão técnica e de política de saúde na área da saúde ambiental e ocupacional;
- e) Identificar as necessidades de investigação e desenvolvimento em saúde ambiental e ocupacional, estabelecendo as respetivas prioridades, de acordo com as prioridades e estratégicas nacionais e internacionais, nomeadamente as fixadas pelo Ministério da Saúde.

## • OBJETIVOS OPERACIONAIS

De forma a responder às suas atribuições, o DSA tem definidos como objetivos operacionais para 2025 (QUAR):

- **Gerar conhecimento para apoiar a decisão em saúde pública**
  - Número de parâmetros avaliados / implementados no âmbito da vigilância de águas residuais visando a implementação de um "sistema sentinela para riscos emergentes"

Complementarmente, o DSA tem ainda definidos os seguintes objetivos:

- Assegurar e promover a vigilância epidemiológica e a monitorização de infeções por agentes microbianos de diferentes etiologias;
- Fomentar a participação em redes de referência/vigilância/observação;
- Promover a implementação da metodologia de avaliação da qualidade do ar interior em edifícios;
- Participar nas ações previstas no Plano Nacional do Radão (PNRn);
- Diversificar os serviços prestados na área laboratorial;
- Garantir a resposta em situações emergência de saúde pública, nas áreas de atuação do INSA.

## 5.7. MUSEU DA SAÚDE

O Museu da Saúde abrange as áreas de atividade relacionadas com a museologia da saúde, designadamente da saúde pública à medicina tropical, do ensino à investigação e à prática clínica, da genética à vacinação e à segurança sanitária e biológica, da medicina e da enfermagem às demais profissões na área da saúde.

### • COMPETÊNCIAS

Ao Museu da Saúde (MuS) compete:

- a) Proceder ao registo, inventariação e classificação do acervo que lhe está afeto, mantendo atualizados todos os registos documentais referentes às novas incorporações do espólio museológico;

- b) Conservar preventivamente o acervo museológico que lhe está afeto e zelar pela sua segurança, bem como propor ações ou medidas de restauro;
- c) Expor o acervo museológico que lhe está afeto, no âmbito do programa museológico superiormente definido;
- d) Divulgar o acervo museológico e promover a divulgação das suas atividades;
- e) Propor superiormente ações de incorporação de novos testemunhos patrimoniais que contribuam para o enriquecimento do acervo museológico.
- f) Promover a cooperação com instituições nacionais e internacionais, através da celebração de parcerias, tendo em vista a criação de sinergias e visando o superior interesse da preservação do património cultural na área da saúde;
- g) Fomentar a colaboração com os países de língua oficial portuguesa e com outros de cultura lusófona;
- h) Apoiar a formação ministrada no INSA, bem como a difusão do conhecimento científico e tecnológico.

#### a) **OBJETIVOS OPERACIONAIS**

De forma a responder às suas atribuições, o MuS tem definido como objetivo operacional para 2025 (QUAR):

- **Consolidar o inventário e documentação do acervo do Museu da Saúde**
  - Número de objetos museológicos do acervo validados e disponibilizados *online*

Complementarmente, o MuS tem ainda definidos os seguintes objetivos:

- Assegurar a resposta a pedidos de informação externos (empréstimos, filmagens) relacionados com o acervo;
- Aumentar o acervo museológico atendendo ao cumprimento de critérios de referência;
- Realizar atividades culturais, educativas e de divulgação.

## 5.8. LABORATÓRIO DE ANÁLISES DE DOPAGEM

O Laboratório de Análises de Dopagem (LAD) é uma das entidades nacionais de antidopagem juntamente com a Autoridade Antidopagem de Portugal (ADoP) e o Colégio Disciplinar Antidopagem (CDA).

O LAD é uma unidade com autonomia técnica e científica integrada, desde junho de 2022, no INSA, tendo as suas competências definidas na Lei n.º 81/2021.

Com uma Política de Qualidade assente na defesa do praticante desportivo, o LAD tem na qualidade e credibilidade dos seus resultados um fator fundamental da sua atividade, sendo a acreditação concedida pelo Instituto Português de Acreditação (IPAC), de acordo com o referencial da norma NP EN ISO/IEC 17025, a garantia do correto cumprimento desses requisitos.

## • **COMPETÊNCIAS**

Ao LAD compete:

- a) Executar as análises relativas ao controlo de dopagem, a nível nacional ou internacional, se para tal for solicitado, de acordo com a sua capacidade operacional;
- b) Propor a celebração de protocolos com outras instituições, no âmbito das suas competências;
- c) Colaborar em ações de formação e investigação no âmbito da dopagem;
- d) Assegurar as demais funções que lhe sejam cometidas.

## • **OBJETIVOS OPERACIONAIS**

De forma a responder às suas atribuições, o LAD tem definido como objetivo operacional para 2025 (QUAR):

- **Garantir a proteção da saúde dos praticantes desportivos e a ética das competições, no âmbito do controlo de dopagem**
  - Controlos de Dopagem - Número de amostras analisadas

Complementarmente, o LAD tem ainda definidos os seguintes objetivos:

- Aumentar a procura por clientes internacionais;
- Diversificar os serviços prestados na área laboratorial;
- Promover a divulgação científica no âmbito das atividades do Laboratório de Análises de Dopagem (sob forma de comunicação oral, publicação ou poster).

## **5.9. DIREÇÃO DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS**

### • **COMPETÊNCIAS**

À Direção de Gestão de Recursos Humanos (DGRH) compete:

- a) Proceder à gestão e administração dos recursos humanos, desenvolvendo as metodologias e os instrumentos de planeamento que permitam a gestão previsional daqueles recursos;
- b) Sistematizar as políticas de recursos humanos tendo em vista a manutenção atualizada do manual de recursos humanos;
- c) Promover a identificação de competências críticas, para as diferentes áreas de atividade do INSA, tendo em vista a progressiva gestão por competências;
- d) Elaborar, coordenar e acompanhar os programas de formação interna;
- e) Assegurar a atualização das bases de dados de recursos humanos do INSA;
- f) Elaborar o balanço social;
- g) Implementar e gerir o sistema de avaliação e gestão de desempenho;
- h) Desenvolver e manter os conteúdos do portal de recursos humanos;

- i) Promover e assegurar a comunicação interna das políticas e processos de recursos humanos;
- j) Prestar apoio aos bolsheiros de investigação, desenvolvimento tecnológico ou de formação conexas com essas áreas;
- k) Organizar os processos de candidatura a bolsas Ricardo Jorge;
- l) Executar as atividades de expediente geral e distribuição de correspondência;
- m) Organizar e manter o arquivo geral do INSA;
- n) Coordenar e assegurar as atividades de estafeta, internas e externas;
- o) Assegurar o atendimento telefónico;
- p) Gerir a frota automóvel e garantir o seu funcionamento;
- q) Atualizar e remeter trimestralmente ao Conselho Diretivo o mapa de pessoal por unidade orgânica e carreira/categoria profissional com indicação dos postos de trabalho previstos e não ocupados;
- r) Remeter trimestralmente ao Conselho Diretivo listagem dos procedimentos concursais em curso acompanhada dos respetivos avisos de abertura, bem como dos procedimentos de mobilidade.

## • OBJETIVOS OPERACIONAIS

De forma a responder às suas atribuições, a DGRH tem definidos como objetivos operacionais para 2025 (QUAR):

- **Adotar medidas de boa gestão dos trabalhadores e de melhoria do ambiente e bem-estar no trabalho**
  - Percentagem de trabalhadores com modalidades de organização de trabalho que facilitem a conciliação da vida profissional, familiar e pessoal
  - Número de ações de formação / sensibilização em matéria de Segurança e Saúde no Trabalho
  - Número de iniciativas promovidas no âmbito da satisfação com o trabalho, o desenvolvimento de carreira e as necessidades de formação

Complementarmente, a DGRH tem ainda definidos os seguintes objetivos:

- Captar e promover a retenção de recursos humanos altamente qualificados em áreas técnico-científicas;
- Aperfeiçoar a gestão da formação;
- Promover a partilha de conhecimento.

## 5.10. DIREÇÃO DE GESTÃO DE RECURSOS FINANCEIROS

### • COMPETÊNCIAS

À Direção de Gestão de Recursos Financeiros (DRF) compete:

- a) Elaborar o projeto de orçamento anual, analisar e controlar periodicamente a sua execução geral e por unidades funcionais e propor alterações;
- b) Controlar a execução orçamental da despesa;
- c) Controlar o sistema contabilístico que identifica analiticamente os custos e proveitos associados às unidades funcionais;
- d) Assegurar o registo de todos os factos relevantes em termos orçamentais e contabilísticos, nomeadamente os procedimentos contabilísticos inerentes ao sistema de contabilidade geral e analítica;
- e) Organizar, elaborar e manter atualizados os registos patrimoniais e contabilísticos;
- f) Garantir o cumprimento das obrigações fiscais;
- g) Efetuar a gestão de fundos, proceder à cobrança das receitas e taxas provenientes da sua atividade e ao pagamento das despesas;
- h) Promover a constituição, reconstituição e liquidação de fundos permanentes;
- i) Efetuar a gestão das receitas;
- j) Emitir autorizações de pagamento;
- k) Elaborar a conta de gerência e o relatório de gestão anual;
- l) Elaborar análises económico-financeiras;
- m) Promover a cobrança atempada de receitas e efetuar o seu depósito regular;
- n) Elaborar os processos de aquisição;
- o) Assegurar a gestão administrativa dos procedimentos em conformidade com a lei;
- p) Assegurar a gestão financeira dos projetos de investigação do INSA;
- q) Colaborar na execução dos contratos de empreitada, de fornecimento de bens e serviços, locação e assistência técnica;
- r) Manter atualizado o inventário de bens móveis e imóveis afetos à instituição;
- s) Efetuar a gestão previsional de bens consumíveis necessários às atividades do INSA, em articulação com os respetivos serviços;
- t) Assegurar a gestão de *stocks* dos bens necessários à atividade do INSA;
- u) Proceder à armazenagem dos bens e à sua distribuição pelos serviços;
- v) Coordenar a atividade de prestação de serviços a pessoas singulares e coletivas públicas ou privadas, assegurando a entrega de resultados, relatórios e pareceres às mesmas;
- w) Assegurar colheitas, receção e triagem de produtos para análise nas áreas de intervenção do INSA;
- x) Assegurar a execução de contratos, acordos e figuras afins relacionados com a prestação de serviços;
- y) Assegurar a divulgação interna da informação geral que respeite a matéria da sua competência.

## • OBJETIVOS OPERACIONAIS

De forma a responder às suas atribuições, a DRF tem definidos como objetivos operacionais:

- Assegurar a sustentabilidade financeira do INSA;
- Implementar ações no âmbito do Programa de Gestão do Património Imobiliário;
- Assegurar a gestão eficiente do orçamento do INSA e respetiva prestação de contas;
- Melhorar os procedimentos para a realização de contratos relativos à aquisição/manutenção de bens e serviços;
- Melhorar a divulgação dos serviços diferenciados de natureza laboratorial disponíveis;
- Aumentar a produtividade no âmbito da prestação de serviços diferenciados na área laboratorial;
- Melhorar a informação disponível sobre a atividade laboratorial da área clínica, para suporte à tomada de decisão.

## 5.11. DIREÇÃO DE GESTÃO DE RECURSOS TÉCNICOS

### • COMPETÊNCIAS

À Direção de Gestão de Recursos Técnicos (DRT) e aos setores que compreende, compete:

- a) Garantir o funcionamento e gerir a reprografia;
- b) Gerir a rede informática do INSA e as aplicações e equipamentos necessários ao seu funcionamento;
- c) Implementar e assegurar a articulação e integração em rede das aplicações informáticas;
- d) Assegurar as infraestruturas tecnológicas adequadas aos serviços do INSA, e fazer a respetiva gestão;
- e) Participar no desenvolvimento de aplicações informáticas necessárias ao desempenho das atribuições do INSA;
- f) Prestar apoio técnico e formativo aos utilizadores das tecnologias de informação e comunicação;
- g) Gerir e garantir a manutenção da rede de telecomunicações de dados e de voz;
- h) Assegurar tecnicamente o funcionamento do site do INSA;
- i) Assegurar e avaliar as infraestruturas necessárias à instalação de equipamentos em todos os edifícios do INSA, bem como o seu adequado funcionamento;
- j) Coordenar os procedimentos relativos à manutenção das instalações técnicas especiais, equipamentos, edifícios, parques e jardins do INSA;
- k) Acompanhar a fiscalização de obras realizadas no INSA, por entidades externas;
- l) Apoiar os restantes serviços no lançamento de concursos e apreciação de propostas que tenham por objetivo a realização de obras ou contratos de aquisição, manutenção ou conservação de instalações e equipamentos;
- m) Assegurar a exploração otimizada das instalações técnicas especiais, bem como promover a eficiência energética;
- n) Prestar assessoria técnica em matérias atinentes às instalações e equipamentos tendo presente a promoção do ambiente;
- o) Assegurar a coordenação dos projetos do INSA, com apoios comunitários.

- **OBJETIVOS OPERACIONAIS**

De forma a responder às suas atribuições, a DRT tem definidos como objetivos operacionais para 2025:

- Desmaterializar os procedimentos administrativos do INSA;
- Modernizar as instalações;
- Beneficiar as instalações da Sede;
- Favorecer a transição para uma economia circular;
- Implementar medidas de Cibersegurança;
- Assegurar a qualidade do serviço;
- Realizar ações inspetivas no âmbito da Segurança, Higiene e Saúde.

## 5.12. ÁREA DA QUALIDADE

- **COMPETÊNCIAS**

À Área da Qualidade compete:

- a) Desenvolver os procedimentos necessários à implementação de uma cultura da qualidade no INSA;
- b) Coordenar a implementação do sistema de gestão da qualidade do INSA, nos vários referenciais normativos e promover a definição de diretrizes com vista à melhoria contínua da qualidade, potenciando a melhoria do desempenho dos serviços;
- c) Organizar e manter o sistema documental da qualidade, incluindo a promoção da elaboração e atualização do Manual de Colheitas e a organização e manutenção do arquivo das normas usadas nos laboratórios do INSA;
- d) Promover, orientar e acompanhar os contratos referentes ao controlo do equipamento laboratorial, de acordo com o plano elaborado no âmbito do sistema de gestão da qualidade;
- e) Planear, executar e acompanhar auditorias internas da qualidade, bem como acompanhar as auditorias externas da qualidade;
- f) Promover e organizar a instrução dos processos de Certificação e Acreditação do INSA.

- **OBJETIVOS OPERACIONAIS**

De forma a responder às suas atribuições, a Área da Qualidade tem definidos como objetivos operacionais para 2025 (QUAR):

- **Assegurar a qualidade dos serviços diferenciados em áreas científicas inovadoras**
  - Consolidar o processo de acreditação de ensaios analíticos - Número de ensaios
- **Assegurar a qualidade do serviço**
  - Índice médio de satisfação global dos clientes (escala 1-4)

Complementarmente, a Área da Qualidade tem ainda definidos os seguintes objetivos:

- Melhorar o sistema de gestão de processos e procedimentos laboratoriais;
- Reengenharia dos processos administrativos.

## 5.13. ÁREA DE CONTROLO E AUDITORIA INTERNA

A Área de Controlo e Auditoria Interna (CAI) é uma área de assessoria e apoio ao Conselho Diretivo, que presta análises e avaliações objetivas, de forma independente e com total autonomia técnica, emitindo relatórios de diagnóstico com a identificação dos pontos fracos para a adoção de medidas corretivas e das boas práticas a prosseguir, bem como o apoio à gestão do risco através da aferição da eficácia dos procedimentos.

### • **COMPETÊNCIAS**

Compete à CAI:

- a) Realizar ações de auditoria interna e avaliar os processos de controlo interno e gestão de riscos, nos domínios contabilísticos, financeiro, operacional, informático e de recursos humanos, contribuindo para a sua melhoria continua;
- b) Elaborar o plano anual, bem como o relatório sobre as atividades desenvolvidas na CAI, em que se refiram os controlos efetuados, as anomalias detetadas e as medidas corretivas a adotar;
- c) Cumprir, sempre que tal se revele exequível, o Plano Anual de Auditoria, quer no que concerne à calendarização estimada para os trabalhos, quer no que respeita aos objetivos definidos para cada programa de trabalho;
- d) Discutir os resultados das auditorias efetuadas com os responsáveis das unidades auditadas, apresentando as principais conclusões e recomendações e definindo datas para a implementação das recomendações;
- e) Apresentar ao Conselho Diretivo análises e recomendações sobre as atividades previstas, tendo em vista a melhoria do funcionamento dos serviços;
- f) Avaliar o grau de implementação das recomendações produzidas através da realização de ações de follow-up;
- g) Acompanhar as auditorias externas, colaborar na elaboração dos contraditórios aos relatórios elaborados e monitorizar a aplicação das recomendações aceites e consequentemente colaborar com o Fiscal Único;
- h) Coordenar as atividades e partilhar a informação com outras entidades internas e externas de forma a assegurar uma cobertura adequada da função e minimizar a duplicação de atividades e de esforços nesta matéria, constituindo-se neste âmbito como interlocutores privilegiados junto do Fiscal Único, Tribunal de Contas (TC), Inspeção-Geral das Finanças (IGF) e da Inspeção-Geral das Atividades em Saúde (IGAS);
- i) Elaborar, acompanhar e monitorizar o Plano de Prevenção de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas e elaborar o correspondente relatório anual de avaliação interna;
- j) Receber as comunicações de irregularidades sobre a organização e funcionamento do INSA, apresentadas pelos órgãos ou serviços, trabalhadores, colaboradores, utentes e cidadãos em geral;

- k) Investigar a existência de indícios de fraude e o uso irregular de recursos do INSA;
- l) Aferir a conformidade das práticas e procedimentos com as normas, leis e regulamentos aplicáveis e com as políticas e estratégias definidas pelo Conselho Diretivo, contribuindo para a melhoria contínua das operações e para a implementação das melhores práticas dentro da Instituição;
- m) Examinar o modo como o sistema de controlo interno (SCI) funciona para verificar a sua adequabilidade e funcionamento;
- n) Desempenhar as demais funções fixadas pelo Presidente do Conselho Diretivo.

## • OBJETIVOS OPERACIONAIS

De forma a responder às suas atribuições, a Área de Controlo e Auditoria Interna tem definidos como objetivos operacionais:

- Assegurar a monitorização do Plano de Prevenção de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas;
- Promover a divulgação dos instrumentos de controlo interno;
- Contribuir para a melhoria dos procedimentos internos através da revisão / elaboração de novos instrumentos / ações;
- Monitorizar o grau de implementação das recomendações decorrentes de auditorias externas.

## 5.14. ÁREA DE APOIO À INVESTIGAÇÃO

### • COMPETÊNCIAS

Compete ao Apoio à Investigação:

- a) Colaborar na promoção e coordenação das atividades de investigação e desenvolvimento de âmbito nacional e internacional;
- b) Apoiar os departamentos na área de investigação, designadamente identificando e divulgando novas oportunidades, nacionais e internacionais;
- c) Apoio à área da internacionalização da investigação;
- d) Apoiar a gestão financeira dos projetos de investigação, em articulação com o investigador principal do projeto, com Setor de Gestão Financeira e de Contabilidade e com o Setor de Aprovisionamento, Património e Logística;
- e) Propor soluções de gestão para otimizar os recursos canalizados para a investigação;
- f) Manter um registo atualizado dos projetos de investigação do INSA;
- g) Colaborar na formulação de indicadores de produção científica, implementando e procedendo ao tratamento e análise dos mesmos;
- h) Coordenar os processos de registo dos direitos de propriedade industrial elaborados a favor do inventor individual ou da equipa inventora e do INSA;
- i) Promover e apoiar as colaborações interinstitucionais de âmbito nacional e internacional;
- j) Articular com a Área de Bolsas, do Setor de Desenvolvimento de Recursos Humanos, da DGRH, a promoção do registo dos bolseiros e de outros colaboradores que executem atividades de investigação no INSA;

- k) Apoiar na elaboração de candidaturas de projetos de investimento a financiamentos externos e efetuar o respetivo controlo da execução física e financeira, disponibilizando os elementos necessários à sua avaliação.

- **OBJETIVOS OPERACIONAIS**

De forma a responder às suas atribuições, a Área de Apoio à Investigação tem definido como objetivo operacional para 2025 (QUAR):

- **Reforçar a Investigação**
  - Projetos de I&D iniciados no ano

Complementarmente, o GAI tem ainda definido o seguinte objetivo:

- Aumentar captação de financiamento;
- Promover a elaboração da agenda científica do INSA.

## 5.15. ÁREA DE BIBLIOTECA DA SAÚDE

- **COMPETÊNCIAS**

Compete à Biblioteca da Saúde:

- a) Assegurar a receção, registo, classificação e catalogação de toda a documentação para a atualização e desenvolvimento do acesso bibliográfico do INSA preservando coleções patrimoniais.
- b) Coordenar e manter o repositório de produção literária técnico-científico do INSA e a Biblioteca Digital;
- c) Assegurar o tratamento documental e garantir o rápido acesso aos recursos de informação;
- d) Velar pelo espólio bibliográfico do INSA propondo, para o efeito, as medidas necessárias à sua conservação e recuperação;
- e) Promover a divulgação do espólio bibliográfico do INSA, apoiando, na área da pesquisa, todos os utilizadores;
- f) Promover a cooperação com outras instituições de documentação e informação técnico-científica, em especial na área da saúde;
- g) Zelar pelo arquivo documental histórico do INSA;
- h) Coordenar o serviço de publicações do INSA garantindo a atividade editorial e assegurando a comercialização de publicações;
- i) Coordenar e gerir a Biblioteca da Saúde.

## • OBJETIVOS OPERACIONAIS

De forma a responder às suas atribuições, a Área da Biblioteca da Saúde tem definido como objetivo operacional para 2025 (QUAR):

- **Fomentar a produção editorial científica**
  - Boletins Epidemiológicos Observações publicados

Complementarmente, a Área da Biblioteca da Saúde tem ainda definidos os seguintes objetivos:

- Atualizar e enriquecer o acervo bibliográfico, promovendo o acesso e aprofundando o conhecimento das coleções patrimoniais;
- Dar resposta a pedidos de informação bibliográfica internos e externos, reforçando parcerias de partilha de informação com serviços congéneres;
- Dinamizar e incrementar os serviços e as coleções bibliográficas, em particular a Biblioteca Digital e o Repositório Científico de Acesso Aberto, mantendo a colaboração com redes de partilha de informação nacionais e internacionais;
- Reforçar a capacitação em I&D+i;
- Aumentar as publicações em revistas indexadas.

## 5.16. ÁREA DE COMUNICAÇÃO, *MARKETING* E RELAÇÕES EXTERNAS

### • COMPETÊNCIAS

Compete à Comunicação, *Marketing* e Relações Externas (CMRE):

- a) Definir a estratégia de comunicação e marketing, concretizando ações com vista ao reforço da imagem do Instituto;
- b) Assegurar a atividade de assessoria de imprensa, dando resposta às solicitações dos órgãos de comunicação social e divulgando a atividade do Instituto;
- c) Proceder à análise, tratamento e divulgação interna da imprensa nacional ou internacional em matérias relacionadas com a missão e atribuições do Instituto e, genericamente, com o setor da saúde;
- d) Produzir conteúdos informativos para os diversos suportes comunicacionais do Instituto, nomeadamente a gestão do site institucional na internet, *facebook* e outras redes sociais e, bem assim, folhetos, brochuras e *merchandising*;
- e) Dar resposta às reclamações por parte de entidades externas (pessoas ou organização) ao Instituto, coordenando-se com os Departamentos e Unidades visadas;
- f) Definir ações com vista à divulgação de informação sobre a agenda de investigação, projetos em curso e resultados da atividade científica e tecnológica desenvolvida no Instituto;
- g) Promover a realização de ações de difusão da cultura científica junto das populações e públicos-alvo definidos;
- h) Proceder à supervisão da utilização e ocupação apropriada e eficaz dos espaços do Instituto;

- i) Colaborar na organização de reuniões, conferências, congressos e outros eventos similares;
- j) Garantir a organização e o acompanhamento de visitas guiadas às Instalações do Instituto;
- k) Organizar, coordenar e colaborar com os Departamentos e serviços do Instituto na definição e programação das atividades científicas e culturais e gestão logística dos eventos a realizar anualmente;
- l) Promover, coordenar e apoiar iniciativas de cooperação, de cariz nacional ou internacional, com entidades que se revelem estratégicas na concretização da missão e atribuições do Instituto;
- m) Apoiar os profissionais na gestão das suas competências: elaboração assertiva de *Curriculum Vitae*, cartas de apresentação, portfólios, publicações, pósteres;
- n) Fomentar estratégias de *coaching* e desenvolvimento pessoal, formação em comunicação, *networking*, marketing-pessoal e empreendedorismo;
- o) Informar os utentes dos seus direitos e deveres em relação ao serviço prestado.

## • OBJETIVOS OPERACIONAIS

De forma a responder às suas competências, a CMRE tem definidos como objetivos operacionais para 2025 (QUAR):

- **Fomentar projetos/ações de cooperação internacionais**
  - Projeto "Força Saúde - FORTalecer a alianÇA entre os Sistemas de SAÚDE Africanos e de Portugal através da capacitação dos recursos humanos" - Número de atividades de formação e iniciativas promovidas no ano, no âmbito do plano do triénio 2024-2026

Complementarmente, a CMRE tem ainda definidos os seguintes objetivos:

- Colaborar com instituições internacionais de relevo no âmbito da saúde pública, na vertente laboratorial;
- Realizar eventos estratégicos;
- Promover a visibilidade dos grupos de Investigação na página do Instituto;
- Destacar a imagem do Instituto - Promover a presença nas redes sociais e nos media;
- Elaborar conteúdos informativos para os canais de comunicação institucionais.

## 5.17. SETOR JURÍDICO

### • COMPETÊNCIAS

Compete ao Jurídico:

- a) Prestar assessoria jurídica ao Conselho Diretivo, emitindo pareceres, elaborando informações e estudos de natureza jurídica sobre quaisquer assuntos que lhe sejam submetidos;
- b) Participar na análise e preparação de projetos de diplomas legais e de regulamentos no domínio da atividade do INSA, que lhe sejam solicitados pelo Conselho Diretivo;

- c) Elaborar ou apreciar minutas de contratos, acordos, protocolos e despachos que lhe sejam solicitados pelo Conselho Diretivo;
- d) Instruir processos, nomeadamente no âmbito do Estatuto Disciplinar dos Funcionários Públicos;
- e) Coordenar o contencioso do INSA, assegurando o patrocínio judicial, diretamente ou em regime de aquisição de serviços externos, nos processos em que o INSA seja parte.
- f) Exercer funções consultivas de carácter científico-técnico de elevada complexidade e responsabilidade, tendo em vista a tomada de decisão;
- g) Prestar consulta direta aos diretores de serviços de apoio à investigação, gestão e administração e coordenadores dos departamentos técnico-científicos e dos setores funcionais dos serviços de apoio à investigação, gestão e administração.

### • OBJETIVOS OPERACIONAIS

De forma a responder às suas atribuições, o Setor Jurídico tem definidos como objetivos operacionais para 2025 (QUAR):

- **Integrar os Laboratórios Regionais de Saúde Pública de Aveiro, Braga, Évora, Faro e Leiria, no âmbito do Decreto-Lei n.º 54/2024, de 6 de setembro**
  - Número de ações de operacionalização da integração

Complementarmente, o Setor Jurídico tem ainda definidos os seguintes objetivos:

- Promover a colaboração técnico-científica;
- Promover a formação e atualização dos trabalhadores sobre assuntos legislativos;
- Garantir o apoio Jurídico pré-contencioso.

## 5.18. ÁREA DE OFERTA FORMATIVA

### • COMPETÊNCIAS

Compete à Área de Oferta Formativa (AOF):

- a) Elaborar o Plano Anual de Oferta Formativa do INSA e propor o seu orçamento;
- b) Divulgar a oferta formativa do INSA, sob a designação de "INSA-forma" e logotipo aprovado pelo Conselho Diretivo;
- c) Coordenar a realização das iniciativas de oferta formativa nas diferentes modalidades e regimes de funcionamento, presencial e à distância;
- d) Estabelecer parcerias com entidades externas relevantes para o desenvolvimento da oferta formativa do INSA;
- e) Manter atualizado o sistema de registo da oferta formativa.

- **OBJETIVOS OPERACIONAIS**

De forma a responder às suas atribuições, a Área de Oferta Formativa tem definidos como objetivos operacionais:

- Promover o desenvolvimento das competências em saúde pública através da oferta formativa;
- Aumentar o impacto da divulgação dos serviços disponíveis no âmbito da oferta formativa;
- Fomentar projetos/ações de cooperação internacionais;
- Assegurar a qualidade do serviço no âmbito da oferta formativa;
- Apoiar a realização de ações de formação em regime online e em formato *webinar*.

## 5.19. ÁREA DE PLANEAMENTO ESTRATÉGICO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL

- **COMPETÊNCIAS**

Compete à APDO:

- a) Contribuir para a concretização dos objetivos estratégicos do INSA através de um planeamento integrado das suas atividades e da afetação equilibrada dos recursos disponíveis, do acompanhamento contínuo dos resultados e da adequação das linhas de ação;
- b) Elaborar os documentos de gestão nomeadamente, o Plano Estratégico (PE), o Plano de Atividades (PA), o Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) e o Relatório Anual de Atividades (RAA);
- c) Assegurar a execução do processo de planeamento estratégico e operacional, monitorizando o desempenho das diversas unidades orgânicas;
- d) Propor, implementar e analisar indicadores de gestão e de atividade;
- e) Criar e manter estruturas de recolha, tratamento, atualização e disponibilização de informação sobre as áreas de atuação e desenvolvimento do Instituto;
- f) Desenvolver instrumentos de análise, informação, estudos e pareceres, de suporte à gestão;
- g) Estudar as ações referentes à racionalização e simplificação dos procedimentos e circuitos administrativos;
- h) Propor e acompanhar medidas tendentes à otimização e gestão de recursos;
- i) Produzir *reports* de informação estatística;
- j) Apoiar a elaboração de cartas de qualidade, previstas no artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de abril;
- k) Desenvolver as metodologias e os instrumentos de planeamento que permitam a gestão estratégica dos recursos humanos;
- l) Assegurar a articulação e acompanhar o alinhamento entre os diferentes subsistemas do SIADAP 1, 2, e 3;
- m) Promover o desenvolvimento organizacional através da implementação de práticas que visem o desenvolvimento, a motivação e o comprometimento dos trabalhadores, traduzidas, nomeadamente, no seu envolvimento com o Instituto (na definição dos objetivos, na

melhoria dos processos de trabalho, na tomada de decisão e na avaliação do serviço), na promoção de iniciativas no domínio da responsabilidade social e na aposta numa comunicação interna eficaz.

- **OBJETIVOS OPERACIONAIS**

De forma a responder às suas atribuições, a APDO tem definido como objetivo operacional para 2025 (QUAR):

- **Adotar medidas de boa gestão dos trabalhadores e de melhoria do ambiente e bem-estar no trabalho**
  - Número de ações promovidas decorrentes das sugestões dos trabalhadores no questionário de satisfação interno referente ao ano n-1

Complementarmente, a APDO tem ainda definidos os seguintes objetivos:

- Promover a satisfação dos colaboradores;
- Melhorar o processo de recolha, tratamento, atualização e disponibilização de informação sobre as áreas de atuação e desenvolvimento do Instituto;

## 6. ANEXOS

---



## 6.1. FICHAS DE ATIVIDADES POR UNIDADE ORGÂNICA

### 6.1.1. DEPARTAMENTO DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

Departamento de Alimentação e Nutrição																					
OE INSA	ATRIBUIÇÃO UO	OBJETIVO OPERACIONAL (OOP)	PARÂMETRO OOP	INDICADOR	UNIDADE	TIPO INDICADOR	VALORES PRÉVIOS 2020	VALORES PRÉVIOS 2021	VALORES PRÉVIOS 2022	VALORES PRÉVIOS 2023	VALORES PRÉVIOS 2024	META 2025	TOLERÂNCIA	VALOR CRÍTICO	PESO	FONTE DE VERIFICAÇÃO	RESPONSÁVEIS PELA EXECUÇÃO	ATIVIDADE CONSTANTE ORÇAMENTO	EVENTUAIS DEPENDÊNCIAS	ENTIDADES COLABORADORAS	CONTRIBUTO PARA OR. ESTRATÉGICAS DO MS
2	INSA h; DAN b)	Obter evidência para a decisão em Saúde Pública através da utilização de instrumentos de observação, vigilância ou investigação (QUAR 2025 R)	Eficácia	Número de iniciativas / ações promovidas no âmbito do Sistema de Vigilância do Estado Nutricional Infantil (COSI Portugal) (QUAR 2025 R)	N.º	Resultado	NA	NA	NA	NA	NA	2	1	4	100%	Ficheiro COSI PORTUGAL	DAN	AO	-	WHO Europe	PNS 2030 5); PNPAS
4	DAN b)	Adotar medidas de boa gestão dos trabalhadores e de melhoria do ambiente e bem-estar no trabalho (QUAR 2025 R)	Qualidade	Número de iniciativas / ações promovidas no âmbito do "Programa Nutrição em Foco no INSA: para um ambiente de trabalho saudável e sustentável" (QUAR 2025 R)	N.º	Realização	NA	NA	NA	NA	10	8	1	10	100%	Ficheiro_Excel_Atividades desenvolvidas - Nutrição em foco	DAN	AO	-	-	Orientações SEAP- 1 a)
2	DAN b)	Manter atualizadas as bases de dados que suportam instrumentos de resposta a necessidades nacionais em saúde	Eficácia	Tabela de Composição dos Alimentos - Número de dados revistos / novos no âmbito da atualização anual da base de dados	N.º	Resultado	NA	NA	1161	1153	1015	1100	50	1161	100%	FoodCASE	DAN	AO	-	-	PNS 2030 2)
1	DAN c)	Monitorizar a ingestão de aditivos alimentares	Eficácia	População escolar abrangida - Número de alunos inquiridos	N.º	Resultado	NA	NA	NA	NA	NA	540	60	800	100%	Base de Dados Anual_RedCap_Final_Consolidada	DAN	AO	-	Rede escolar nacional	PNS 2030 2)

### Departamento de Alimentação e Nutrição

OE INSA	ATRIBUIÇÃO UO	OBJETIVO OPERACIONAL (OOP)	PARÂMETRO OOP	INDICADOR	UNIDADE	TIPO INDICADOR	VALORES PRÉVIOS 2020	VALORES PRÉVIOS 2021	VALORES PRÉVIOS 2022	VALORES PRÉVIOS 2023	VALORES PRÉVIOS 2024	META 2025	TOLERÂNCIA	VALOR CRÍTICO	PESO	FONTE DE VERIFICAÇÃO	RESPONSÁVEIS PELA EXECUÇÃO	ATIVIDADE CONSTANTE ORÇAMENTO	EVENTUAIS DEPENDÊNCIAS	ENTIDADES COLABORADORAS	CONTRIBUTO PARA OR. ESTRATÉGICAS DO MS
1	DAN b)	Desenvolver os trabalhos do programa PortFIR (Plataforma Portuguesa de Informação Alimentar)	Eficácia	Dinamizar os grupos de trabalho do PortFIR - Número de reuniões promovidas	N.º	Realização	NA	NA	NA	NA	NA	12	4	17	100%	Convocatórias das reuniões	DAN	AO		Membros do Programa	PNS 2030 2)
4	INSA o)	Diversificar os serviços prestados na área laboratorial	Eficiência	Número de novos ensaios / testes implementados	N.º	Realização	NA	NA	NA	3	2	2	1	4	100%	INSALab	DAN	AO			PNS 2030 4)
1	INSA h)	Fomentar a participação em redes de referência/vigilância/ observação	Eficácia	Redes nacionais de referência/vigilância/observação	N.º	Realização	3	2	2	1	1	1	0	3	100%	Ficheiro Excel_Matriz_DTC_UO	DAN	AO			PNS 2030 1)
2	INSA i)	Garantir a resposta em situações de emergência de saúde pública, nas áreas de atuação do INSA	Eficácia	Taxa média de resposta em tempo útil	%	Resultado	100%	100%	100%	97%	100%	100%	0%	0%	100%	INSALab	DAN	AO			PNS 2030 3)

## 6.1.2. DEPARTAMENTO DE DOENÇAS INFECCIOSAS

Departamento de Doenças Infecciosas																					
OE INSA	ATRIBUIÇÃO UO	OBJETIVO OPERACIONAL (OOP)	PARÂMETRO OOP	INDICADOR	UNIDADE	TIPO INDICADOR	VALORES PRÉVIOS 2020	VALORES PRÉVIOS 2021	VALORES PRÉVIOS 2022	VALORES PRÉVIOS 2023	VALORES PRÉVIOS 2024	META 2025	TOLERÂNCIA	VALOR CRÍTICO	PESO	FONTE DE VERIFICAÇÃO	RESPONSÁVEIS PELA EXECUÇÃO	ATIVIDADE CONSTANTE ORÇAMENTO	EVENTUAIS DEPENDÊNCIAS	ENTIDADES COLABORADORAS	CONTRIBUTO PARA OR. ESTRATÉGICAS DO MS
1	DDI c)	Participar em consórcios de laboratórios de referência europeus (EURL) ( <b>QUAR 2025</b> )	Eficácia	Participar na implementação e monitorização dos planos de trabalho dos consórcios estabelecidos – Número de reuniões realizadas ( <b>QUAR 2025</b> )	N.º	Realização	NA	NA	NA	NA	NA	18	1	20	100%	Registo de agendamentos das reuniões	DDI	AO			PNS 2030 4); Regulamento (UE) 2022/2371
1	INSA h)	Assegurar e promover a vigilância epidemiológica e a monitorização de infeções por agentes microbianos de diferentes etiologias ( <b>QUAR 2025 R</b> )	Eficácia	Vigilância entomológica e monitorização dos agentes infecciosos transmitidos por vetores (Rede REVIVE) - Número de iniciativas, ações e instrumentos desenvolvidos ( <b>QUAR 2025 R</b> )	N.º	Realização	NA	NA	NA	NA	20	19	1	21	25%	Relatórios (Anual e Técnicos); Registos de ações/ Workshop; Sítio INSA; Repositório	DDI	AO		Autoridades de Saúde Regionais, RA Açores e Madeira; DGS	PNS 2030 3); Programa XXIV Governo 5.1
				Caracterização genómica (tipagem) dos microorganismos enviados pelos Laboratórios de Referência do INSA - Percentagem de microrganismos caracterizados ( <b>QUAR 2025 R</b> )	%	Resultado	NA	NA	NA	NA	90%	92%	5%	100%	25%	Bases de dados da core-facility da Unidade de Tecnologia e Inovação e do Núcleo de Genómica e Bioinformática	DDI	AO			PNS 2030 3)

### Departamento de Doenças Infecciosas

OE INSA	ATRIBUIÇÃO UO	OBJETIVO OPERACIONAL (OOP)	PARÂMETRO OOP	INDICADOR	UNIDADE	TIPO INDICADOR	VALORES PRÉVIOS 2020	VALORES PRÉVIOS 2021	VALORES PRÉVIOS 2022	VALORES PRÉVIOS 2023	VALORES PRÉVIOS 2024	META 2025	TOLERÂNCIA	VALOR CRÍTICO	PESO	FONTE DE VERIFICAÇÃO	RESPONSÁVEIS PELA EXECUÇÃO	ATIVIDADE CONSTANTE ORÇAMENTO	EVENTUAIS DEPENDÊNCIAS	ENTIDADES COLABORADORAS	CONTRIBUTO PARA OR. ESTRATÉGICAS DO MS
				Contribuir para o Sistema Europeu de Vigilância (TESSy) do Centro Europeu de Prevenção e Controlo das Doenças (ECDC) - Percentagem de estirpes clínicas de <i>Listeria monocytogenes</i> com dados genómicos, submetidas no ano	%	Resultado	NA	NA	NA	NA	100%	92%	5%	100%	25%	TESSy e bases de dados do LNR	DDI	AO		DGS	PNS 2030 3)
				Assegurar a gestão e análise da informação relativa aos casos notificados de infeção por VIH e SIDA: Número de ações desenvolvidas para concretização do Relatório Nacional anual de vigilância epidemiológica	N.º	Realização	NA	NA	NA	NA	4	4	1	6	25%	Repositório; Base de dados nacional VIH	DDI	AO	Médicos notificadores e sistemas informáticos específicos	DGS/SPMS	PNS 2030 3); PNISTVIH
1	DDI C)	Melhorar a vigilância laboratorial da resistência aos antibióticos (QUAR 2025)	Eficácia	Mapeamento dos isolados de cada hospital enviados ao Laboratório de Referência, no âmbito da Norma 004/DGS – Percentagem de isolados caracterizados (QUAR 2025)	%	Resultado	NA	NA	NA	86%	85%	85%	10%	100%	100%	Base de dados LNR + INSALab	DDI	AO	Laboratórios de Hospitais nacionais	Laboratórios de Hospitais nacionais	PNS 2030 4); Norma 004/DGS; PPCIRA
2	INSA h)	Obter evidência para a decisão em Saúde Pública através da utilização de instrumentos de observação, vigilância ou investigação	Eficácia	Inquérito Serológico Nacional COVID-19 e Gripe – Número de ações realizadas	N.º	Realização	NA	NA	NA	NA	NA	4	1	6	40%	Documentos emitidos e disseminados pela rede de Laboratórios e/ou divulgação pública	DDI/DEP	AO	Adesão entidades parceiras	Laboratórios hospitalares públicos e laboratórios privados	PNS 2030 5)

## Departamento de Doenças Infecciosas

OE INSA	ATRIBUIÇÃO UO	OBJETIVO OPERACIONAL (OOP)	PARÂMETRO OOP	INDICADOR	UNIDADE	TIPO INDICADOR	VALORES PRÉVIOS 2020	VALORES PRÉVIOS 2021	VALORES PRÉVIOS 2022	VALORES PRÉVIOS 2023	VALORES PRÉVIOS 2024	META 2025	TOLERÂNCIA	VALOR CRÍTICO	PESO	FONTE DE VERIFICAÇÃO	RESPONSÁVEIS PELA EXECUÇÃO	ATIVIDADE CONSTANTE ORÇAMENTO	EVENTUAIS DEPENDÊNCIAS	ENTIDADES COLABORADORAS	CONTRIBUTO PARA OR. ESTRATÉGICAS DO MS
				Programa Nacional de Vigilância da Gripe e de Outros Vírus Respiratórios (PNVGVR) - Número de iniciativas, ações e instrumentos desenvolvidos	N.º	Realização	NA	NA	NA	NA	NA	52	1	55	30%	Sítio do INSA	DDI/DEP	AO		Rede Laboratórios Gripe; Rede Médicos Sentinela; Rede Unidades de Saúde Sentinela	PNS 2030 5); PNVGVR
				Inquérito Nacional de Saúde com Exame Físico (INSEF) e Inquérito Serológico Nacional (ISN) – Número de relatórios sobre as atividades programadas	N.º	Realização	NA	NA	NA	NA	NA	1	0	2	30%	Informação-proposta	DEP / DDI	ASPFP	Financiamento pelo MS		PNS 2030 5)
4	INSA o)	Diversificar os serviços prestados na área laboratorial	Eficiência	Número de novos ensaios / testes implementados	N.º	Realização	NA	NA	NA	16	10	8	2	16	100%	INSALab	DDI	AO			PNS 2030 4)
2	INSA o)	Desenvolver e implementar a reserva estratégica europeia de contramedidas médicas e produtos químicos, biológicos, radiológicos e nucleares, em Portugal (rescEU)	Eficiência	Percentagem de aquisição e gestão dos componentes da reserva estratégica europeia, no âmbito da responsabilidade do INSA	%	Resultado	NA	NA	NA	NA	0%	70%	20%	100%	100%	Relatórios de execução do Projeto	DDI	ASPFP	Ministério da Saúde, Comissão Europeia	SUCH, DGS, SPMS, INEM, INFARMED, LNM	Mecanismo Europeu de Proteção Civil

## Departamento de Doenças Infecciosas

OE INSA	ATRIBUIÇÃO UO	OBJETIVO OPERACIONAL (OOP)	PARÂMETRO OOP	INDICADOR	UNIDADE	TIPO INDICADOR	VALORES PRÉVIOS 2020	VALORES PRÉVIOS 2021	VALORES PRÉVIOS 2022	VALORES PRÉVIOS 2023	VALORES PRÉVIOS 2024	META 2025	TOLERÂNCIA	VALOR CRÍTICO	PESO	FONTE DE VERIFICAÇÃO	RESPONSÁVEIS PELA EXECUÇÃO	ATIVIDADE CONSTANTE ORÇAMENTO	EVENTUAIS DEPENDÊNCIAS	ENTIDADES COLABORADORAS	CONTRIBUTO PARA OR. ESTRATÉGICAS DO MS
1	INSA h)	Fomentar a participação em redes de referência/vigilância/observação	Eficácia	Redes nacionais de referência/vigilância/observação	N.º	Realização	18	18	18	20	20	20	1	22	100%	Ficheiro Excel_Matriz_DTC_UO; Sítio do INSA	DDI	AO	Médicos e laboratórios	DGS, Autoridades de Saúde Regionais,	PNS 2030 1)
2	INSA i)	Garantir a resposta em situações de emergência de saúde pública, nas áreas de atuação do INSA	Eficácia	Taxa média de resposta em tempo útil	%	Resultado	100%	100%	100%	100%	100%	100%	0%	0%	100%	Registo contactos Autoridades Saúde; INSALab	DDI	AO			PNS 2030 3)
4	INSA o)	Assegurar a qualidade dos serviços diferenciados em áreas científicas inovadoras	Qualidade	Número de iniciativas / ações promovidas no âmbito do desenvolvimento de uma plataforma multiómica online de prestação de serviços para o sector da investigação em Saúde Pública de Precisão – PrecisOmics	Nº	Realização	NA	NA	NA	NA	1	2	1	4	50%	Documentum SGD / Sítio PrecisOmics	DDI/DGH	AO			PNS 2030 4)
				Implementar, otimizar e operacionalizar a metodologia de metagenómica para apoio à decisão clínica em casos de diagnóstico complexo de doenças infecciosas: Número de ações de divulgação realizadas	Nº	Realização	NA	NA	NA	NA	3	2	1	4	50%	Links de publicitação da atividade ou comprovativos de agendamento	DDI	AO			PNS 2030 4)
2	INSA m)	Contribuir para avaliar a execução e resultados das políticas, do Plano Nacional de Saúde (PNS) e Programas do Ministério da Saúde	Eficácia	Taxa de realização dos relatórios planeados conducentes à avaliação de planos e programas	%	Resultado	80%	100%	100%	100%	100%	100%	0%	0%	100%	Relatórios dos Programas	DDI/DEP	AO	Direção dos Programas	Direção dos Programas e DGS	PNS 2030 1)

### 6.1.3. DEPARTAMENTO DE EPIDEMIOLOGIA

Departamento de Epidemiologia																					
OE INSA	ATRIBUIÇÃO UO	OBJETIVO OPERACIONAL (OOP)	PARÂMETRO OOP	INDICADOR	UNIDADE	TIPO INDICADOR	VALORES PRÉVIOS 2020	VALORES PRÉVIOS 2021	VALORES PRÉVIOS 2022	VALORES PRÉVIOS 2023	VALORES PRÉVIOS 2024	META 2025	TOLERÂNCIA	VALOR CRÍTICO	PESO	FONTE DE VERIFICAÇÃO	RESPONSÁVEIS PELA EXECUÇÃO	ATIVIDADE CONSTANTE ORÇAMENTO	EVENTUAIS DEPENDÊNCIAS	ENTIDADES COLABORADORAS	CONTRIBUTO PARA OR.- ESTRATÉGICAS DO MS
2	INSA h; DEP b)	Obter evidência para a decisão em Saúde Pública através da utilização de instrumentos de observação, vigilância ou investigação (QUAR 2025 R)	Eficácia	Monitorização da efetividade de vacinas e de outras estratégias de imunização - Percentagem de concretização das atividades programadas para o ano (QUAR 2025 R)	%	Resultado	NA	NA	NA	86%	93%	94%	5%	100%	20%	Ficheiros Excel_Monitorização_DEP	DEP	AO			PNS 2030 5); PNV; PNVGR
				Monitorização da mortalidade por todas as causas – Percentagem de concretização das atividades programadas para o ano (QUAR 2025 R)	%	Resultado	NA	NA	NA	NA	100%	95%	4%	100%	20%	Ficheiro Excel_Monitorização_DEP + Relatórios publicados	DEP	AO			PNS 2030 5)
				Monitorização das anomalias congénitas em Portugal através do Registo Nacional de Anomalias Congénitas (RENAC) - Percentagem de concretização das atividades programadas para o ano	%	Resultado	NA	NA	NA	82%	86%	86%	5%	100%	20%	Ficheiro Excel_Monitorização_DEP	DEP	AO			PNS 2030 5)
				Monitorização dos acidentes domésticos e de lazer em Portugal através do sistema EVITA (Epidemiologia e Vigilância dos Traumatismos e Acidentes) - Percentagem de concretização das atividades programadas para o ano	%	Resultado	NA	NA	NA	85%	100%	90%	5%	100%	20%	Ficheiros Excel_Monitorização_DEP + Relatórios publicados	DEP	AO			PNS 2030 5)
				Inquérito Nacional de Saúde com Exame Físico (INSEF) e Inquérito Serológico Nacional (ISN) – Número de relatórios sobre as atividades programadas	N.º	Realização	NA	NA	NA	NA	NA	1	0	2	20%	Informação-proposta	DEP / DDI	ASFPF	Financiamento pelo MS		PNS 2030 5)

## Departamento de Epidemiologia

OE INSA	ATRIBUIÇÃO UO	OBJETIVO OPERACIONAL (OOP)	PARÂMETRO OOP	INDICADOR	UNIDADE	TIPO INDICADOR	VALORES PRÉVIOS 2020	VALORES PRÉVIOS 2021	VALORES PRÉVIOS 2022	VALORES PRÉVIOS 2023	VALORES PRÉVIOS 2024	META 2025	TOLERÂNCIA	VALOR CRÍTICO	PESO	FONTE DE VERIFICAÇÃO	RESPONSÁVEIS PELA EXECUÇÃO	ATIVIDADE CONSTANTE ORÇAMENTO	EVENTUAIS DEPENDÊNCIAS	ENTIDADES COLABORADORAS	CONTRIBUTO PARA OR. ESTRATÉGICAS DO MS
2	INSA m)	Contribuir para avaliar a execução e resultados das políticas, do Plano Nacional de Saúde (PNS) e Programas do Ministério da Saúde (QUAR 2025 R)	Eficácia	Porcentagem de ações, iniciativas e instrumentos concretizados, entre os programados, no âmbito da avaliação do Plano Nacional de Saúde 2030 (QUAR 2025 R)	%	Resultado	NA	NA	NA	NA	30%	90%	5%	100%	50%	Repositório / Ficheiro Excel_Matriz_DTC_UO	DEP/DPS	AO	DGS		PNS 2030 1)
				Taxa de realização dos relatórios planeados conducentes à avaliação de planos e programas	%	Resultado	80%	100%	100%	100%	100%	100%	0%	0%	50%	Relatório submetido ao CD	DDJ/DEP	AO			PNS 2030 1)
3	INSA b)	Fomentar a produção editorial científica (QUAR 2025)	Eficácia	Boletins Epidemiológicos Observações publicados (QUAR 2025)	N.º	Realização	4	3	3	3	3	4	1	6	100%	Repositório	BIBL / DEP / DTC	AO			PNS 2030 2)
1	INSA h)	Assegurar e promover a vigilância epidemiológica e a monitorização de infeções por agentes microbianos de diferentes etiologias	Eficácia	Programa de Intervenção Operacional de Prevenção Ambiental da Legionella (PIOPAL) – Número de relatórios elaborados no ano	N.º	Realização	NA	NA	NA	NA	0	2	0	3	100%	Relatórios remetidos ao Ministério da Saúde	DEP / DSA	AO			Despacho n.º 10285/2017 de 27 de novembro, do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde; PNS 2030 3)

## Departamento de Epidemiologia

OE INSA	ATRIBUIÇÃO UO	OBJETIVO OPERACIONAL (OOP)	PARÂMETRO OOP	INDICADOR	UNIDADE	TIPO INDICADOR	VALORES PRÉVIOS 2020	VALORES PRÉVIOS 2021	VALORES PRÉVIOS 2022	VALORES PRÉVIOS 2023	VALORES PRÉVIOS 2024	META 2025	TOLERÂNCIA	VALOR CRÍTICO	PESO	FONTE DE VERIFICAÇÃO	RESPONSÁVEIS PELA EXECUÇÃO	ATIVIDADE CONSTANTE ORÇAMENTO	EVENTUAIS DEPENDÊNCIAS	ENTIDADES COLABORADORAS	CONTRIBUTO PARA OR. ESTRATÉGICAS DO MS
1	INSA h)	Fomentar a participação em redes de referência/vigilância/observação	Eficácia	Redes nacionais de referência/vigilância/observação	N.º	Realização	5	5	5	6	6	6	1	8	100%	Ficheiro Excel_Matriz_DTC_UO	DEP	AO	HOSPITAIS (eurocat; IDB); im (euromomo);		PNS 2030 1)
4	INSA c)	Assegurar a qualidade do serviço	Qualidade	Taxa de satisfação dos laboratórios participantes no Programa Nacional de Avaliação Externa da Qualidade	%	Impacto	37,5%	95,7%	96,4%	96%	94%	94%	5%	100%	100%	Relatório tratamento questionários	DEP / PNAEQ	AO			PNAEQ; PNS 2030 4)
1	INSA c)	Coordenar o Programa Nacional de Avaliação Externa da Qualidade (PNAEQ)	Eficiência	Número de programas oferecidos	N.º	Realização	32	31	32	31	31	29	2	32	50%	Livro especificações PNAEQ disponível no sítio do INSA	DEP / PNAEQ	AO	IPDx, CHLO, CHIN, FRUL, CHLC, SKAL; ECAT, AfrAloc, Quidgest		PNAEQ
				Tempo médio de envio de relatórios com informação de valor alvo / esperado aos participantes do PNAEQ	N.º Dias Úteis	Impacto	8,6	6,3	5,6	6,4	5,2	6,4	2	5,2	50%	Base de dados dos programas e relatório da Unidade AEQ	DEP / PNAEQ	AO			PNAEQ

## 6.1.4. DEPARTAMENTO DE GENÉTICA HUMANA

Departamento de Genética Humana																					
OE INSA	ATRIBUIÇÃO UO	OBJETIVO OPERACIONAL (OOP)	PARÂMETRO OOP	INDICADOR	UNIDADE	TIPO INDICADOR	VALORES PRÉVIOS 2020	VALORES PRÉVIOS 2021	VALORES PRÉVIOS 2022	VALORES PRÉVIOS 2023	VALORES PRÉVIOS 2024	META 2025	TOLERÂNCIA	VALOR CRÍTICO	PESO	FONTE DE VERIFICAÇÃO	RESPONSÁVEIS PELA EXECUÇÃO	ATIVIDADE CONSTANTE ORÇAMENTO	EVENTUAIS DEPENDÊNCIAS	ENTIDADES COLABORADORAS	CONTRIBUTO PARA OR.- ESTRATÉGICAS DO MS
1	INSA g)	Melhorar o registo sobre indicadores de saúde (QUAR 2025)	Eficácia	Programa Nacional de Rastreio Neonatal - Taxa de cobertura de recém-nascidos estudados por ano face ao número de recém-nascidos registados a nível nacional (QUAR 2025)	%	Impacto	NA	99%	99%	99,88 %	ND	95%	4%	100%	100%	Relatório atividades do PNRN (INE vs N.º de fichas rececionadas)	DGH	AO			PNRN; PNS 2030 5)
2	INSA g)	Melhorar o acesso aos cuidados de saúde e promover as boas práticas	Eficiência	Programa Nacional de Rastreio Neonatal - Número de novas doenças em estudo-piloto	N.º	Impacto	NA	NA	NA	NA	NA	1	0	2	100%	Relatório atividades do PNRN	DGH	AO			PNRN; PNS 2030 5)
2	INSA f)	Contribuir para a Estratégia Integrada / Plano Nacional das Doenças Raras de base genética (QUAR 2025)	Eficácia	Número de exomas completos estudados (QUAR 2025)	N.º	Realização	NA	NA	NA	NA	36	60	10	100	30%	Dashboard Unidade de Tecnologia e Inovação (UTI)	DGH	AO			EIDR; PNS 2030 4)
				Número de novos testes genéticos disponibilizados ao SNS para diagnóstico de Doenças Raras	N.º	Impacto	NA	NA	NA	31	14	15	7	31	30%	INSALab; Ficheiro Excel_Matriz_D TC_UO	DGH	AO		DGS	EIDR; PNS 2030 4)
				Número de ações realizadas na Coordenação do <i>National Mirror Group</i> no âmbito do programa europeu conjunto para as doenças raras	N.º	Realização	NA	NA	NA	3	3	3	1	5	20%	Ficheiro Excel_Matriz_D TC_UO	DGH	ASPPF		DGS; ATCIB; FCT; RD- Portugal	EIDR; PNS 2030 4)

### Departamento de Genética Humana

OE INSA	ATRIBUIÇÃO UO	OBJETIVO OPERACIONAL (OOp)	PARÂMETRO OOp	INDICADOR	UNIDADE	TIPO INDICADOR	VALORES PRÉVIOS 2020	VALORES PRÉVIOS 2021	VALORES PRÉVIOS 2022	VALORES PRÉVIOS 2023	VALORES PRÉVIOS 2024	META 2025	TOLERÂNCIA	VALOR CRÍTICO	PESO	FONTE DE VERIFICAÇÃO	RESPONSÁVEIS PELA EXECUÇÃO	ATIVIDADE CONSTANTE ORÇAMENTO	EVENTUAIS DEPENDÊNCIAS	ENTIDADES COLABORADORAS	CONTRIBUTO PARA OR. ESTRATÉGICAS DO MS
				Número de ações e eventos organizados relacionados com Doenças Raras	N.º	Realização	NA	2	2	2	3	5	1	7	20%	Sítio do INSA	DGH	AO			EIDR: PNS 2030 4)
3	INSA a); DGH a)	Gerar conhecimento para apoiar a Medicina de Precisão / Medicina Personalizada ( <b>QUAR 2025</b> )	Eficiência	Documentos científicos produzidos no âmbito de projetos de investigação em medicina personalizada (Número) ( <b>QUAR 2025</b> )	N.º	Realização	NA	NA	NA	NA	28	25	2	28	25%	Repositório / Ficheiro Excel_Matriz_D TC_UO	DGH / DPS	ASPPF			PNS 2030 2)
				Número de variantes genéticas de patogenicidade desconhecida estudadas	N.º	Realização	NA	NA	NA	NA	4	5	1	7	25%	Ficheiro Excel_Matriz_D TC_UO	DGH	ASPPF			PNS 2030 2)
				Número de estudos realizados de farmacogenética em terapias dirigidas	N.º	Realização	NA	NA	NA	130	94	90	20	130	25%	INSALab	DGH	ASPPF			PNS 2030 2)
				Número de estudos publicados com base nas terapias de RNA ( <i>RNA base therapy</i> )	N.º	Realização	NA	NA	NA	4	1	2	1	4	25%	Ficheiro Excel_Matriz_D TC_UO	DGH	ASPPF			PNS 2030 2)
4	INSA o)	Diversificar os serviços prestados na área laboratorial	Eficiência	Número de novos ensaios / testes implementados	N.º	Realização	NA	NA	NA	37	12	10	5	37	100%	INSALab	DGH	AO			PNS 2030 4)

### Departamento de Genética Humana

OE INSA	ATRIBUIÇÃO UO	OBJETIVO OPERACIONAL (OOP)	PARÂMETRO OOP	INDICADOR	UNIDADE	TIPO INDICADOR	VALORES PRÉVIOS 2020	VALORES PRÉVIOS 2021	VALORES PRÉVIOS 2022	VALORES PRÉVIOS 2023	VALORES PRÉVIOS 2024	META 2025	TOLERÂNCIA	VALOR CRÍTICO	PESO	FONTE DE VERIFICAÇÃO	RESPONSÁVEIS PELA EXECUÇÃO	ATIVIDADE CONSTANTE ORÇAMENTO	EVENTUAIS DEPENDÊNCIAS	ENTIDADES COLABORADORAS	CONTRIBUTO PARA OR. ESTRATÉGICAS DO MS
1	INSA h)	Fomentar a participação em redes de referência/vigilância/observação	Eficácia	Redes nacionais de referência/vigilância/observação	N.º	Realização	4	4	4	8	7	7	0	8	100%	Ficheiro Excel_Matriz_D TC_UO	DGH	AO			PNS 2030 1)
3	DGH a)	Coordenar a participação do INSA na Parceria Europeia para Avaliação de Risco de Químicos (PARC) para o reforço da Biomonitorização humana e toxicogenética em Portugal	Eficiência	Número de ações / projetos desenvolvidos no âmbito da Coordenação da PARC	N.º	Realização	NA	NA	NA	10	9	10	1	12	100%	Ficheiro Excel_Matriz_D TC_UO	DGH	ASFPF			PNS 2030 3)
4	INSA o)	Assegurar a qualidade dos serviços diferenciados em áreas científicas inovadoras	Qualidade	Número de iniciativas / ações promovidas no âmbito do desenvolvimento de uma plataforma multiómica online de prestação de serviços para o sector da investigação em Saúde Pública de Precisão – PrecisOmics	Nº	Realização	NA	NA	NA	NA	1	2	1	4	100%	Documentum SGD / Sítio PrecisOmics	DDI/DGH	AO			PNS 2030 4)
2	INSA m)	Contribuir para avaliar a execução e resultados das políticas, do Plano Nacional de Saúde (PNS) e Programas do Ministério da Saúde	Eficácia	Taxa de realização dos relatórios planeados conducentes à avaliação de planos e programas	%	Resultado	100%	100%	100%	100%	100%	100%	0%	0%	100%	Relatórios dos Programas	DGH	AO			PNS 2030 1)

## 6.1.5. DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO DA SAÚDE E PREVENÇÃO DE DOENÇAS NÃO TRANSMISSÍVEIS

Departamento de Promoção da Saúde e Prevenção de Doenças Não Transmissíveis																					
OE INSA	ATRIBUIÇÃO UO	OBJETIVO OPERACIONAL (OOP)	PARÂMETRO OOP	INDICADOR	UNIDADE	TIPO INDICADOR	VALORES PRÉVIOS 2020	VALORES PRÉVIOS 2021	VALORES PRÉVIOS 2022	VALORES PRÉVIOS 2023	VALORES PRÉVIOS 2024	META 2025	TOLERÂNCIA	VALOR CRÍTICO	PESO	FONTE DE VERIFICAÇÃO	RESPONSÁVEIS PELA EXECUÇÃO	ATIVIDADE CONSTANTE ORÇAMENTO	EVENTUAIS DEPENDÊNCIAS	ENTIDADES COLABORADORAS	CONTRIBUTO PARA OR-ESTRATÉGICAS DO MS
2	DPS d)	Definir roadmap para o planeamento e implementação da Estratégia Nacional para a Medicina Genómica (QUAR 2025 R)	Eficácia	Estratégia Nacional para a Medicina Genómica – integração com iniciativas europeias (Número de iniciativas / ações promovidas) (QUAR 2025 R)	N.º	Resultado	NA	NA	NA	NA	5	5	1	7	100%	Repositório	DPS	AO	NTT DATA, Technopolis,		PNS 2030 4)
2	INSA m)	Contribuir para avaliar a execução e resultados das políticas, do Plano Nacional de Saúde (PNS) e Programas do Ministério da Saúde (QUAR 2025 R)	Eficácia	Percentagem de ações, iniciativas e instrumentos concretizados, entre os programados, no âmbito da avaliação do Plano Nacional de Saúde 2030 (QUAR 2025 R)	%	Resultado	NA	NA	NA	NA	30%	90%	5%	100%	100%	Repositório / Ficheiro Excel_Matriz _DTC_UO	DEP/DPS	AO	DGS	OMS	PNS 2030 1)
3	INSA a)	Gerar conhecimento para apoiar a Medicina de Precisão / Medicina Personalizada (QUAR 2025)	Eficiência	Documentos científicos produzidos no âmbito de projetos de investigação em medicina personalizada (Número) (QUAR 2025)	N.º	Realização	NA	NA	9	9	10	9	2	12	40%	Repositório / Ficheiro Excel_Matriz _DTC_UO	DGH / DPS	ASPFP			PNS 2030 2)
	DPS d)			Percentagem de ações concretizadas para definição do Modelo de Gestão de Doente com Hipercolesterolemia Familiar, no âmbito do Projeto <i>Personalizing diagnosis and treatment for Familial Hypercholesterolemia patients</i> (PerMedFH), face às ações previstas anualmente no plano do triénio 2024-2026	%	Resultado	NA	NA	NA	NA	20%	30%	10%	50%	30%	Ficheiro Excel_Matriz _DTC_UO	DPS	ASPFP			PNS 2030 2)
	DPS d)			Desenvolvimento de painel de farmacogenética para personalização da terapêutica e prevenção de reações adversas - Número de ações concretizadas	N.º	Resultado	NA	NA	NA	NA	NA	2	1	4	30%	INSALab	DPS	ASPFP			PNS 2030 2)

## Departamento de Promoção da Saúde e Prevenção de Doenças Não Transmissíveis

OE INSA	ATRIBUIÇÃO UO	OBJETIVO OPERACIONAL (OOP)	PARÂMETRO OOP	INDICADOR	UNIDADE	TIPO INDICADOR	VALORES PRÉVIOS 2020	VALORES PRÉVIOS 2021	VALORES PRÉVIOS 2022	VALORES PRÉVIOS 2023	VALORES PRÉVIOS 2024	META 2025	TOLERÂNCIA	VALOR CRÍTICO	PESO	FONTE DE VERIFICAÇÃO	RESPONSÁVEIS PELA EXECUÇÃO	ATIVIDADE CONSTANTE ORÇAMENTO	EVENTUAIS DEPENDÊNCIAS	ENTIDADES COLABORADORAS	CONTRIBUTO PARA OR. ESTRATÉGICAS DO MS
4	INSA o)	Diversificar os serviços prestados na área laboratorial	Eficiência	Número de novos ensaios / testes implementados	N.º	Realização	NA	NA	NA	0	1	1	0	2	100%	INSALab	DPS	AO			PNS 2030 4)
1	INSA h)	Fomentar a participação em redes de referência/vigilância/observação	Eficácia	Redes nacionais de referência/vigilância/observação	N.º	Realização	4	4	4	3	3	3	1	5	50%	Ficheiro Excel_Matriz _DTC_UO	DPS	AO		Instituições parceiras das respetivas redes	PNS 2030 1)
	DPS c)			Divulgar os resultados das redes de referência, através da publicação de infográficos	N.º	Resultado	NA	1	1	1	1	1	0	2	50%	Sítio do INSA	DPS	AO			PNS 2030 1)
3	DPS a)	Desenvolver a Iniciativa Europeia 1 + <i>Million Genomes</i> (1+MG)	Eficácia	Numero de iniciativas realizadas ao nível europeu, no âmbito da Coordenação do Grupo de trabalho <i>Implementation of Genomics in Healthcare</i> da iniciativa <i>1 Million genomes</i>	Nº	Realização	NA	NA	NA	NA	4	4	1	6	50%	Ficheiro Excel_Matriz _DTC_UO	DPS	AO		Instituições parceiras das respetivas redes	PNS 2030 4)
	DPS a)			Taxa de execução do Projeto Europeu <i>Genomic Data Infrastructure</i> (GDI) no âmbito da iniciativa <i>1 Million Genomes</i> - implementação do nó português da rede de acesso a dados genómicos	%	Resultado	NA	NA	NA	45%	60%	80%	10%	100%	50%	Ficheiro Excel_Matriz _DTC_UO	DPS	ASPFP	BioData.pt SPMS		PNS 2030 4)

## Departamento de Promoção da Saúde e Prevenção de Doenças Não Transmissíveis

OE INSA	ATRIBUIÇÃO UO	OBJETIVO OPERACIONAL (OOp)	PARÂMETRO OOp	INDICADOR	UNIDADE	TIPO INDICADOR	VALORES PRÉVIOS 2020	VALORES PRÉVIOS 2021	VALORES PRÉVIOS 2022	VALORES PRÉVIOS 2023	VALORES PRÉVIOS 2024	META 2025	TOLERÂNCIA	VALOR CRÍTICO	PESO	FONTE DE VERIFICAÇÃO	RESPONSÁVEIS PELA EXECUÇÃO	ATIVIDADE CONSTANTE ORÇAMENTO	EVENTUAIS DEPENDÊNCIAS	ENTIDADES COLABORADORAS	CONTRIBUTO PARA OR. ESTRATÉGICAS DO MS
2	INSA h)	Desenvolver a avaliação do impacto em saúde (Health Impact Assessment), de políticas da saúde e de outros setores	Eficiência	Número de iniciativas, atividades e ações promovidas no âmbito da avaliação do impacto em saúde	N.º	Resultado	NA	NA	NA	NA	1	1	0	2	100%	Repositório / Ficheiro Excel_Matriz_DTC_UO	DPS	AO			PNS 2030 1)
2	INSA b)	Promover a literacia em saúde dos cidadãos e a capacitação dos profissionais	Qualidade	Número de atividades promovidas no âmbito da promoção da saúde, da literacia em saúde e da capacitação dos profissionais de saúde	N.º	Resultado	NA	NA	NA	NA	7	7	1	9	100%	Repositório / Ficheiro Excel_Matriz_DTC_UO	DPS	AO			PNS 2030 2)
2	DPS b)	Contribuir para a prevenção das Doenças Não-Transmissíveis	Eficiência	Taxa de elaboração da recomendação para diagnóstico precoce, tratamento e referenciação da Hipercolesterolemia Familiar pediátrica para a população portuguesa, no âmbito da Iniciativa Europeia do <i>Screening</i> Pediátrico da Hipercolesterolemia Familiar (FH), para prevenção de ocorrência de doenças cardiovasculares	%	Resultado	NA	NA	NA	80%	90%	95%	4%	100%	100%	Ficheiro Excel_Matriz_DTC_UO	DPS	ASPPP	DGS / Serviços clínicos parceiros da		PNS 2030 4)

## 6.1.6. DEPARTAMENTO DE SAÚDE AMBIENTAL

Departamento de Saúde Ambiental																					
OE INSA	ATRIBUIÇÃO UO	OBJETIVO OPERACIONAL (OOP)	PARÂMETRO OOP	INDICADOR	UNIDADE	TIPO INDICADOR	VALORES PRÉVIOS 2020	VALORES PRÉVIOS 2021	VALORES PRÉVIOS 2022	VALORES PRÉVIOS 2023	VALORES PRÉVIOS 2024	META 2025	TOLERÂNCIA	VALOR CRÍTICO	PESO	FONTE DE VERIFICAÇÃO	RESPONSÁVEIS PELA EXECUÇÃO	ATIVIDADE CONSTANTE ORÇAMENTO	EVENTUAIS DEPENDÊNCIAS	ENTIDADES COLABORADORAS	CONTRIBUTO PARA OR. ESTRATÉGICAS DO MS
4	INSA h)	Gerar conhecimento para apoiar a decisão em saúde pública (QUAR 2025)	Eficiência	Número de parâmetros avaliados / implementados no âmbito da vigilância de águas residuais visando a implementação de um "sistema sentinela para riscos emergentes" (QUAR 2025)	N.º	Realização	NA	NA	NA	NA	7	8	1	10	50%	Projeto AgIR: Apresentações nas Reuniões do projeto; Projeto EU-WISH: Ficheiro excel monitorização	DSA	AO			PNS 2030 3)
				Número de ações e iniciativas desenvolvidas no âmbito da avaliação do impacto da poluição do ar interior e exterior na saúde respiratória - Projeto JARED (Joint Action on Respiratory Diseases)	N.º	Realização	NA	NA	NA	NA	NA	8	1	10	50%	Ficheiro excel de monitorização do Projeto	DSA	ASFPF	DGS / ULS Santa Maria		PNS 2030 3)
1	INSA h)	Assegurar e promover a vigilância epidemiológica e a monitorização de infeções por agentes microbianos de diferentes etiologias	Eficácia	Programa de Intervenção Operacional de Prevenção Ambiental da Legionella (PIOPAL) – Número de relatórios elaborados no ano	N.º	Realização	NA	NA	NA	NA	0	2	0	3	100%	Relatórios remetidos ao Ministério da Saúde	DEP / DSA	AO			Despacho n.º 10285/2017 de 27 de novembro, do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde; PNS 2030 3)

### Departamento de Saúde Ambiental

OE INSA	ATRIBUIÇÃO UO	OBJETIVO OPERACIONAL (OOP)	PARÂMETRO OOP	INDICADOR	UNIDADE	TIPO INDICADOR	VALORES PRÉVIOS 2020	VALORES PRÉVIOS 2021	VALORES PRÉVIOS 2022	VALORES PRÉVIOS 2023	VALORES PRÉVIOS 2024	META 2025	TOLERÂNCIA	VALOR CRÍTICO	PESO	FONTE DE VERIFICAÇÃO	RESPONSÁVEIS PELA EXECUÇÃO	ATIVIDADE CONSTANTE ORÇAMENTO	EVENTUAIS DEPENDÊNCIAS	ENTIDADES COLABORADORAS	CONTRIBUTO PARA OR. ESTRATÉGICAS DO MS
1	INSA h)	Fomentar a participação em redes de referência/vigilância/observação	Eficácia	Redes nacionais de referência/vigilância/observação	N.º	Realização	1	2	4	4	4	4	0	5	100%	Ficheiro Excel_Matriz_DTC_UO	DSA	AO			PNS 2030 1)
4	DSA e)	Promover a implementação da metodologia de avaliação da qualidade do ar interior em edifícios	Eficiência	Número de ações de sensibilização, formação e informação realizadas no âmbito da Portaria n.º 138-G/2021	N.º	Realização	NA	NA	5	3	6	5	2	8	100%	Ficheiro Excel_Matriz_DTC_UO; Agenda de reuniões da UASO L	DSA	AO			Portaria n.º 138-G/2021 de 1 de julho; PNS 2030 3)
1	DSA c)	Participar nas ações previstas no Plano Nacional do Radão (PNRn)	Eficiência	Número de ações realizadas	N.º	Realização	NA	NA	NA	NA	3	3	1	5	100%	Ficheiro Excel_Matriz_DTC_UO	DSA	ASFPF			Resolução do Conselho de Ministros n.º 150-A/2022, de 29 de dezembro; PNS 2030 3)
4	INSA o)	Diversificar os serviços prestados na área laboratorial	Eficiência	Número de novos ensaios / testes implementados	N.º	Realização	NA	NA	NA	7	12	8	2	12	100%	INSALab	DSA	AO			PNS 2030 4)
2	INSA i)	Garantir a resposta em situações de emergência de saúde pública, nas áreas de atuação do INSA	Eficácia	Taxa média de resposta em tempo útil	%	Resultado	100%	100%	100%	100%	100%	100%	0%	0%	100%	Ficheiro Excel_Matriz_DTC_UO	DAN / DDI / DSA	AO			PNS 2030 3)

## 6.1.7. MUSEU DA SAÚDE

Museu da Saúde																					
OE INSA	ATRIBUIÇÃO UO	OBJETIVO OPERACIONAL (OOp)	PARÂMETRO OOp	INDICADOR	UNIDADE	TIPO INDICADOR	VALORES PRÉVIOS 2020	VALORES PRÉVIOS 2021	VALORES PRÉVIOS 2022	VALORES PRÉVIOS 2023	VALORES PRÉVIOS 2024	META 2025	TOLERÂNCIA	VALOR CRÍTICO	PESO	FONTE DE VERIFICAÇÃO	RESPONSÁVEIS PELA EXECUÇÃO	ATIVIDADE CONSTANTE ORÇAMENTO	EVENTUAIS DEPENDÊNCIAS	ENTIDADES COLABORADORAS	CONTRIBUTO PARA OR. ESTRATÉGICAS DO MS
2	MUS a)	Consolidar o inventário e documentação do acervo do Museu da Saúde (QUAR 2025)	Eficácia	Número de objetos museológicos do acervo validados e disponibilizados <i>online</i> (QUAR 2025)	N.º	Realização	NA	NA	NA	300	150	250	40	300	100%	Museu da Saúde digital	MUS	AO			PNS 2030 2)
4	MUS d)	Assegurar a resposta a pedidos de informação externos (empréstimos, filmagens) relacionados com o acervo	Eficácia	Taxa média de respostas dentro dos prazos fixados	%	Resultado	NA	NA	NA	95%	100%	95%	4%	100%	100%	Relatório de Atividades	MUS	AO			.
2	MUS a)	Aumentar o acervo museológico atendendo ao cumprimento de critérios de referência	Qualidade	Número de peças avaliadas no âmbito de doações	N.º	Resultado	NA	NA	NA	250	250	100	20	250	100%	Relatório de Atividades	MUS	AO			.
2	MUS c)	Realizar atividades culturais, educativas e de divulgação	Eficácia	Número de atividades de divulgação nas redes sociais	N.º	Realização	NA	NA	NA	125	130	130	10	150	50%	Perfil do Museu nas redes sociais	MUS	AO			PNS 2030 2)
				Número de grupos para visitas orientadas	N.º	Realização	NA	NA	NA	83	111	80	15	111	50%	Ficheiro excel_visitas de grupos	MUS	AO			PNS 2030 2)

## 6.1.8. LABORATÓRIO DE ANÁLISES DE DOPAGEM

Laboratório de Análises de Dopagem																					
OE INSA	ATRIBUIÇÃO UO	OBJETIVO OPERACIONAL (OOP)	PARÂMETRO OOP	INDICADOR	UNIDADE	TIPO INDICADOR	VALORES PRÉVIOS 2020	VALORES PRÉVIOS 2021	VALORES PRÉVIOS 2022	VALORES PRÉVIOS 2023	VALORES PRÉVIOS 2024	META 2025	TOLERÂNCIA	VALOR CRÍTICO	PESO	FONTE DE VERIFICAÇÃO	RESPONSÁVEIS PELA EXECUÇÃO	ATIVIDADE CONSTANTE ORÇAMENTO	EVENTUAIS DEPENDÊNCIAS	ENTIDADES COLABORADORAS	CONTRIBUTO PARA OR. ESTRATÉGICAS DO MS
1	INSA r)	Garantir a proteção da saúde dos praticantes desportivos e a ética das competições, no âmbito do controlo de dopagem (QUAR 2025 R)	Eficiência	Controlos de Dopagem - Número de amostras analisadas (QUAR 2025 R)	N.º	Realização	NA	NA	NA	3416	3157	3160	200	3416	100%	LIMS_BACA	LAD	AO	ADoP; Organizações Antidopagem Internacionais		PNS 2030 2)
4	INSA o)	Diversificar os serviços prestados na área laboratorial	Eficiência	Número de novos ensaios / testes implementados	N.º	Realização	NA	NA	NA	164	27	5	2	164	100%	LIMS_BACA	LAD	AO			PNS 2030 4)
4	INSA o)	Aumentar a procura por clientes internacionais	Eficiência	Taxa de amostras realizadas para clientes internacionais	%	Resultado	NA	NA	NA	23%	27%	20%	5%	27%	100%	LIMS_BACA	LAD	AO	Organizações Antidopagem Internacionais		PNS 2030 2)
3	LAD c)	Promover a divulgação científica no âmbito das atividades do Laboratório de Análises de Dopagem (sob forma de comunicação oral, publicação ou poster)	Eficiência	Número de comunicações de divulgação científica	N.º	Realização	NA	NA	NA	6	6	5	1	7	100%	Registo interno Pasta partilhada I&D_LAD	LAD	ASPFP			PNS 2030 2)

### 6.1.9. DIREÇÃO DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

Direção de Gestão de Recursos Humanos																					
OE INSA	ATRIBUIÇÃO UO	OBJETIVO OPERACIONAL (OOP)	PARÂMETRO OOP	INDICADOR	UNIDADE	TIPO INDICADOR	VALORES PRÉVIOS 2020	VALORES PRÉVIOS 2021	VALORES PRÉVIOS 2022	VALORES PRÉVIOS 2023	VALORES PRÉVIOS 2024	META 2025	TOLERÂNCIA	VALOR CRÍTICO	PESO	FONTE DE VERIFICAÇÃO	RESPONSÁVEIS PELA EXECUÇÃO	ATIVIDADE CONSTANTE ORÇAMENTO	EVENTUAIS DEPENDÊNCIAS	ENTIDADES COLABORADORAS	CONTRIBUTO PARA OR-ESTRATÉGICAS DO MS
4	INSA b)	Adotar medidas de boa gestão dos trabalhadores e de melhoria do ambiente e bem-estar no trabalho (QUAR 2025 R)	Qualidade	Porcentagem de trabalhadores com modalidades de organização de trabalho que facilitem a conciliação da vida profissional, familiar e pessoal (QUAR 2025 R)	%	Resultado	NA	NA	29%	45%	49%	50%	4%	55%	20%	RHV (software de Recursos Humanos e Vencimentos)	DGRH	AO			Orientações SEAP - 1 a)
				Número de ações de formação / sensibilização em matéria de Segurança e Saúde no Trabalho (QUAR 2025 R)	N.º	Realização	NA	3	8	9	12	12	1	14	20%	Odoo-SGQ	DGRH	AO			Orientações SEAP - 1 a)
				Número de iniciativas promovidas no âmbito da satisfação com o trabalho, o desenvolvimento de carreira e as necessidades de formação (QUAR 2025 R)	N.º	Impacto	NA	NA	NA	NA	5	5	1	7	20%	Relatório Auscultação Medidas Conciliação; RHV; Odoo-SGQ	DGRH/APDO	AO			Orientações SEAP - 1 a)
				Taxa de implementação das atividades relacionadas com o Plano para a Igualdade de Género	%	Impacto	NA	NA	34%	38%	58%	60%	10%	100%	20%	Relatório GT Igualdade de Género INSA	DGRH	AO			Orientações SEAP - 2 a)
				Número de iniciativas/ações promovidas no âmbito da inclusão das pessoas com deficiência	N.º	Impacto	NA	NA	NA	NA	3	3	1	5	20%	Ficheiro Excel_BD_C EI_CEI+	DGRH	AO			Orientações SEAP - 2 a)

### Direção de Gestão de Recursos Humanos

OE INSA	ATRIBUIÇÃO UO	OBJETIVO OPERACIONAL (OOp)	PARÂMETRO OOp	INDICADOR	UNIDADE	TIPO INDICADOR	VALORES PRÉVIOS 2020	VALORES PRÉVIOS 2021	VALORES PRÉVIOS 2022	VALORES PRÉVIOS 2023	VALORES PRÉVIOS 2024	META 2025	TOLERÂNCIA	VALOR CRÍTICO	PESO	FONTE DE VERIFICAÇÃO	RESPONSÁVEIS PELA EXECUÇÃO	ATIVIDADE CONSTANTE ORÇAMENTO	EVENTUAIS DEPENDÊNCIAS	ENTIDADES COLABORADORAS	CONTRIBUTO PARA OR- ESTRATÉGICAS DO MS
4	DGRH a)	Captar e promover a retenção de recursos humanos altamente qualificados em áreas técnico-científicas	Qualidade	Apresentar documento estratégico de gestão de recursos humanos do INSA	N.º	Realização	NA	NA	NA	NA	NA	1	0	2	100%	Informação-proposta em SGD <i>Documentum</i>	DGRH	AO			
4	DGRH d)	Aperfeiçoar a gestão da formação	Qualidade	Taxa de trabalhadores que frequentaram ações de formação	%	Resultado	54%	54%	81%	74%	86%	85%	10%	100%	50%	Relatório Anual da Formação	DGRH	AO/ASFPF			Programa XXIV Governo - 5.3
				Taxa de aplicação do modelo de articulação entre a avaliação de desempenho e a formação	%	Resultado	90%	100%	90%	100%	100%	100%	0%	0%	50%	GEADAP; Odoos-SGQ	DTC/DGRH	AO			Programa XXIV Governo - 5.3
4	INSA b)	Promover a partilha de conhecimento	Qualidade	Número de sessões desenvolvidas no Instituto (no âmbito do modelo de transmissão do conhecimento entre colaboradores)	N.º	Realização	NA	NA	NA	44	62	50	6	62	100%	Ficheiro Excel_sessoes_tecnico_cientificas	DTC/DGRH	AO			

## 6.1.10. DIREÇÃO DE GESTÃO DE RECURSOS FINANCEIROS

Direção de Gestão de Recursos Financeiros																					
OE INSA	ATRIBUIÇÃO UO	OBJETIVO OPERACIONAL (OOp)	PARÂMETRO OOp	INDICADOR	UNIDADE	TIPO INDICADOR	VALORES PRÉVIOS 2020	VALORES PRÉVIOS 2021	VALORES PRÉVIOS 2022	VALORES PRÉVIOS 2023	VALORES PRÉVIOS 2024	META 2025	TOLERÂNCIA	VALOR CRÍTICO	PESO	FONTE DE VERIFICAÇÃO	RESPONSÁVEIS PELA EXECUÇÃO	ATIVIDADE CONSTANTE ORÇAMENTO	EVENTUAIS DEPENDÊNCIAS	ENTIDADES COLABORADORAS	CONTRIBUTO PARA OR. ESTRATÉGICAS DO MS
4	DRF a)	Assegurar a sustentabilidade financeira do INSA	Eficiência	Percentagem de receitas próprias, transferências da Administração Pública e outras receitas na estrutura de financiamento	%	Resultado	NA	NA	NA	NA	40%	50%	10%	65%	100%	Relatório de Contas	DRF	AO			Programa XXIV Governo - 4.4
4	DRF e)	Implementar ações no âmbito do Programa de Gestão do Património Imobiliário	Eficiência	Número de iniciativas que promovam a avaliação do imóvel do edifício-sede	N.º	Resultado	NA	NA	NA	NA	2	2	1	4	100%	SGD Documentu m / Plataformas de Gestão do Imobilizado	DRF / DRT / SJ	AO			Orientações SEAP - 2 a)
4	DRF a)	Assegurar a gestão eficiente do orçamento do INSA e respetiva prestação de contas	Eficiência	Grau de realização das Liquidações (Recebimentos / Liquidações)	%	Resultado	NA	NA	NA	95%	98%	96%	3%	100%	50%	Relatório de Contas	DRF	AO			Programa XXIV Governo - 4.4
				Grau de execução das Obrigações (Pagamentos / Obrigações)	%	Resultado	NA	NA	NA	94%	88%	90%	5%	100%	50%	Relatório de Contas	DRF	AO			Programa XXIV Governo - 4.4
4	DRF q)	Melhorar os procedimentos para a realização de contratos relativos à aquisição/manutenção de bens e serviços	Eficiência	Prazo médio para lançamento do concurso público desde a data de obtenção do cabimento (em dias úteis) até à data de publicação em Diário da República Eletrónico	N.º dias úteis	Realização	3	5	3	4	4	4	2	3	100%	Informação de Cabimento e data da publicação DRE	DRF	AO			.

### Direção de Gestão de Recursos Financeiros

OE INSA	ATRIBUIÇÃO UO	OBJETIVO OPERACIONAL (OOp)	PARÂMETRO OOp	INDICADOR	UNIDADE	TIPO INDICADOR	VALORES PRÉVIOS 2020	VALORES PRÉVIOS 2021	VALORES PRÉVIOS 2022	VALORES PRÉVIOS 2023	VALORES PRÉVIOS 2024	META 2025	TOLERÂNCIA	VALOR CRÍTICO	PESO	FONTE DE VERIFICAÇÃO	RESPONSÁVEIS PELA EXECUÇÃO	ATIVIDADE CONSTANTE ORÇAMENTO	EVENTUAIS DEPENDÊNCIAS	ENTIDADES COLABORADORAS	CONTRIBUTO PARA OR. ESTRATÉGICAS DO MS	
4	DRT x)	Melhorar a divulgação dos serviços diferenciados de natureza laboratorial disponíveis	Eficiência	Número de pedidos de orçamento	N.º	Resultado	NA	1293	1225	1367	1573	1400	100	1573	50%	SGD <i>Documentum</i>	DRF	AO				.
				Novas adjudicações com entidades do setor privado e particulares	N.º	Realização	NA	197	120	168	245	180	50	245	50%	INSALab	DRF	AO		BaseGov		.
4	INSA o)	Aumentar a produtividade no âmbito da prestação de serviços diferenciados na área laboratorial	Eficiência	Índice de crescimento das análises efetuadas (Total parâmetros n /Total parâmetros n-1)	Valor	Resultado	NA	NA	NA	1,14	1,06	1,1	0,02	1,14	100%	INSALab	DAN/DDI/DGH/ DPS/DSA/DRF	AO				Programa XXIV Governo - 4.4
4	INSA o)	Melhorar a informação disponível sobre a atividade laboratorial da área clínica, para suporte à tomada de decisão	Qualidade	Elaborar relatório anual sobre a atividade laboratorial na área clínica	N.º	Realização	NA	NA	NA	1	0	1	0	2	100%	Submissão Relatório SGD <i>Documentum</i>	DAN/DDI/DGH/ DPS/DSA/DRF	AO				.

## 6.1.11. DIREÇÃO DE GESTÃO DE RECURSOS TÉCNICOS

Direção de Gestão de Recursos Técnicos																					
OE INSA	ATRIBUIÇÃO UO	OBJETIVO OPERACIONAL (OOp)	PARÂMETRO OOp	INDICADOR	UNIDADE	TIPO INDICADOR	VALORES PRÉVIOS 2020	VALORES PRÉVIOS 2021	VALORES PRÉVIOS 2022	VALORES PRÉVIOS 2023	VALORES PRÉVIOS 2024	META 2025	TOLERÂNCIA	VALOR CRÍTICO	PESO	FONTE DE VERIFICAÇÃO	RESPONSÁVEIS PELA EXECUÇÃO	ATIVIDADE CONSTANTE ORÇAMENTO	EVENTUAIS DEPENDÊNCIAS	ENTIDADES COLABORADORAS	CONTRIBUTO PARA OR. ESTRATÉGICAS DO MS
4	DRT e)	Desmaterializar os procedimentos administrativos do INSA	Eficiência	Número de novos serviços (internos e externos) disponibilizados em meio eletrónico	N.º	Impacto	NA	NA	8	10	5	5	2	10	100%	Websites, infraestrutura informática e Aplicações informáticas do INSA	DRT	AO			Programa do XXIV Governo - 5.4
4	DRT m)	Modernizar as instalações	Qualidade	Reabilitação das infraestruturas do INSA – Número de ações de reabilitação / renovação efetuadas no ano	N.º	Impacto	NA	NA	NA	NA	4	4	1	6	50%	Validação de faturas para os equipamentos adquiridos na lista da CAREC e autos de receção provisória das obras	DRT	ASPFP			-
				Renovação do parque tecnológico – Número de novos equipamentos e/ou sistemas de informação implementados	N.º	Impacto	NA	NA	NA	NA	67	70	20	200	50%	Sistema de gestão do TSI	DRT	ASPFP			Programa do XXIV Governo - 5.4
4	DRT m)	Beneficiar as instalações da Sede	Qualidade	Taxa de implementação de Medidas de autoproteção	%	Impacto	NA	NA	NA	5%	45%	50%	20%	100%	100%	Lançamento dos procedimentos	DRT	ASPFP			DL 220/2008, de 12 nov; Portaria n.º 1532/2008 de 29 dez

### Direção de Gestão de Recursos Técnicos

OE INSA	ATRIBUIÇÃO UO	OBJETIVO OPERACIONAL (OOp)	PARÂMETRO OOp	INDICADOR	UNIDADE	TIPO INDICADOR	VALORES PRÉVIOS 2020	VALORES PRÉVIOS 2021	VALORES PRÉVIOS 2022	VALORES PRÉVIOS 2023	VALORES PRÉVIOS 2024	META 2025	TOLERÂNCIA	VALOR CRÍTICO	PESO	FONTE DE VERIFICAÇÃO	RESPONSÁVEIS PELA EXECUÇÃO	ATIVIDADE CONSTANTE ORÇAMENTO	EVENTUAIS DEPENDÊNCIAS	ENTIDADES COLABORADORAS	CONTRIBUTO PARA OR. ESTRATÉGICAS DO MS
4	DRT (n)	Favorecer a transição para uma economia circular	Eficiência	Número de iniciativas que visem a redução da pegada ecológica e fatura energética	N.º	Impacto	NA	NA	NA	NA	2	2	1	4	100%	Folhas de abate e validação de faturas de aquisição	DRT	AO			Orientações SEAP - 2 a)
4	DRT (e)	Implementar medidas de Cibersegurança	Eficiência	Número de ações desenvolvidas pelo Comité de Cibersegurança do INSA	N.º	Realização	NA	NA	NA	NA	NA	2	1	4	100%	Atas das reuniões	DRT	AO			.
4	DRT (f)	Assegurar a qualidade do serviço	Qualidade	Taxa de satisfação com nível de "bom" dos colaboradores sobre os <i>tickets</i> resolvidos pela equipa de suporte através da plataforma <i>servicedesk</i>	%	Impacto	96%	96%	98,37%	98,62%	97,98%	98%	1%	100%	100%	Relatório de gestão do serviço	DRT	AO			PNS 2030 4)
4	b), artigo 389, área de Segurança, higiene e saúde no trabalho	Realizar ações inspetivas no âmbito da Segurança, Higiene e Saúde	Eficácia	Número de ações registadas	N.º	Realização	10	8	15	10	11	12	2	15	100%	Registos de ações inspetivas	DRT	AO			Programa do XXIV Governo - 8.1

## 6.1.12. ÁREA DA QUALIDADE

Área da Qualidade																					
OE INSA	ATRIBUIÇÃO UO	OBJETIVO OPERACIONAL (OOp)	PARÂMETRO OOp	INDICADOR	UNIDADE	TIPO INDICADOR	VALORES PRÉVIOS 2020	VALORES PRÉVIOS 2021	VALORES PRÉVIOS 2022	VALORES PRÉVIOS 2023	VALORES PRÉVIOS 2024	META 2025	TOLERÂNCIA	VALOR CRÍTICO	PESO	FONTE DE VERIFICAÇÃO	RESPONSÁVEIS PELA EXECUÇÃO	ATIVIDADE CONSTANTE ORÇAMENTO	EVENTUAIS DEPENDÊNCIAS	ENTIDADES COLABORADORAS	CONTRIBUTO PARA OR. ESTRATÉGICAS DO MS
4	GQ f)	Assegurar a qualidade dos serviços diferenciados em áreas científicas inovadoras (QUAR 2025)	Qualidade	Consolidar o processo de acreditação de ensaios analíticos - Número de ensaios (QUAR 2025)	N.º	Resultado	972	1011	1113	2290	ND	2340	100	2450	50%	Anexos Técnicos do IPAC; Listas flexíveis globais	GQ	AO			PNS 2030 4)
				Estratégia de acreditação consolidada	N.º	Realização	NA	1	NA	NA	0	1	0	2	50%	Documento de acreditação	GQ	AO			PNS 2030 4)
4	GQ b)	Assegurar a qualidade do serviço (QUAR 2025 R)	Qualidade	Índice médio de satisfação global dos clientes (escala 1-4) (QUAR 2025 R)	Valor	Impacto	3,67	3,66	3,67	3,72	ND	3,5	0,2	4	100%	Relatório satisfação clientes	GQ	AO			Orientações SEAP - 1 b) / PNS 2030 4)
4	GQ b)	Melhorar o sistema de gestão de processos e procedimentos laboratoriais	Eficiência	Taxa de implementação do sistema com base no documento de requisitos técnicos e funcionais descritos	%	Impacto	85%	90%	95%	100%	100%	100%	0%	0%	100%	Relatório de acompanhamento do projeto	GQ	ASFPF			PNS 2030 4)
4	GQ c)	Reengenharia dos processos administrativos	Eficiência	Processos desmaterializados	N.º	Impacto	3	6	8	5	3	4	1	8	100%	SGQ-Odo+ Documento s SGQ	DRF/GQ/DRT	AO			.

### 6.1.13. ÁREA DE CONTROLO E AUDITORIA INTERNA

Área de Controlo e Auditoria Interna																					
OE INSA	ATRIBUIÇÃO UO	OBJETIVO OPERACIONAL (OOp)	PARÂMETRO OOp	INDICADOR	UNIDADE	TIPO INDICADOR	VALORES PRÉVIOS 2020	VALORES PRÉVIOS 2021	VALORES PRÉVIOS 2022	VALORES PRÉVIOS 2023	VALORES PRÉVIOS 2024	META 2025	TOLERÂNCIA	VALOR CRÍTICO	PESO	FONTE DE VERIFICAÇÃO	RESPONSÁVEIS PELA EXECUÇÃO	ATIVIDADE CONSTANTE ORÇAMENTO	EVENTUAIS DEPENDÊNCIAS	ENTIDADES COLABORADORAS	CONTRIBUTO PARA OR. ESTRATÉGICAS DO MS
4	CAI h)	Assegurar a monitorização do Plano de Prevenção de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPGRCIC)	Eficácia	Desenvolver iniciativas para a revisão do PPGRCIC na sequência da integração dos Laboratórios Regionais de Saúde Pública - Número de iniciativas desenvolvidas	N.º	Resultado	NA	NA	NA	NA	NA	5	1	7	100%	Sítio do INSA	CAI	AO			Programa XXIV Governo - 6.1
4	CAI k)	Contribuir para a melhoria dos procedimentos internos através da revisão / elaboração de novos instrumentos / ações	Qualidade	Número de procedimentos revistos e elaborados	N.º	Realização	NA	NA	NA	NA	NA	2	1	4	100%	Relatório Atividades CAI	CAI / SJ / DGRH	AO			Programa XXIV Governo - 6.1
4	CAI k)	Promover a divulgação e implementação dos instrumentos de controlo interno	Qualidade	Número de ações internas, no âmbito da monitorização dos procedimentos aprovados	N.º	Impacto	NA	NA	NA	NA	NA	3	1	5	100%	Relatório Atividades CAI	CAI / SJ / DGRH	AO			.
4	CAI e)	Monitorizar o grau de implementação das recomendações decorrentes de auditorias externas	Eficiência	Número de relatórios elaborados	N.º	Realização	NA	NA	NA	4	5	4	0	5	100%	Relatório Atividades CAI	CAI	AO			.

## 6.1.14. ÁREA DE APOIO À INVESTIGAÇÃO

Área de Apoio à Investigação																					
OE INSA	ATRIBUIÇÃO UO	OBJETIVO OPERACIONAL (OOp)	PARÂMETRO OOp	INDICADOR	UNIDADE	TIPO INDICADOR	VALORES PRÉVIOS 2020	VALORES PRÉVIOS 2021	VALORES PRÉVIOS 2022	VALORES PRÉVIOS 2023	VALORES PRÉVIOS 2024	META 2025	TOLERÂNCIA	VALOR CRÍTICO	PESO	FONTE DE VERIFICAÇÃO	RESPONSÁVEIS PELA EXECUÇÃO	ATIVIDADE CONSTANTE ORÇAMENTO	EVENTUAIS DEPENDÊNCIAS	ENTIDADES COLABORADORAS	CONTRIBUTO PARA OR. ESTRATÉGICAS DO MS
3	INSA a)	Reforçar a investigação (QUAR 2025 R)	Eficiência	Projetos de I&D iniciados no ano (QUAR 2025 R)	N.º	Realização	38	20	34	26	21	27	5	38	40%	Módulo gestão projetos	GAI/ DTC	ASPPF			PNS 2030 2)
				Novos projetos em colaboração com instituições nacionais	N.º	Realização	16	5	16	15	3	3	1	16	30%	Módulo gestão projetos	GAI/ DTC	ASPPF			PNS 2030 2)
				Novos projetos em colaboração com instituições internacionais	N.º	Realização	22	15	19	11	14	7	2	22	30%	Módulo gestão projetos	GAI/ DTC	ASPPF			PNS 2030 2)
3	INSA a)	Promover a elaboração da agenda científica do INSA	Eficiência	Elaborar documento estratégico	N.º	Realização	NA	NA	NA	NA	NA	1	0	2	100%	Pasta partilhada com as Unidades de I&D	GAI/ DTC/Conselho Científico	ASPPF			PNS 2030 2)
3	INSA a)	Aumentar captação de financiamento	Eficiência	Taxa de aprovação das candidaturas nacionais	%	Impacto	12,71%	11,30%	29,85%	71,40%	28%	35%	10%	71,40%	30%	Módulo gestão projetos	GAI/ DTC	ASPPF			.
				Taxa de aprovação das candidaturas internacionais	%	Impacto	42,55%	35,48%	59,85%	44,4%	59%	45%	5%	59,85%	40%	Módulo gestão projetos	GAI/ DTC	ASPPF			.
				Financiamento dos projetos com gestão interna	% de aumento	Impacto	19,65%	40,27%	53,55%	-13,84%	19%	5%	2%	19%	30%	Módulo gestão projetos	GAI/ DTC	ASPPF			.

## 6.1.15. ÁREA DA BIBLIOTECA DA SAÚDE

Área da Biblioteca da Saúde																					
OE INSA	ATRIBUIÇÃO UO	OBJETIVO OPERACIONAL (OOP)	PARÂMETRO OOP	INDICADOR	UNIDADE	TIPO INDICADOR	VALORES PRÉVIOS 2020	VALORES PRÉVIOS 2021	VALORES PRÉVIOS 2022	VALORES PRÉVIOS 2023	VALORES PRÉVIOS 2024	META 2025	TOLERÂNCIA	VALOR CRÍTICO	PESO	FONTE DE VERIFICAÇÃO	RESPONSÁVEIS PELA EXECUÇÃO	ATIVIDADE CONSTANTE ORÇAMENTO	EVENTUAIS DEPENDÊNCIAS	ENTIDADES COLABORADORAS	CONTRIBUTO PARA OR. ESTRATÉGICAS DO MS
3	INSA b)	Fomentar a produção editorial científica ( <b>QUAR 2025</b> )	Eficácia	Boletins Epidemiológicos Observações publicados ( <b>QUAR 2025</b> )	N.º	Realização	4	3	3	3	3	4	1	6	50%	Repositório	BIBL / DEP / DTC	AO			PNS 2030 2)
				Taxa de publicação dos relatórios dos Programas/Sistemas de informação nacionais com intervenção do INSA	%	Resultado	100%	80%	100%	100%	100%	85%	5%	100%	50%	Repositório	BIBL / DTC	AO			PNS 2030 2)
3	BIBL a)	Atualizar e enriquecer o acervo bibliográfico, promovendo o acesso e aprofundando o conhecimento das coleções patrimoniais	Eficácia	Gerir e acompanhar a subscrição e disponibilização de recursos bibliográficos eletrónicos e aquisição de publicações - Percentagem de ações concretizadas	%	Resultado	NA	NA	NA	NA	NA	90%	5%	100%	100%	Biblioteca do Conhecimento <i>Online</i> / Pastas de arquivo do serviço	BIBL	AO			.
3	BIBL i)	Dar resposta a pedidos de informação bibliográfica internos e externos, reforçando parcerias de partilha de informação com serviços congéneres	Eficácia	Número de pedidos de informação respondidos (pesquisas e documentos, com recurso ao acervo bibliográfico e a bases de dados subscritas e geridas pelo serviço)	N.º	Realização	NA	NA	NA	195158	ND	180000	10000	195158	100%	Biblioteca do Conhecimento <i>Online</i> / Repositório / Registo de pedidos do serviço	BIBL	AO			PNS 2030 1)
3	BIBL b)	Dinamizar e incrementar os serviços e as coleções bibliográficas, em particular a Biblioteca Digital e o Repositório Científico de Acesso Aberto, mantendo a colaboração com redes de partilha de informação nacionais e internacionais	Eficiência	Estatística de utilização do repositório (pesquisas, <i>downloads</i> e pedidos de cópia)	N.º	Impacto	NA	NA	NA	105192	ND	90000	10000	105192	100%	Repositório	BIBL	AO			PNS 2030 1)

### Área da Biblioteca da Saúde

OE INSA	ATRIBUIÇÃO UO	OBJETIVO OPERACIONAL (OOP)	PARÂMETRO OOP	INDICADOR	UNIDADE	TIPO INDICADOR	VALORES PRÉVIOS 2020	VALORES PRÉVIOS 2021	VALORES PRÉVIOS 2022	VALORES PRÉVIOS 2023	VALORES PRÉVIOS 2024	META 2025	TOLERÂNCIA	VALOR CRÍTICO	PESO	FONTE DE VERIFICAÇÃO	RESPONSÁVEIS PELA EXECUÇÃO	ATIVIDADE CONSTANTE ORÇAMENTO	EVENTUAIS DEPENDÊNCIAS	ENTIDADES COLABORADORAS	CONTRIBUTO PARA OR-ESTRATÉGICAS DO MS
3	INSA b)	Reforçar a capacitação em I&D+I	Eficiência	Dissertações de mestrado	N.º	Resultado	11	20	34	37	ND	15	5	37	50%	Repositório	DTC	AO		Universidades	.
				Teses de doutoramento	N.º	Resultado	7	8	9	9	ND	6	2	14	50%	Repositório	DTC	AO		Universidades	.
3	INSA a)	Aumentar as publicações em revistas indexadas	Eficiência	Artigos publicados	% de aumento	Realização	3,50%	-0,80%	12,30%	-7,80%	ND	3%	0%	5%	100%	Bases referenciais	DTC	AO			PNS 2030 2)

## 6.1.16. ÁREA DE COMUNICAÇÃO, MARKETING E RELAÇÕES EXTERNAS

Área de Comunicação, Marketing e Relações Externas																					
OE INSA	ATRIBUIÇÃO UO	OBJETIVO OPERACIONAL (OOP)	PARÂMETRO OOP	INDICADOR	UNIDADE	TIPO INDICADOR	VALORES PRÉVIOS 2020	VALORES PRÉVIOS 2021	VALORES PRÉVIOS 2022	VALORES PRÉVIOS 2023	VALORES PRÉVIOS 2024	META 2025	TOLERÂNCIA	VALOR CRÍTICO	PESO	FONTE DE VERIFICAÇÃO	RESPONSÁVEIS PELA EXECUÇÃO	ATIVIDADE CONSTANTE ORÇAMENTO	EVENTUAIS DEPENDÊNCIAS	ENTIDADES COLABORADORAS	CONTRIBUTO PARA OR. ESTRATÉGICAS DO MS
1	INSA n)	Fomentar projetos/ações de cooperação internacionais (QUAR 2025 R)	Eficiência	Projeto "Força Saúde - FORTalecer a alianÇA entre os Sistemas de SAÚDE Africanos e de Portugal através da capacitação dos recursos humanos" - Número de atividades de formação e iniciativas promovidas no ano, no âmbito do plano do triénio 2024-2026 (QUAR 2025 R)	N.º	Realização	NA	NA	NA	NA	27	25	4	30	40%	Relatório de Atividades anual do Projeto	CMRE/DTC	ASPPP	PALOP		PNS 2030 1); Programa XXIV Governo 10.2
				Novos projetos/ações de cooperação internacional (fora âmbito CPLP)	N.º	Resultado	13	16	17	14	ND	5	2	17	30%	Ficheiro Excel_Coope racao_DTC	CMRE/DTC	ASPPP	SGMS		PNS 2030 1)
				Novos projetos/ações de cooperação com a CPLP	N.º	Resultado	5	6	8	8	ND	5	2	8	30%	Ficheiro Excel_Coope racao_DTC	CMRE/DTC	ASPPP	CPLP, SGMS		PNS 2030 1)
1	INSA n)	Colaborar com instituições internacionais de relevo no âmbito da saúde pública, na vertente laboratorial	Eficiência	Novas atividades de colaboração (OMS, institutos congéneres, ...)	N.º	Resultado	4	4	3	9	ND	5	2	8	100%	Ficheiro Excel_Coope racao_DTC	CMRE/DTC	ASPPP	RINSP, DGS, SGMS, CPLP, CDC, OMS		PNS 2030 1)
3	INSA b)	Realizar eventos estratégicos	Eficiência	Eventos realizados	N.º	Realização	7	8	10	8	9	8	1	10	100%	Sítio do INSA	CMRE	ASPPP		SUCH/EUREST	-

### Área de Comunicação, Marketing e Relações Externas

OE INSA	ATRIBUIÇÃO UO	OBJETIVO OPERACIONAL (OOP)	PARÂMETRO OOP	INDICADOR	UNIDADE	TIPO INDICADOR	VALORES PRÉVIOS 2020	VALORES PRÉVIOS 2021	VALORES PRÉVIOS 2022	VALORES PRÉVIOS 2023	VALORES PRÉVIOS 2024	META 2025	TOLERÂNCIA	VALOR CRÍTICO	PESO	FONTE DE VERIFICAÇÃO	RESPONSÁVEIS PELA EXECUÇÃO	ATIVIDADE CONSTANTE ORÇAMENTO	EVENTUAIS DEPENDÊNCIAS	ENTIDADES COLABORADORAS	CONTRIBUTO PARA OR. ESTRATÉGICAS DO MS
3	INSA b)	Promover a visibilidade dos grupos de Investigação na página do Instituto	Eficiência	Número de grupos de Investigação divulgados	N.º	Realização	NA	NA	NA	NA	0	5	2	8	100%	Sítio do INSA	CMRE	AO			
1	CMRE d)	Destacar a imagem do Instituto - Promover a presença nas redes sociais e nos media	Qualidade	Número de <i>posts</i> disponibilizados nas Redes Sociais	N.º	Realização	NA	NA	NA	1594	1212	1200	100	1594	40%	Perfis oficiais do INSA nas Redes sociais	CMRE	AO	SPMS		
				Visualizações das publicações nas redes sociais	N.º	Impacto	NA	NA	NA	NA	NA	900000	10000	1000000	30%	Perfis oficiais do INSA nas Redes sociais	CMRE	AO	SPMS		
				Número de notícias sobre o INSA publicadas na comunicação social	N.º	Impacto	2420	5541	2740	759	1599	1200	500	5541	30%	Plataforma	CMRE	AO			
3	CMRE d)	Elaborar conteúdos informativos para os canais de comunicação institucionais	Eficácia	Número de novos destaques informativos para a página do Instituto na Internet	N.º	Realização	229	326	372	367	368	365	25	400	100%	Sítio do INSA	CMRE	AO	SPMS		PNS 2030 2)

## 6.1.17. SETOR JURÍDICO

Setor Jurídico																					
OE INSA	ATRIBUIÇÃO UO	OBJETIVO OPERACIONAL (OOp)	PARÂMETRO OOp	INDICADOR	UNIDADE	TIPO INDICADOR	VALORES PRÉVIOS 2020	VALORES PRÉVIOS 2021	VALORES PRÉVIOS 2022	VALORES PRÉVIOS 2023	VALORES PRÉVIOS 2024	META 2025	TOLERÂNCIA	VALOR CRÍTICO	PESO	FONTE DE VERIFICAÇÃO	RESPONSÁVEIS PELA EXECUÇÃO	ATIVIDADE CONSTANTE ORÇAMENTO	EVENTUAIS DEPENDÊNCIAS	ENTIDADES COLABORADORAS	CONTRIBUTO PARA OR. ESTRATÉGICAS DO MS
4	-	Integrar os Laboratórios Regionais de Saúde Pública de Aveiro, Braga, Évora, Faro e Leiria, no âmbito do Decreto-Lei n.º 54/2024, de 6 de setembro (QUAR 2025 R)	Eficiência	Número de ações de operacionalização da integração (QUAR 2025 R)	N.º	Impacto	NA	NA	NA	NA	NA	6	1	8	100%	Relatório da Estrutura de Apoio Técnico e Administração LRSP - EsATA	DGRH/DRF/DR T/SJ/CAI	AO			Decreto-Lei n.º 54/2024, de 6 setembro
1	INSA n)	Promover a colaboração técnico-científica	Eficiência	Número de protocolos técnico-científicos estabelecidos no ano	N.º	Resultado	NA	NA	NA	NA	15	7	2	15	100%	Ficheiro Excel_Listag em_Protocolos; INSANET	SJ / DTC	AO			PNS 2030 1)
4	Setor jurídico a)	Promover a formação e atualização dos trabalhadores sobre assuntos legislativos	Qualidade	Número de ações de divulgação	N.º	Realização	2	2	3	0	4	3	1	5	100%	Odoos	SJ	AO			Programa XXIV Governo - 5.3
4	Setor jurídico e)	Garantir o apoio Jurídico pré-contencioso	Eficácia	Taxa de processos instruídos dentro dos prazos fixados	%	Resultado	NA	NA	NA	100%	100%	100%	0%	100%	100%	Ficheiro Excel_ Pré Contencioso SJ	SJ	AO			-
1	AOFC)	Apoiar a realização de ações de formação em regime online e em formato <i>webinar</i>	Eficácia	Número de eventos e cursos <i>online</i> apoiados	N.º	Realização	4	18	7	3	7	6	1	18	100%	Relatório Anual da Oferta Formativa	AO F/D TC	AO			-

## 6.1.18. ÁREA DE OFERTA FORMATIVA

Área da Oferta Formativa																					
OE INSA	ATRIBUIÇÃO UO	OBJETIVO OPERACIONAL (OOp)	PARÂMETRO OOp	INDICADOR	UNIDADE	TIPO INDICADOR	VALORES PRÉVIOS 2020	VALORES PRÉVIOS 2021	VALORES PRÉVIOS 2022	VALORES PRÉVIOS 2023	VALORES PRÉVIOS 2024	META 2025	TOLERÂNCIA	VALOR CRÍTICO	PESO	FONTE DE VERIFICAÇÃO	RESPONSÁVEIS PELA EXECUÇÃO	ATIVIDADE CONSTANTE ORÇAMENTO	EVENTUAIS DEPENDÊNCIAS	ENTIDADES COLABORADORAS	CONTRIBUTO PARA OR-ESTRATÉGICAS DO MS
1	INSA o)	Promover o desenvolvimento das competências em saúde pública através da oferta formativa	Eficácia	Número de iniciativas de oferta formativa (modalidade "cursos/eventos")	N.º	Realização	NA	20	32	33	54	40	5	54	100%	Relatório Anual da Oferta Formativa	AOF	AO			
1	AOF b)	Aumentar o impacto da divulgação dos serviços disponíveis no âmbito da oferta formativa	Eficiência	Número de iniciativas divulgadas no contexto de parcerias estabelecidas com entidades externas	N.º	Resultado	NA	NA	NA	NA	19	17	5	25	50%	Relatório Anual da Oferta Formativa	AOF	AO			
				Número de formandos	N.º	Resultado	NA	780	1473	2301	2495	2300	100	2495	50%	Relatório Anual da Oferta Formativa	AOF	AO			
1	INSA n)	Fomentar projetos/ações de cooperação internacionais	Eficácia	Número de ações de formação apoiadas pela Área de Oferta Formativa	N.º	Realização	0	17	6	10	16	13	3	17	100%	Relatório Anual da Oferta Formativa	AOF	AO			PNS2030 1)
1	INSA o)	Assegurar a qualidade do serviço no âmbito da oferta formativa	Qualidade	Índice médio de satisfação global dos clientes (escala 1-5)	Valor	Impacto	NA	4,0	4,2	4,2	4,1	4,2	0,2	5	100%	Relatório Anual da Oferta Formativa	AOF/DTC	AO			PNS2030 4)
1	AOF c)	Apoiar a realização de ações de formação em regime online e em formato <i>webinar</i>	Eficácia	Número de eventos e cursos <i>online</i> apoiados	N.º	Realização	4	18	7	3	7	6	1	18	100%	Relatório Anual da Oferta Formativa	AOF/DTC	AO			-

## 6.1.19. ÁREA DE PLANEAMENTO ESTRATÉGICO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL

Área De Planeamento Estratégico E Desenvolvimento Organizacional																					
OE INSA	ATRIBUIÇÃO UO	OBJETIVO OPERACIONAL (OOp)	PARÂMETRO OOp	INDICADOR	UNIDADE	TIPO INDICADOR	VALORES PRÉVIOS 2020	VALORES PRÉVIOS 2021	VALORES PRÉVIOS 2022	VALORES PRÉVIOS 2023	VALORES PRÉVIOS 2024	META 2025	TOLERÂNCIA	VALOR CRÍTICO	PESO	FONTE DE VERIFICAÇÃO	RESPONSÁVEIS PELA EXECUÇÃO	ATIVIDADE CONSTANTE ORÇAMENTO	EVENTUAIS DEPENDÊNCIAS	ENTIDADES COLABORADORAS	CONTRIBUTO PARA OR. ESTRATÉGICAS DO MS
4	APDO m)	Adotar medidas de boa gestão dos trabalhadores e de melhoria do ambiente e bem-estar no trabalho (QUAR 2025 R)	Qualidade	Número de ações promovidas decorrentes das sugestões dos trabalhadores no questionário de satisfação interno referente ao ano n-1 (QUAR 2025 R)	N.º	Impacto	NA	NA	NA	NA	5	4	1	6	100%	Relatório satisfação trabalhadores	APDO	ASPPP			Orientações SEAP - 1 a) / PNS 2030 2)
4	APDO m)	Promover a satisfação dos colaboradores	Qualidade	Índice médio de satisfação global dos colaboradores referente ao ano n-1 (escala 1-5)	Valor	Impacto	3,48	3,56	3,46	3,5	ND	3,5	0,5	5	50%	Relatório satisfação trabalhadores	APDO	AO			.
				Taxa de resposta ao inquérito de satisfação interno	%	Resultado	NA	NA	NA	NA	ND	40%	10%	75%	50%	Relatório satisfação trabalhadores	APDO	AO			.
4	APDO d)	Melhorar o processo de recolha, tratamento, atualização e disponibilização de informação sobre as áreas de atuação e desenvolvimento do Instituto	Eficiência	Rever as matrizes de recolha de dados no âmbito das funções essenciais - Número de indicadores revistos	N.º	Resultado	NA	NA	NA	NA	NA	30	10	67	50%	Ficheiro Excel_Matriz_DTC_UO	APDO	AO			.
				Monitorizar o desempenho das atividades estratégicas - Número de ações / iniciativas concretizadas	N.º	Realização	NA	NA	NA	NA	NA	2	1	4	50%	Informação-proposta	APDO	ASPPP			.

## 6.2. MAPA DE PESSOAL

CARGO / CARREIRA / CATEGORIA	Nº DE POSTOS DE TRABALHO <sup>(1)</sup>	OBSERVAÇÕES
Dirig. Superior de 1º grau - Presidente do CD <sup>(2)</sup>	1	-
Dirig. Superior de 2º grau - Vogal do CD <sup>(2)</sup>	1	-
Dirig. Intermédios de 1º grau - Dir.de Serviço	5	-
Investigadores	90	14 <sup>(a)</sup>
Médicos	8	2 <sup>(a)</sup>
Técnicos Superiores de Saúde	61	1 <sup>(a)</sup>
Farmacêuticos	30	1 <sup>(a)</sup>
Técnicos Superiores	160	13 <sup>(a)</sup>
Técnicos Superiores de Diagnóstico e Terapêutica	116	12 <sup>(a)</sup> ; 1 <sup>(b)</sup>
Especialistas de Sistemas e Tecnologias de Informação	4	-
Técnicos de Sistemas e Tecnologias de Informação	7	3 <sup>(a)</sup>
Enfermeiros	3	-
Assistentes Técnicos	91	10 <sup>(a)</sup>
Assistentes Operacionais	68	9 <sup>(a)</sup>
<b>TOTAL</b>	<b>645</b>	-


(1) O Mapa de Pessoal para 2025, aqui referido, não inclui os Recursos Humanos dos Laboratórios Regionais de Saúde Pública de Aveiro, Braga, Évora, Faro e Leiria. Apesar de formalmente estarem afetos ao INSA, com efeitos a 1 de janeiro de 2025 (através do seu registo no Sistema de Gestão de Recursos Humanos – RHV), o processo da sua efetiva integração está em curso.

(2) Conforme Decreto-Lei nº 27/2012, de 8 de fevereiro


(a) Número de postos de trabalho a preencher com relação jurídica por tempo indeterminado/sem termo, termo certo ou incerto

(b) Número de postos de trabalho a tempo parcial

## 6.3. QUADRO DE AVALIAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO – QUAR



**Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) - SIADAP 1 - Ministério da Saúde**



ANO: 2025																
Ministério da Saúde																
NOME DO ORGANISMO: Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I.P.																
MISSÃO DO ORGANISMO: Contribuir para ganhos em saúde pública, enquanto Laboratório do Estado e Laboratório Nacional de Referência																
OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS																
OE 1 Promover a intervenção do Instituto enquanto Laboratório do Estado e Laboratório Nacional de Referência																
OE 2 Investir na promoção da saúde e reforçar a prevenção e controlo de doenças																
OE 3 Dinamizar a investigação científica e a inovação baseadas na excelência																
OE 4 Investir na sustentabilidade e modernização organizacional																
OBJECTIVOS OPERACIONAIS																
EFICÁCIA														25%		
OOp1: Participar em consórcios de laboratórios de referência europeus (EURL) (OE1)																
INDICADORES																
Fórmula	2020	2021	2022	2023	2024	Meta 2025	Tolerância	Valor crítico	Peso	Mês Análise	Resultado	Taxa de Realização	Classificação			
Participar na implementação e monitorização dos planos de trabalho dos consórcios estabelecidos - Número de reuniões realizadas	Número de reuniões realizadas no ano	NA	NA	NA	NA	18	1	20	100%					A3	B5	P
OOp2: Obter evidência para a decisão em Saúde Pública através da utilização de instrumentos de observação, vigilância ou investigação (OE2) (R)																
INDICADORES																
Fórmula	2020	2021	2022	2023	2024	Meta 2025	Tolerância	Valor crítico	Peso	Mês Análise	Resultado	Taxa de Realização	Classificação			
Número de iniciativas / ações promovidas no âmbito do Sistema de Vigilância do Estado Nutricional Infantil (COSI Portugal)	Número de iniciativas / ações promovidas no ano	NA	NA	NA	NA	2	1	4	40%					A2	B5	P
Monitorização da efetividade de vacinas e de outras estratégias de imunização - Percentagem de concretização das atividades programadas para o ano	(Número de atividades realizadas no ano / Número total de atividades planeadas para o ano) * 100	NA	NA	NA	86%	95%	94%	5%	100%	30%				A2	B1	P
Monitorização da mortalidade por todas as causas - Percentagem de concretização das atividades programadas para o ano	(Número de atividades realizadas no ano / Número total de atividades planeadas para o ano) * 100	NA	NA	NA	NA	100%	95%	4%	100%	30%				A2	B2	P
OOp3: Assegurar e promover a vigilância epidemiológica e a monitorização de infeções por agentes microbianos de diferentes etiologias (OE1) (R)																
INDICADORES																
Fórmula	2020	2021	2022	2023	2024	Meta 2025	Tolerância	Valor crítico	Peso	Mês Análise	Resultado	Taxa de Realização	Classificação			
Vigilância entomológica e monitorização dos agentes infecciosos transmitidos por vetores (Rede REVIVE) - Número de iniciativas, ações e instrumentos desenvolvidos	Número de iniciativas, ações e instrumentos desenvolvidos	NA	NA	NA	NA	20	19	1	21	50%				A3	B2	P
Caracterização genómica (tipagem) dos microrganismos enviados pelos Laboratórios de Referência da INSA - Percentagem de microrganismos caracterizados	(Número de microrganismos caracterizados geneticamente através da metodologia de "Next-Generation Sequencing" (NGS) / Número total de microrganismos enviados pelos Laboratórios de Referência do INSA) * 100	NA	NA	NA	NA	90%	92%	5%	100%	50%				A2	B1	P
OOp4: Melhorar a vigilância laboratorial da resistência aos antibióticos (OE1)																
INDICADORES																
Fórmula	2020	2021	2022	2023	2024	Meta 2025	Tolerância	Valor crítico	Peso	Mês Análise	Resultado	Taxa de Realização	Classificação			



Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) - SIADAP 1 - Ministério da Saúde



4.1	Mapeamento dos isolados de cada hospital enviados ao Laboratório de Referência, no âmbito da Norma 004/DGS – Percentagem de isolados caracterizados	(Número de isolados com confirmação laboratorial de resistência aos antibióticos, no âmbito da Norma 004/DGS / Número total de isolados de cada hospital enviados ao Laboratório de Referência, no âmbito da Norma 004/DGS) * 100	NA	NA	NA	86%	85%	85%	10%	100%	100%				A2	B3	P
<b>ODp5: Definir roadmap para o planeamento e implementação da Estratégia Nacional para a Medicina Genómica (OE2) (R)</b>																	
INDICADORES																	
Fórmula																	
5.1	Estratégia Nacional para a Medicina Genómica – Integração com iniciativas europeias (Número de iniciativas / ações promovidas)	Número de iniciativas / ações promovidas	NA	NA	NA	NA	5	5	1	7	100%				A2	B3	P
<b>ODp6: Contribuir para avaliar a execução e resultados das políticas, do Plano Nacional de Saúde (PNS) e Programas do Ministério da Saúde (OE2) (R)</b>																	
INDICADORES																	
Fórmula																	
6.1	Percentagem de ações, iniciativas e instrumentos concretizados, entre os programados, no âmbito da avaliação do Plano Nacional de Saúde 2030	(Número de atividades realizadas no ano/ Número total de atividades planeadas para o ano) *100	NA	NA	NA	NA	30%	90%	5%	100%	100%				A2	B1	P
<b>ODp7: Melhorar o registo sobre indicadores de saúde (OE1)</b>																	
INDICADORES																	
Fórmula																	
7.1	Programa Nacional de Rastreo Neonatal - Taxa de cobertura de recém-nascidos estudados por ano face ao número de recém-nascidos registados a nível nacional	(Número de recém-nascidos estudados por ano face ao número de recém-nascidos registados a nível nacional) * 100	NA	99%	99%	99,8%	ND	95%	4%	100%	100%				A1	B4	P
<b>ODp8: Contribuir para a Estratégia Integrada / Plano Nacional das Doenças Raras de base genética (OE2)</b>																	
INDICADORES																	
Fórmula																	
8.1	Número de exomas completos estudados	Número de exomas completos estudados no ano	NA	NA	NA	NA	36	60	10	100	100%				A3	B1	P
<b>ODp9: Fomentar a produção editorial científica (OE3)</b>																	
INDICADORES																	
Fórmula																	
9.1	Boletins Epidemiológicos Observações publicadas	Número de edições publicadas no ano, do "Boletim Epidemiológico Observações"	4	3	3	3	3	4	1	6	100%				A3	B1	P
<b>ODp10: Consolidar o inventário e documentação do acervo do Museu da Saúde (OE2)</b>																	
INDICADORES																	
Fórmula																	
10.1	Número de objetos museológicos do acervo validados e disponibilizados online	Número de objetos museológicos do acervo validados e disponibilizados online, no ano	NA	NA	NA	300	150	250	40	300	100%				A3	B1	P
<b>EFICIÊNCIA</b>																	
<b>25%</b>																	
<b>ODp11: Integrar os Laboratórios Regionais de Saúde Pública de Aveiro, Braga, Évora, Faro e Leiria, no âmbito do Decreto-Lei n.º 54/2014, de 6 de setembro (OE4) (R)</b>																	
INDICADORES																	
Fórmula																	
11.1	Número de ações de operacionalização da integração	Número de ações de operacionalização da integração realizadas no ano	NA	NA	NA	NA	NA	6	1	8	100%				A1	B5	P
<b>ODp12: Garantir a proteção da saúde dos praticantes desportivos e a ética das competições, no âmbito do controlo de dopagem (OE1) (R)</b>																	
INDICADORES																	
Fórmula																	
12.1	Controlos de Dopagem - Número de amostras analisadas	Número de amostras analisadas no ano	NA	NA	NA	3416	3157	3160	200	3416	100%				A3	B1	P
<b>ODp13: Gerar conhecimento para apoiar a decisão em saúde pública (OE4)</b>																	
INDICADORES																	
Fórmula																	
13.1	Número de parâmetros avaliados / implementados no âmbito da vigilância de águas residuais visando a implementação de um "sistema sentinela para riscos emergentes"	Número de parâmetros avaliados / implementados no ano, no âmbito da vigilância de águas residuais	NA	NA	NA	NA	7	8	1	10	100%				A3	B1	P
<b>ODp14: Reforçar a investigação (OE3) (R)</b>																	
INDICADORES																	
Fórmula																	



Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) - SIADAP 1 - Ministério da Saúde



14.1	Projetos de I&D iniciados no ano	Número de projetos de I&D iniciados no ano (com financiamento externo)	38	20	34	26	21	27	5	38	100%							A3	B1	P
<b>OOp15: Gerar conhecimento para apoiar a Medicina de Precisão / Medicina Personalizada (OE3)</b>																				
INDICADORES		Fórmula	2020	2021	2022	2023	2024	Meta 2025	Tolerância	Valor crítico	Peso	Mês Análise	Resultado	Taxa de Realização	Classificação					
15.1	Documentos científicos produzidos no âmbito de projetos de investigação em medicina personalizada (Número)	Número de relatórios, teses e/ou artigos científicos publicados ou submetidos para publicação como resultado de projetos de investigação em medicina personalizada desenvolvidos no ano	NA	NA	9	9	38	34	3	38	100%							A3	B2	P
<b>OOp16: Fomentar projetos/ações de cooperação internacionais (OE1) (R)</b>																				
INDICADORES		Fórmula	2020	2021	2022	2023	2024	Meta 2025	Tolerância	Valor crítico	Peso	Mês Análise	Resultado	Taxa de Realização	Classificação					
16.1	Projeto "Força Saúde - FORTalecer a alianÇA entre os Sistemas de SAÚDE Africanos e de Portugal através da capacitação dos recursos humanos" - Número de atividades de formação e iniciativas promovidas no ano, no âmbito do plano de triénio 2024-2026	Número de atividades de formação e iniciativas promovidas	NA	NA	NA	NA	27	25	4	30	100%							A3	B2	P
<b>QUALIDADE</b>																				
<b>OOp17: Assegurar a qualidade dos serviços diferenciados em áreas científicas inovadoras (OE4)</b>																				
INDICADORES		Fórmula	2020	2021	2022	2023	2024	Meta 2025	Tolerância	Valor crítico	Peso	Mês Análise	Resultado	Taxa de Realização	Classificação					
17.1	Consolidar o processo de acreditação de ensaios analíticos - Número de ensaios	Número de ensaios acreditados	972	1011	1113	2280	ND	2340	100	2500	100%							A2	B4	P
<b>OOp18: Assegurar a qualidade do serviço (OE4) (R)</b>																				
INDICADORES		Fórmula	2020	2021	2022	2023	2024	Meta 2025	Tolerância	Valor crítico	Peso	Mês Análise	Resultado	Taxa de Realização	Classificação					
18.1	Índice médio de satisfação global dos clientes (escala 1-4)	Média de satisfação manifestada pelos clientes, resultado dos inquéritos de satisfação	3,67	3,66	3,67	3,72	ND	3,50	0,2	4	100%							A1	B4	P
<b>OOp19: Adotar medidas de boa gestão dos trabalhadores e de melhoria do ambiente e bem-estar no trabalho (OE4) (R)</b>																				
INDICADORES		Fórmula	2020	2021	2022	2023	2024	Meta 2025	Tolerância	Valor crítico	Peso	Mês Análise	Resultado	Taxa de Realização	Classificação					
19.1	Número de iniciativas / ações promovidas no âmbito do "Programa Nutrição em Foco no INSA: para um ambiente de trabalho saudável e sustentável"	Número de iniciativas / ações promovidas no ano	NA	NA	NA	NA	10	8	1	10	20%							A3	B2	P
19.2	Número de ações promovidas decorrentes das sugestões dos trabalhadores no questionário de satisfação interno referente ao ano n-1	Número de ações promovidas no ano	NA	NA	NA	NA	5	4	1	6	20%							A1	B2	P
19.3	Porcentagem de trabalhadores com modalidades de organização de trabalho que facilitem a conciliação da vida profissional, familiar e pessoal	(Número de trabalhadores com modalidades de organização de trabalho que facilitem a conciliação da vida profissional, familiar e pessoal / Número total de trabalhadores) * 100	NA	NA	29%	45%	49%	50%	4%	55%	20%							A2	B1	P
19.4	Número de ações de formação / sensibilização em matéria de Segurança e Saúde no Trabalho	Número de ações de formação efetuadas no ano	NA	3	8	9	12	12	1	14	20%							A3	B3	P
19.5	Número de iniciativas promovidas no âmbito da satisfação com o trabalho, o desenvolvimento de carreira e as necessidades de formação	Número de iniciativas promovidas no ano	NA	NA	NA	NA	5	5	1	7	20%							A1	B3	P

NOTA EXPLICATIVA

OE = Objetivo Estratégico; OOp = Objetivo Operacional; R = Relevante; E = Estimativa; NA = Não Aplicável; ND = Não Disponível; F = Apuramento Final.

JUSTIFICAÇÃO DE DESVIOS

A preencher nas fases de monitorização e avaliação anual final.

TAXA DE REALIZAÇÃO DOS OBJECTIVOS



Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) - SIADAP 1 - Ministério da Saúde



	OBJETIVOS RELEVANTES %	OBJETIVOS RELEVANTES	PLANEADO % 01.01.2025	EXECUTADO % 31.12.2025	TAXA DE REALIZAÇÃO % 31.12.2025		
<b>EFICÁCIA</b>			25%	#VALOR!	#VALOR!		
OOp1: Participar em consórcios de laboratórios de referência europeus (EUR1) (OE1)	1%		5%	#VALOR!	#VALOR!		
OOp2: Obter evidência para a decisão em Saúde Pública através da utilização de instrumentos de observação, vigilância ou investigação (OE2) (R)	5%	R	20%	#VALOR!	#VALOR!		
OOp3: Assegurar e promover a vigilância epidemiológica e a monitorização de infeções por agentes microbianos de diferentes etiologias (OE1) (R)	4%	R	15%	#VALOR!	#VALOR!		
OOp4: Melhorar a vigilância laboratorial da resistência aos antibióticos (OE1)	1%		5%	#VALOR!	#VALOR!		
OOp5: Definir roadmap para o planeamento e implementação da Estratégia Nacional para a Medicina Genómica (OE2) (R)	5%	R	20%	#VALOR!	#VALOR!		
OOp6: Contribuir para avaliar a execução e resultados das políticas, do Plano Nacional de Saúde (PNS) e Programas do Ministério da Saúde (OE2) (R)	4%	R	15%	#VALOR!	#VALOR!		
OOp7: Melhorar o registo sobre indicadores de saúde (OE1)	1%		5%	#VALOR!	#VALOR!		
OOp8: Contribuir para a Estratégia Integrada / Plano Nacional das Doenças Raras de base genética (OE2)	1%		5%	#VALOR!	#VALOR!		
OOp9: Fomentar a produção editorial científica (OE3)	1%		5%	#VALOR!	#VALOR!		
OOp10: Consolidar o inventário e documentação do acervo do Museu da Saúde (OE2)	1%		5%	#VALOR!	#VALOR!		
<b>EFICIÊNCIA</b>			25%	#VALOR!	#VALOR!		
OOp11: Integrar os Laboratórios Regionais de Saúde Pública de Aveiro, Braga, Évora, Faro e Leiria, no âmbito do Decreto-Lei n.º 54/2024, de 6 de setembro (OE4) (R)	5%	R	20%	#VALOR!	#VALOR!		
OOp12: Garantir a proteção da saúde dos praticantes desportivos e a ética das competições, no âmbito do controlo de dopagem (OE3) (R)	5%	R	20%	#VALOR!	#VALOR!		
OOp13: Gerar conhecimento para apoiar a decisão em saúde pública (OE4)	3%		10%	#VALOR!	#VALOR!		
OOp14: Reforçar a investigação (OE3) (R)	5%	R	20%	#VALOR!	#VALOR!		
OOp15: Gerar conhecimento para apoiar a Medicina de Precisão / Medicina Personalizada (OE3)	3%		10%	#VALOR!	#VALOR!		
OOp16: Fomentar projetos/ações de cooperação internacionais (OE1) (R)	5%	R	20%	#VALOR!	#VALOR!		
<b>QUALIDADE</b>			50%	#VALOR!	#VALOR!		
OOp17: Assegurar a qualidade dos serviços diferenciados em áreas científicas inovadoras (OE4)	3%		5%	#VALOR!	#VALOR!		
OOp18: Assegurar a qualidade do serviço (OE4) (R)	25%	R	50%	#VALOR!	#VALOR!		
OOp19: Adotar medidas de boa gestão dos trabalhadores e de melhoria do ambiente e bem-estar no trabalho (OE4) (R)	23%	R	45%	#VALOR!	#VALOR!		
<b>Taxa de Realização Global</b>			85%	100%	#VALOR!		
<b>RECURSOS HUMANOS - 2025</b>							
DESIGNAÇÃO	EFETIVOS (Planeados) 1-1-2025	EFETIVOS (Realizados) 31-12-2025	PONTUAÇÃO	RH PLANEADOS PONTUAÇÃO	RH REALIZADOS PONTUAÇÃO	DESVIO	DESVIO EM %
Dirigentes - Direção Superior	2		20	40	0	-40,00	
Dirigentes - Direção Intermédia (1ª e 2ª) e Chefes de Equipa	5		16	80	0	-80,00	
Técnicos Superiores (inclui Especialistas de Sistemas e Tecnologias de Informação)	164		12	1968	0	-1968,00	
Coordenadores Técnicos (inclui Chefes de Secção)	1		9	9	0	-9,00	
Técnicos de Sistemas e Tecnologias de Informação	7		8	56	0	-56,00	
Assistentes Técnicos	90		8	720	0	-720,00	
Assistentes Operacionais	68		5	340	0	-340,00	
<b>Outros</b>							
Médicos	8		12	96	0	-96,00	
Enfermeiros	3		12	36	0	-36,00	
Administradores Hospitalares	0		12	0	0	0,00	
Técnicos Superiores de Saúde	61		12	732	0	-732,00	
Farmacêuticos	30		12	360	0	-360,00	
Investigadores	90		12	1080	0	-1080,00	
Técnicos Superiores de Diagnóstico e Terapêutica	116		12	1392	0	-1392,00	
<b>Totais</b>	<b>645</b>	<b>0</b>		<b>6 909</b>	<b>0</b>	<b>-6 909</b>	<b>-100%</b>
<b>Efetivos no Organismo</b>	<b>31-12-2020</b>	<b>31-12-2021</b>	<b>31-12-2022</b>	<b>31-12-2023</b>	<b>31-12-2024</b>	<b>31-12-2025</b>	
<b>Nº de efetivos a exercer funções</b>	531	552	557	542	540		
<b>RECURSOS FINANCEIROS - 2025 (Euros)</b>							



Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) - SIADAP 1 - Ministério da Saúde



DESIGNAÇÃO	2020	2021	2022	2023	2024	ORÇAMENTO INICIAL 2025	ORÇAMENTO CORRIGIDO 2025	ORÇAMENTO EXECUTADO 2025	DESVIO	DESVIO EM %
	EXECUTADO	EXECUTADO	EXECUTADO	EXECUTADO	EXECUTADO					
<b>Orçamento de Funcionamento</b>	<b>32 849 252 €</b>	<b>32 321 208 €</b>	<b>34 300 850 €</b>	<b>41 226 555 €</b>	<b>34 445 814 €</b>	<b>87 906 617 €</b>	<b>0 €</b>	<b>0 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>#DIV/0!</b>
Despesas com Pessoal	16 844 738 €	17 541 518 €	19 098 329 €	20 253 760 €	21 549 552 €	26 624 217 €			0,00 €	#DIV/0!
Aquisições de Bens e Serviços Correntes	14 282 402 €	13 170 385 €	12 621 408 €	17 730 902 €	11 461 397 €	54 286 916 €			0,00 €	#DIV/0!
Outras Despesas Correntes e de Capital	1 722 112 €	1 609 305 €	2 581 113 €	3 241 893 €	1 434 865 €	6 995 484 €			0,00 €	#DIV/0!
<b>Outros Valores</b>									<b>0,00 €</b>	<b>#DIV/0!</b>
Jogos Sociais	- €	- €	- €	- €	- €	-	-	-	<b>0,00 €</b>	<b>#VALOR!</b>
<b>TOTAL (OFF+PIDDACH+Outros)</b>	<b>32 849 252 €</b>	<b>32 321 208 €</b>	<b>34 300 850 €</b>	<b>41 226 555 €</b>	<b>34 445 814 €</b>	<b>87 906 617 €</b>	<b>0 €</b>	<b>0 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>#DIV/0!</b>

INDICADORES		FONTES DE VERIFICAÇÃO	
1.1	Participar na implementação e monitorização dos planos de trabalho dos consórcios estabelecidos – Número de reuniões realizadas		Registo de agendamento de reuniões
2.1	Número de iniciativas / ações promovidas no âmbito do Sistema de Vigilância do Estado Nutricional Infantil (COSI Portugal)		Ficheiro COSI PORTUGAL
2.2	Monitorização da efetividade de vacinas e de outras estratégias de imunização – Percentagem de concretização das atividades programadas para o ano		Ficheiro Excel_Monitorização_DEP
2.3	Monitorização da mortalidade por todas as causas – Percentagem de concretização das atividades programadas para o ano		Ficheiro Excel_Monitorização_DEP - Relatórios publicados
3.1	Vigilância zoonótica e monitorização dos agentes infecciosos transmitidos por vetores (Rede REVIVE) - Número de iniciativas, ações e instrumentos desenvolvidos		Relatórios (Anual e Temáticos) Registos de ações/ Workshops Sítio INSA; Relatório INSA
3.2	Caracterização genómica (tipagem) dos microorganismos enviados pelos Laboratórios de Referência do INSA - Percentagem de microrganismos caracterizados		Bases de dados da Unidade de Tecnologia e Inovação e do Núcleo de Genómica e Bioinformática
4.1	Mapeamento dos isolados de cada hospital enviados ao Laboratório de Referência, no âmbito da Norma 004/DGS – Percentagem de isolados caracterizados		Base de dados LHM - INSA Lab.
5.1	Estratégia Nacional para a Medicina Genómica – integração com iniciativas europeias (Número de iniciativas / ações promovidas)		Relatório do INSA
6.1	Percentagem de ações, iniciativas e instrumentos concretizados, entre os programados, no âmbito da avaliação do Plano Nacional de Saúde 2030		Relatório do INSA / Ficheiro Excel_Matriz_DTC_LIIO
7.1	Programa Nacional de Rastreo Neonatal - Taxa de cobertura de recém-nascidos estudados por ano face ao número de recém-nascidos registados a nível nacional		Relatório de Atividades PNBN
8.1	Número de exomas completos estudados		Dashboard da Unidade de Tecnologia e Inovação
9.1	Boletins Epidemiológicos Observações publicados		Relatório do INSA
10.1	Número de objetos museológicos do acervo validados e disponibilizados online		Menu do Sítio digital
11.1	Número de ações de operacionalização da integração		Relatório da Estrutura de Apoio Técnico e Administração aos LRSF - E-ATA
12.1	Controlos de Dopagem - Número de amostras analisadas		LIMS_BACA
13.1	Número de parâmetros avaliados / implementados no âmbito da vigilância de águas residuais visando a implementação de um "sistema sentinela para riscos emergentes"		Projeto AgRI: Aprestamentos nas Resúltos de projetos Projeto (LI-WSH): Ficheiro excel de monitorização
14.1	Projetos de I&D iniciados no ano		Módulo de Gestão de Projetos
15.1	Documentos científicos produzidos no âmbito de projetos de investigação em medicina personalizada (Número)		Relatório do INSA / Ficheiro Excel_Matriz_DTC_LIIO
16.1	Projeto "Força Saúde - Fortalecer a aliança entre os Sistemas de SAÚDE Africanos e de Portugal através da capacitação dos recursos humanos" - Número de atividades de formação e iniciativas promovidas no ano, no âmbito do plano		Relatório de Atividades anual do Projeto
17.1	Consolidar o processo de acreditação de ensaios analíticos - Número de ensaios		Áreas Técnicas (PAC - Instituto Português de Acreditação) Listas Resumos Gerais
18.1	Índice médio de satisfação global dos clientes (escala 1-4)		Relatório de Satisfação dos Clientes
19.1	Número de iniciativas / ações promovidas no âmbito do "Programa Nutrição em Foco no INSA: para um ambiente de trabalho saudável e sustentável"		Ficheiro Excel_Aktividades desenvolvidas - Nutrição em foco
19.2	Número de ações promovidas decorrentes das sugestões dos trabalhadores no questionário de satisfação interno referente ao ano n-1		Relatório de Satisfação dos Trabalhadores
19.3	Percentagem de trabalhadores com modalidades de organização de trabalho que facilitem a conciliação da vida profissional, familiar e pessoal		RHV (Software de Recursos Humanos e Recrutamento)
19.4	Número de ações de formação / sensibilização em matéria de Segurança e Saúde no Trabalho		Osso (Software do Sistema de Gestão da Qualidade)
19.5	Número de iniciativas promovidas no âmbito da satisfação com o trabalho, o desenvolvimento de carreira e as necessidades de formação		Relatório Associação Médicos Conciliação RHM; Osso SFG

Tipo de Indicador	A1- Indicador de Impacto	Referem-se às consequências das ações desenvolvidas pelos serviços na sociedade (ex: Número de formandos colocados em serviços)
(A)	A2- Indicador de Resultado	Traduzem efeitos diretos e imediatos sobre a população-alvo das ações desenvolvidas pelos serviços (ex: Número de formandos com aproveitamento)
	A3- Indicador de Realização	Descrevem a atividade desenvolvida pelo serviço, não fornecendo quaisquer indicações dos efeitos dessas ações sobre a sociedade (ex: N.º de ações de formação)

Meta	B1 - Meta proposta com melhoria de desempenho face ao ano anterior
Proposta 2025	B2 - Meta proposta abaixo do desempenho face ao ano anterior
face ao Ano Anterior (2024)	B3 - Meta proposta sem melhoria face ao ano anterior
	B4 - Sem histórico disponível de ano anterior
	B5 - Não aplicável (para novos indicadores)

**Identificação do Indicador:** **P** - Indicador Incremento Positivo - Indicadores relativos a objetivos crescentes, cujos resultados do desempenho melhoram quando aumentam e que visam, geralmente, aumentar, melhorar, incrementar, etc.  
**N** - Indicador Incremento Negativo - Indicadores referentes a objetivos decrescentes, cujos resultados melhoram quando diminuem e que visam, normalmente, diminuir, reduzir, etc. Neste caso, a classificação obtida é dada pela soma aritmética entre a realização plena (100%) e o desvio ocorrido [(Meta N-Resultado)/Meta N].

**REGRA:** são considerados objetivos mais relevantes aqueles que, somando os pesos por ordem decrescente de contribuição para a avaliação final, perçam uma percentagem superior ou igual a 50%, resultante do apuramento de, pelo menos, metade dos objetivos.

**NOTA. EXPRESSÃO QUALITATIVA DA AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS**  
A avaliação final do desempenho dos serviços é expressa qualitativamente pelas seguintes menções:  
a) Desempenho **bom**, atingiu todos os objetivos, **superando alguns**;  
b) Desempenho **satisfatório**, atingiu todos os objetivos ou os mais relevantes;  
c) Desempenho **insuficiente**, não atingiu os objetivos mais relevantes.

## 6.4. QUADRO – ARTICULAÇÃO ENTRE OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E OPERACIONAIS NO QUAR 2025

	OOP	OE			
		OE1	OE2	OE3	OE4
ARTICULAÇÃO COM QUAR 2025	<b>OOp1:</b> Participar em consórcios de laboratórios de referência europeus (EURL)				
	<b>OOp2:</b> Obter evidência para a decisão em Saúde Pública através da utilização de instrumentos de observação, vigilância ou investigação				
	<b>OOp3:</b> Assegurar e promover a vigilância epidemiológica e a monitorização de infeções por agentes microbianos de diferentes etiologias				
	<b>OOp4:</b> Melhorar a vigilância laboratorial da resistência aos antibióticos				
	<b>OOp5:</b> Definir <i>roadmap</i> para o planeamento e implementação da Estratégia Nacional para a Medicina Genómica				
	<b>OOp6:</b> Contribuir para avaliar a execução e resultados das políticas, do Plano Nacional de Saúde (PNS) e Programas do Ministério da Saúde				
	<b>OOp7:</b> Melhorar o registo sobre indicadores de saúde				
	<b>OOp8:</b> Contribuir para a Estratégia Integrada / Plano Nacional das Doenças Raras de base genética				
	<b>OOp9:</b> Fomentar a produção editorial científica				
	<b>OOp10:</b> Consolidar o inventário e documentação do acervo do Museu da Saúde				
	<b>OOp11:</b> Integrar os Laboratórios Regionais de Saúde Pública de Aveiro, Braga, Évora, Faro e Leiria, no âmbito do Decreto-Lei n.º 54/2024, de 6 de setembro				
	<b>OOp12:</b> Garantir a proteção da saúde dos praticantes desportivos e a ética das competições, no âmbito do controlo de dopagem				
	<b>OOp13:</b> Gerar conhecimento para apoiar a decisão em saúde pública				
	<b>OOp14:</b> Reforçar a investigação				
	<b>OOp15:</b> Gerar conhecimento para apoiar a Medicina de Precisão / Medicina Personalizada				
	<b>OOp16:</b> Fomentar projetos/ações de cooperação internacionais				
	<b>OOp17:</b> Assegurar a qualidade dos serviços diferenciados em áreas científicas inovadoras				
	<b>OOp18:</b> Assegurar a qualidade do serviço				
	<b>OOp19:</b> Adotar medidas de boa gestão dos trabalhadores e de melhoria do ambiente e bem-estar no trabalho				

## 6.5. QUADRO – ALINHAMENTO DOS OBJETIVOS DO INSA COM OS PLANOS SUPERIORES INTERINSTITUCIONAIS

OBJETIVO ESTRATÉGICO 1: PROMOVER A INTERVENÇÃO DO INSTITUTO ENQUANTO LABORATÓRIO DO ESTADO E LABORATÓRIO NACIONAL DE REFERÊNCIA					
OBJETIVOS OPERACIONAIS	ARTICULAÇÃO ATRIBUIÇÕES ORGANISMO	ENQUADRAMENTO COM PLANOS SUPERIORES INSTITUCIONAIS	INSTRUMENTO ESTRATÉGICO QUAR	DESCRIÇÃO DO INDICADOR	META 2025
<b>OOp1:</b> Participar em consórcios de laboratórios de referência europeus (EURL)	DDI c)	<p>Plano Nacional de Saúde 2030: 4. Reduzir de um modo integrado a carga das doenças transmissíveis e das não transmissíveis</p> <p>Lei das Grandes Opções para 2024-2028: 3. Um país com um Estado mais eficiente</p> <p>Outros: Regulamento (UE) 2022/2371 do Parlamento Europeu e do Conselho</p>	<b>1.1.</b> Participar na implementação e monitorização dos planos de trabalho dos consórcios estabelecidos – Número de reuniões realizadas	Número de reuniões realizadas no ano	18
<b>OOp 3:</b> Assegurar e promover a vigilância epidemiológica e a monitorização de infeções por agentes microbianos de diferentes etiologias	INSA h)	<p>Plano Nacional de Saúde 2030: 3. Minimizar as consequências das alterações climáticas e outros determinantes ambientais na saúde</p> <p>Programa do XXIV Governo Constitucional: 5.1 Saúde de Qualidade para todos</p> <p>Lei das Grandes Opções para 2024-2028: 3. Um país com um Estado mais eficiente</p>	<b>3.1</b> Vigilância entomológica e monitorização dos agentes infecciosos transmitidos por vetores (Rede REVIVE) - Número de iniciativas, ações e instrumentos desenvolvidos	Número de iniciativas, ações e instrumentos desenvolvidos no ano	19

**OBJETIVO ESTRATÉGICO 1: PROMOVER A INTERVENÇÃO DO INSTITUTO ENQUANTO LABORATÓRIO DO ESTADO E LABORATÓRIO NACIONAL DE REFERÊNCIA**

OBJETIVOS OPERACIONAIS	ARTICULAÇÃO ATRIBUIÇÕES ORGANISMO	ENQUADRAMENTO COM PLANOS SUPERIORES INSTITUCIONAIS	INSTRUMENTO ESTRATÉGICO QUAR	DESCRIÇÃO DO INDICADOR	META 2025
		Carta de Missão: 3. Garantir a resposta em situações emergência de saúde pública, nas áreas de atuação do INSA	<b>3.2</b> Caracterização genómica (tipagem) dos microorganismos enviados pelos Laboratórios de Referência do INSA - Percentagem de microorganismos caracterizados	(Número de microrganismos caracterizados geneticamente através da metodologia de "Next-Generation Sequencing" (NGS) / Número total de microrganismos enviados pelos Laboratórios de Referência do INSA) * 100	92%
<b>OOp4:</b> Melhorar a vigilância laboratorial da resistência aos antibióticos	DDI c)	Plano Nacional de Saúde 2030: 4. Reduzir de um modo integrado a carga das doenças transmissíveis e das não transmissíveis  Programas de Saúde Prioritários e Outros Programas Nacionais: ❖ Programa de Prevenção e Controlo de Infecções e de Resistência aos Antimicrobianos  Lei das Grandes Opções para 2024-2028: 3. Um país com um Estado mais eficiente  Outros: Norma nº 004/2013/DGS - Vigilância Epidemiológica das Resistências aos Antimicrobianos	<b>4.1</b> Mapeamento dos isolados de cada hospital enviados ao Laboratório de Referência, no âmbito da Norma 004/DGS – Percentagem de isolados caracterizados	(Número de isolados com confirmação laboratorial de resistência aos antibióticos, no âmbito da Norma 004/DGS / Número total de isolados de cada hospital enviados ao Laboratório de Referência, no âmbito da Norma 004/DGS) * 100	85%

**OBJETIVO ESTRATÉGICO 1: PROMOVER A INTERVENÇÃO DO INSTITUTO ENQUANTO LABORATÓRIO DO ESTADO E LABORATÓRIO NACIONAL DE REFERÊNCIA**

OBJETIVOS OPERACIONAIS	ARTICULAÇÃO ATRIBUIÇÕES ORGANISMO	ENQUADRAMENTO COM PLANOS SUPERIORES INSTITUCIONAIS	INSTRUMENTO ESTRATÉGICO QUAR	DESCRIÇÃO DO INDICADOR	META 2025
<b>OOp7:</b> Melhorar o registo sobre indicadores de saúde	INSA g)	Plano Nacional de Saúde 2030: 5. Manter sob controlo os problemas de saúde atualmente já controlados  Lei das Grandes Opções para 2024-2028: 1. Um país mais justo e solidário  Programas de Saúde Prioritários e Outros Programas Nacionais: ❖ Programa Nacional de Rastreio Neonatal	<b>7.1</b> Programa Nacional de Rastreio Neonatal - Taxa de cobertura de recém-nascidos estudados por ano face ao número de recém-nascidos registados a nível nacional	(Número de recém-nascidos estudados por ano/ Número de recém-nascidos registados a nível nacional) * 100	95%
<b>OOp12:</b> Garantir a proteção da saúde dos praticantes desportivos e a ética das competições, no âmbito do controlo de dopagem	INSA r)	Plano Nacional de Saúde 2030: 2. Promover o desenvolvimento de comportamentos, culturas e comunidades saudáveis  Lei das Grandes Opções para 2024-2028: 1. Um país mais justo e solidário	<b>12.1</b> Controlos de Dopagem - Número de amostras analisadas	Número de amostras analisadas no ano	3160
<b>OOp16:</b> Fomentar projetos/ações de cooperação internacionais	INSA n)	Plano Nacional de Saúde 2030: 1. Reduzir as desigualdades  Programa do XXIV Governo Constitucional: 10.2 Comunidades Portuguesas e Lusofonia  Lei das Grandes Opções para 2024-2028: 6. Um país mais global e humanista	<b>16.1</b> Projeto "Força Saúde - FORTalecer a alianÇA entre os Sistemas de SAÚDE Africanos e de Portugal através da capacitação dos recursos humanos" - Número de atividades de formação e iniciativas promovidas no ano, no âmbito do plano do triénio 2024-2026	Número de atividades de formação e iniciativas promovidas	25

OBJETIVO ESTRATÉGICO 2: INVESTIR NA PROMOÇÃO DA SAÚDE E REFORÇAR A PREVENÇÃO E CONTROLO DE DOENÇAS					
OBJETIVOS OPERACIONAIS	ARTICULAÇÃO ATRIBUIÇÕES ORGANISMO	ENQUADRAMENTO COM PLANOS SUPERIORES INSTITUCIONAIS	INSTRUMENTO ESTRATÉGICO QUAR	DESCRIÇÃO DO INDICADOR	META 2025
<b>OOp2:</b> Obter evidência para a decisão em Saúde Pública através da utilização de instrumentos de observação, vigilância ou investigação	INSA h) DAN b) DEP b)	Plano Nacional de Saúde 2030: 5. Manter sob controlo os problemas de saúde atualmente já controlados	<b>2.1</b> Número de iniciativas / ações promovidas no âmbito do Sistema de Vigilância do Estado Nutricional Infantil (COSI Portugal)	Número de iniciativas / ações promovidas no ano	2
		Programas de Saúde Prioritários e Outros Programas Nacionais: ❖ Programa Nacional para a Promoção da Alimentação Saudável ❖ Programa Nacional de Vacinação ❖ Programa Nacional de Vigilância da Gripe e de outros Vírus Respiratórios	<b>2.2</b> Monitorização da efetividade de vacinas e de outras estratégias de imunização - Percentagem de concretização das atividades programadas para o ano	(Número de atividades realizadas no ano/ Número total de atividades planeadas para o ano) *100	94%
		Programa do XXIV Governo Constitucional: 5.1 Saúde de Qualidade para todos  Lei das Grandes Opções para 2024-2028: 3. Um país com um Estado mais eficiente	<b>2.3</b> Monitorização da mortalidade por todas as causas – Percentagem de concretização das atividades programadas para o ano	(Número de atividades realizadas no ano/ Número total de atividades planeadas para o ano) *100	95%
<b>OOp5:</b> Definir <i>roadmap</i> para o planeamento e implementação da Estratégia Nacional para a Medicina Genómica	DPS d)	Plano Nacional de Saúde 2030: 4. Reduzir de um modo integrado a carga das doenças transmissíveis e das não transmissíveis  Lei das Grandes Opções para 2024-2028: 3. Um país com um Estado mais eficiente	<b>5.1</b> Estratégia Nacional para a Medicina Genómica – integração com iniciativas europeias (Número de iniciativas / ações promovidas)	Número de iniciativas / ações promovidas	5

OBJETIVO ESTRATÉGICO 2: INVESTIR NA PROMOÇÃO DA SAÚDE E REFORÇAR A PREVENÇÃO E CONTROLO DE DOENÇAS					
OBJETIVOS OPERACIONAIS	ARTICULAÇÃO ATRIBUIÇÕES ORGANISMO	ENQUADRAMENTO COM PLANOS SUPERIORES INSTITUCIONAIS	INSTRUMENTO ESTRATÉGICO QUAR	DESCRIÇÃO DO INDICADOR	META 2025
<b>OOp6:</b> Contribuir para avaliar a execução e resultados das políticas, do Plano Nacional de Saúde (PNS) e Programas do Ministério da Saúde	INSA m)	Plano Nacional de Saúde 2030: 1. Reduzir as desigualdades  Lei das Grandes Opções para 2024-2028: 3. Um país com um Estado mais eficiente	<b>6.1</b> Percentagem de ações, iniciativas e instrumentos concretizados, entre os programados, no âmbito da avaliação do Plano Nacional de Saúde 2030	(Número de atividades realizadas no ano/ Número total de atividades planeadas para o ano) *100	90%
<b>OOp8:</b> Contribuir para a Estratégia Integrada / Plano Nacional das Doenças Raras de base genética	INSA f)	Plano Nacional de Saúde 2030: 4. Reduzir de um modo integrado a carga das doenças transmissíveis e das não transmissíveis  Programas de Saúde Prioritários e Outros Programas Nacionais: ❖ Estratégia Integrada para as Doenças Raras  Lei das Grandes Opções para 2024-2028: 3. Um país com um Estado mais eficiente	<b>8.1</b> Número de exomas completos estudados	Número de exomas completos estudados no ano	60
<b>OOp10:</b> Consolidar o inventário e documentação do acervo do Museu da Saúde	MUS a)	Plano Nacional de Saúde 2030: 2. Promover o desenvolvimento de comportamentos, culturas e comunidades saudáveis  Lei das Grandes Opções para 2024-2028: 2. Um país mais rico, inovador e competitivo	<b>10.1</b> Número de objetos museológicos do acervo validados e disponibilizados online	Número de objetos museológicos do acervo validados e disponibilizados online, no ano	250

OBJETIVO ESTRATÉGICO 3: DINAMIZAR A INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E A INOVAÇÃO BASEADOS NA EXCELÊNCIA					
OBJETIVOS OPERACIONAIS	ARTICULAÇÃO ATRIBUIÇÕES ORGANISMO	ENQUADRAMENTO COM PLANOS SUPERIORES INSTITUCIONAIS	INSTRUMENTO ESTRATÉGICO QUAR	DESCRIÇÃO DO INDICADOR	META 2025
<b>OOp9:</b> Fomentar a produção editorial científica	INSA b)	Plano Nacional de Saúde 2030: 2. Promover o desenvolvimento de comportamentos, culturas e comunidades saudáveis  Lei das Grandes Opções para 2024-2028: 2. Um país mais rico, inovador e competitivo  Carta de Missão: 5. Fomentar a produção editorial científica	<b>9.1</b> Boletins Epidemiológicos Observações publicados	Número de edições publicadas no ano, do "Boletim Epidemiológico Observações"	4
<b>OOp14:</b> Reforçar a investigação	INSA a)	Plano Nacional de Saúde 2030: 2. Promover o desenvolvimento de comportamentos, culturas e comunidades saudáveis  Lei das Grandes Opções para 2024-2028: 2. Um país mais rico, inovador e competitivo  Carta de Missão: 6. Reforçar a investigação	<b>14.1</b> Projetos de I&D iniciados no ano	Número de projetos de I&D iniciados no ano (com financiamento externo)	27
<b>OOp15:</b> Gerar conhecimento para apoiar a Medicina de Precisão / Medicina Personalizada	INSA a)	Plano Nacional de Saúde 2030: 2. Promover o desenvolvimento de comportamentos, culturas e comunidades saudáveis  Lei das Grandes Opções para 2024-2028: 3. Um país com um Estado mais eficiente	<b>15.1</b> Documentos científicos produzidos no âmbito de projetos de investigação em medicina personalizada (Número)	Número de relatórios, teses e/ou artigos científicos publicados ou submetidos para publicação como resultado de projetos de investigação em medicina personalizada desenvolvidos no ano	34

OBJETIVO ESTRATÉGICO 4: INVESTIR NA SUSTENTABILIDADE E MODERNIZAÇÃO ORGANIZACIONAL					
OBJETIVOS OPERACIONAIS	ARTICULAÇÃO ATRIBUIÇÕES ORGANISMO	ENQUADRAMENTO COM PLANOS SUPERIORES INSTITUCIONAIS	INSTRUMENTO ESTRATÉGICO QUAR	DESCRIÇÃO DO INDICADOR	META 2025
<b>OOp11:</b> Integrar os Laboratórios Regionais de Saúde Pública de Aveiro, Braga, Évora, Faro e Leiria, no âmbito do Decreto-Lei n.º 54/2024, de 6 de setembro	-	Programa do XXIV Governo Constitucional: 5.4 Modernização, Simplificação e Desburocratização do Estado  Lei das Grandes Opções para 2024-2028: 3. Um país com um Estado mais eficiente  Decreto-Lei n.º 54/2024, de 6 de setembro	<b>11.1</b> Número de ações de operacionalização da integração	Número de ações de operacionalização da integração realizadas no ano	6
<b>OOp13:</b> Gerar conhecimento para apoiar a decisão em saúde pública	INSA h)	Plano Nacional de Saúde 2030: 3. Minimizar as consequências das alterações climáticas e outros determinantes ambientais na saúde  Lei das Grandes Opções para 2024-2028: 3. Um país com um Estado mais eficiente	<b>13.1</b> Número de parâmetros avaliados / implementados no âmbito da vigilância de águas residuais visando a implementação de um "sistema sentinela para riscos emergentes"	Número de parâmetros avaliados / implementados no ano, no âmbito da vigilância de águas residuais	8
<b>OOp17:</b> Assegurar a qualidade dos serviços diferenciados em áreas científicas inovadoras	INSA o)	Plano Nacional de Saúde 2030: 4. Reduzir de um modo integrado a carga das doenças transmissíveis e das não transmissíveis  Carta de Missão: 12. Assegurar a qualidade de serviços diferenciados em áreas científicas mais carenciadas ou inovadoras	<b>17.1</b> Consolidar o processo de acreditação de ensaios analíticos - Número de ensaios	Número de ensaios acreditados	2340

OBJETIVO ESTRATÉGICO 4: INVESTIR NA SUSTENTABILIDADE E MODERNIZAÇÃO ORGANIZACIONAL					
OBJETIVOS OPERACIONAIS	ARTICULAÇÃO ATRIBUIÇÕES ORGANISMO	ENQUADRAMENTO COM PLANOS SUPERIORES INSTITUCIONAIS	INSTRUMENTO ESTRATÉGICO QUAR	DESCRIÇÃO DO INDICADOR	META 2025
<b>OOp18:</b> Assegurar a qualidade do serviço	INSA o)	<p>Plano Nacional de Saúde 2030: 4. Reduzir de um modo integrado a carga das doenças transmissíveis e das não transmissíveis</p> <p>Orientações / requisitos definidos pela Secretaria de Estado da Administração Pública – N.º 1 alínea b) Avaliação pelos cidadãos</p> <p>Carta de Missão: 14. Promover a satisfação dos clientes</p>	<b>18.1</b> Índice médio de satisfação global dos clientes (escala 1-4)	Média de satisfação manifestada pelos clientes, resultado dos inquéritos de satisfação	3,50
<b>OOp19:</b> Adotar medidas de boa gestão dos trabalhadores e de melhoria do ambiente e bem-estar no trabalho	DAN b) INSA o)	<p>Plano Nacional de Saúde 2030: 2. Promover o desenvolvimento de comportamentos, culturas e comunidades saudáveis</p> <p>Orientações / requisitos definidos pela Secretaria de Estado da Administração Pública – N.º 1 alínea a) Objetivos de boa gestão dos trabalhadores, designadamente nos domínios:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>❖ Ambientes de trabalho saudáveis</li> <li>❖ Participação dos trabalhadores na gestão dos serviços</li> <li>❖ Conciliação da vida profissional com a vida pessoal e familiar</li> <li>❖ Segurança e saúde no trabalho</li> <li>❖ Motivação</li> </ul>	<b>19.1</b> Número de iniciativas / ações promovidas no âmbito do "Programa Nutrição em Foco no INSA: para um ambiente de trabalho saudável e sustentável"	Número de iniciativas / ações promovidas no ano	8
			<b>19.2</b> Número de ações promovidas decorrentes das sugestões dos trabalhadores no questionário de satisfação interno referente ao ano n-1	Número de ações promovidas no ano	4
			<b>19.3</b> Percentagem de trabalhadores com modalidades de organização de trabalho que facilitem a conciliação da vida profissional, familiar e pessoal	(Número de trabalhadores com modalidades de organização de trabalho que facilitem a conciliação da vida profissional, familiar e pessoal / Número total de trabalhadores) * 100	50%

OBJETIVO ESTRATÉGICO 4: INVESTIR NA SUSTENTABILIDADE E MODERNIZAÇÃO ORGANIZACIONAL					
OBJETIVOS OPERACIONAIS	ARTICULAÇÃO ATRIBUIÇÕES ORGANISMO	ENQUADRAMENTO COM PLANOS SUPERIORES INSTITUCIONAIS	INSTRUMENTO ESTRATÉGICO QUAR	DESCRIÇÃO DO INDICADOR	META 2025
		Lei das Grandes Opções para 2024-2028: 3. Um país com um Estado mais eficiente	<b>19.4</b> Número de ações de formação / sensibilização em matéria de Segurança e Saúde no Trabalho	Número de ações de formação efetuadas no ano	12
			<b>19.5</b> Número de iniciativas promovidas no âmbito da satisfação com o trabalho, o desenvolvimento de carreira e as necessidades de formação	Número de iniciativas promovidas no ano	5

## 6.6. TABELA DE OBJETIVOS E RESPECTIVOS INDICADORES DE DESEMPENHO

### – HARMONIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO DOS SERVIÇOS E ORGANISMOS

Tendo por base as Orientações da Secretaria-Geral do Ministério da Saúde para o ciclo de gestão de 2025, de acordo com os requisitos definidos pela Secretaria de Estado da Administração Pública, apresentam-se, em seguida, os objetivos e respetivos indicadores de desempenho, de inscrição obrigatória no QUAR e/ou no Plano de Atividades do INSA:

ALÍNEA	TEMÁTICA	OBJETIVOS	INDICADORES	FÓRMULA
1.a)	Ambientes de trabalho saudáveis	OOp19 (QUAR): Adotar medidas de boa gestão dos trabalhadores e de melhoria do ambiente e bem-estar no trabalho	Número de iniciativas / ações promovidas no âmbito do "Programa Nutrição em Foco no INSA: para um ambiente de trabalho saudável e sustentável"	Número de iniciativas / ações promovidas no ano
	Participação dos trabalhadores na gestão dos serviços		Número de ações promovidas decorrentes das sugestões dos trabalhadores no questionário de satisfação interno referente ao ano n-1	Número de ações promovidas no ano
	Conciliação da vida profissional com a vida pessoal e familiar		Percentagem de trabalhadores com modalidades de organização de trabalho que facilitem a conciliação da vida profissional, familiar e pessoal	(Número de trabalhadores com modalidades de organização de trabalho que facilitem a conciliação da vida profissional, familiar e pessoal / Número total de trabalhadores) * 100
	Segurança e saúde no trabalho		Número de ações de formação / sensibilização em matéria de Segurança e Saúde no Trabalho	Número de ações de formação efetuadas no ano
	Motivação		Número de iniciativas promovidas no âmbito da satisfação com o trabalho, o desenvolvimento de carreira e as necessidades de formação	Número de iniciativas promovidas no ano

ALÍNEA	TEMÁTICA	OBJETIVOS	INDICADORES	FÓRMULA
<b>1.b)</b>	Avaliação pelos cidadãos - utilizadores ou clientes do serviço	OOp18 (QUAR): Assegurar a qualidade do serviço	Índice médio de satisfação global dos clientes (escala 1-4)	Média de satisfação manifestada pelos clientes, resultado dos inquéritos de satisfação
<b>2.a)</b> <sup>7</sup>	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) ODS 5 – Igualdade de Género	Adotar medidas de boa gestão dos trabalhadores e de melhoria do ambiente e bem-estar no trabalho	Taxa de implementação das atividades relacionadas com o Plano para a Igualdade de Género	(Número de atividades realizadas no ano/ Número total de atividades planeadas para o ano) *100
	Estratégia para a inclusão das pessoas com deficiência		Número de iniciativas/ações promovidas no âmbito da inclusão das pessoas com deficiência	Número de iniciativas / ações promovidas no ano
	Programa de Gestão do Património Imobiliário	Implementar ações no âmbito do Programa de Gestão do Património Imobiliário	Número de iniciativas que promovam a avaliação do imóvel do edifício-sede	Número de iniciativas promovidas no ano
	Programa de Eficiência de Recursos na Administração Pública (ECO.AP)	Favorecer a transição para uma economia circular	Número de iniciativas que visem a redução da pegada ecológica e fatura energética	Número de iniciativas promovidas no ano

<sup>7</sup> No âmbito do ciclo de gestão em vigor, o INSA não prevê a inclusão de novos objetivos relacionados com o programa SIMPLEX. Salienta-se a continuidade das iniciativas relacionadas com a desmaterialização de processos e procedimentos, nomeadamente o objetivo operacional inscrito na ficha de atividades da Direção de Gestão de Recursos Técnicos "Desmaterializar os procedimentos administrativos do INSA", com o indicador "Número de novos serviços (internos e externos) disponibilizados em meio eletrónico".

## 6.7. ANÁLISE SWOT (DETALHE)

### [ANÁLISE INTERNA]

FRAQUEZAS	FORÇAS
1. Risco de perda de <i>know-how</i> por carência de mecanismos que assegurem a transferência do conhecimento	1. Recursos humanos qualificados, com elevado conhecimento técnico e/ou científico (a)
2. Dificuldade no recrutamento de recursos humanos	2. Integração em redes internacionais e europeias de referência (a)
3. Orçamento anual do INSA exíguo para a realização das suas atividades e o cumprimento da sua missão, de serviço público	3. Património histórico e científico: marca INSA - Ricardo Jorge (a)
4. Estrutura organizacional e legislativa desajustada às atuais necessidades e missão do INSA	4. Capacidade de adaptação e resposta a situações de emergência / ameaças de saúde pública
5. Necessidade de obras de manutenção dos edifícios / laboratórios e beneficiação dos espaços exteriores	5. Reconhecimento externo e interno do valor da sua missão (a)
6. Incipiente comunicação organizacional, ao nível interno (a)	6. Referência na prestação de serviços diferenciados / serviços únicos e altamente especializados (a)
7. Dependência de financiamento externo para o desenvolvimento de projetos científicos	7. A valorização da qualidade, ao nível da acreditação de análises clínicas, testes genéticos, alimentos, águas, ambiente e de controlo de dopagem, bem como os serviços no âmbito do programa de avaliação externa da qualidade (a)
8. Fragilidade dos procedimentos e instrumentos / sistemas de informação para os indicadores de gestão interna	8. Capacidade formativa (mestrados, doutoramentos e estágios de formação profissional) (a)
9. Incipiente investimento na área da comunicação (ao nível externo), incluindo o marketing de serviços diferenciados, captação de novos clientes, informação disponível no sítio institucional e política editorial (a)	
10. Debilidade das infraestruturas tecnológicas e na qualificação para a transição digital, garantindo acesso e utilização competitiva e segura de dados (a)	9. Investigadores do INSA integrados em centros de investigação, académicos e clínicos e participação em programas de doutoramento

Nota. Cinzento = Em alinhamento com *Stakeholders* externos. (a) Identificado no Plano Estratégico 2020-2022.

## [ANÁLISE EXTERNA]

AMEAÇAS	OPORTUNIDADES
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Ausência de enquadramento legal específico para recrutamento de recursos humanos especializados e dificuldade na retenção de profissionais com reconhecido mérito e qualidade (a)</li> <li>2. Indefinição do estatuto do INSA e seu posicionamento no quadro referencial das estruturas do Ministério da Saúde (a)</li> <li>3. Ausência de agendas de observação em saúde, vigilância epidemiológica e investigação em Saúde Pública com financiamento específico associado (a)</li> <li>4. Risco de sobrevalorização das questões da Saúde Pública mais mediáticas, em detrimento de outras áreas de intervenção e de investigação do INSA</li> <li>5. Indefinição no processo da Reforma da Saúde Pública (a)</li> <li>6. Insuficiência na interoperabilidade dos sistemas de informação em saúde atualmente existentes (a)</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Desenvolvimento de atividades em áreas específicas para as quais o INSA tem capacidade para dar resposta diferenciada, incluindo em áreas de intervenção emergentes (a)</li> <li>2. Áreas de atuação prioritárias na agenda pública e política, designadamente a crescente visibilidade social do tema saúde pública (a)</li> <li>3. Plano de Recuperação e Resiliência para Portugal, com enfoque específico na área da saúde</li> <li>4. Relações internacionais multissetoriais consolidadas, incluindo a articulação com os institutos congéneres e cooperação externa (a)</li> <li>5. Acesso a fundos europeus de financiamento (a)</li> <li>6. Informatização e digitalização na área da saúde (registos clínicos, resultados laboratoriais) e disponibilização de grandes bases de dados da saúde (a)</li> <li>7. Novo estatuto do Serviço Nacional de Saúde</li> <li>8. Cooperação com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) enquanto entidade assessora do Secretariado Executivo da CPLP</li> <li>9. Trabalho integrado com estruturas nacionais, regionais (incluindo Regiões Autónomas) e locais (a)</li> <li>10. Alinhamento com agendas e orientações internacionais</li> </ol>

Nota. (a) Identificado no Plano Estratégico 2020-2022.

## 6.8. PLANO ANUAL DE FORMAÇÃO



REPÚBLICA  
PORTUGUESA

SAÚDE



SNS SERVIÇO NACIONAL  
DE SAÚDE



Instituto Nacional de Saúde  
Doutor Ricardo Jorge

*Deliberação aprovada  
25.02.2025*

O Conselho Diretivo  
Fernando de Almeida  
Presidente

Cristina Almeida Santos  
Vicejefe

# PLANO ANUAL DE FORMAÇÃO 2025



DIREÇÃO DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS  
SETOR DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS  
ÁREA DE FORMAÇÃO INTERNA

## ÍNDICE

1. Introdução .....	3
2. Enquadramento Legal .....	4
3. Construção do Plano Anual de Formação .....	5
4. Execução do Plano de Formação .....	6
5. Referencial de Competências para a Administração Pública (ReCAP) e o Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho da Administração Pública (SIADAP) .....	7
6. Propostas de Ações de Formação Interna .....	9
7. Monitorização do Plano Anual de Formação .....	17
8. Gestão de Recursos .....	18
9. Considerações finais .....	19

## 1. INTRODUÇÃO

A formação profissional é um pilar essencial para a modernização da Administração Pública, especialmente no contexto das entidades de cariz científico como o Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge (INSA). O alinhamento entre a qualificação dos trabalhadores e os objetivos estratégicos do INSA é fundamental para assegurar a excelência nos serviços prestados à sociedade.

A qualificação dos colaboradores do INSA permite fortalecer o papel de referência nacional em áreas como a vigilância em saúde, a investigação científica e a prestação de serviços diferenciados.

Anualmente, o INSA realiza o Diagnóstico de Necessidades de Formação (DNF) que permite identificar as lacunas e áreas prioritárias de formação dos seus colaboradores. Este levantamento é fundamental para garantir as ferramentas necessárias para enfrentar os desafios em áreas como microbiologia, epidemiologia, bioestatística, saúde ambiental e promoção da saúde, entre outras. Além disso, no que diz respeito ao desenvolvimento de competências comportamentais são valorizadas as ações em áreas de desenvolvimento pessoal, tais como a liderança e a comunicação.

O PAF visa ainda dar cumprimento ao Decreto-Lei n.º 12/2024, de 10 de janeiro, que alterou o Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública (SIADAP). De acordo com o nº 5 do artigo 48º do referido Decreto-Lei, é atribuída relevância à formação contínua dos trabalhadores, em articulação com a avaliação de desempenho, determinando que seja realizada uma formação específica e obrigatória para o desenvolvimento das competências definidas entre o avaliador e o avaliado. Assim, este Plano é construído com o intuito de melhorar o desempenho dos trabalhadores do INSA, de acordo com as novas regras do SIADAP.

O PAF para 2025 procura refletir uma visão integrada de capacitação, abrangendo não só a atualização técnica dos profissionais, mas também a formação em áreas críticas para a Administração Pública, como a Ética e Plano de Prevenção de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas e o Regime Geral de Proteção de Dados (RGPD).

## 2. ENQUADRAMENTO LEGAL

O PAF é elaborado em conformidade com o regime jurídico aplicável à formação profissional na Administração Pública, considerando a sua importância estratégica para a modernização, valorização e capacitação dos trabalhadores ao serviço do Estado. A formação profissional é reconhecida como um direito e um dever dos trabalhadores da Administração Pública, sendo uma ferramenta crucial para melhorar o desempenho individual e institucional.

De acordo com o artigo 1.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, a formação profissional é um direito dos trabalhadores da Administração Pública. Adicionalmente a Lei n.º 82/2019, de 2 de setembro, reforça as responsabilidades das entidades empregadoras públicas relativamente à obrigatoriedade de garantir formação contínua aos trabalhadores.

Por sua vez, o Decreto-Lei n.º 86-A/2016, de 29 de dezembro, que estabelece o Regime da Formação Profissional na Administração Pública (RFP), define a formação profissional como um processo contínuo de aquisição e desenvolvimento de competências, com o objetivo de melhorar o desempenho profissional e promover o desenvolvimento pessoal dos trabalhadores da Administração Pública.

A última revisão do SIADAP, através do Decreto-Lei n.º 12/2024, de 10 de janeiro, sublinha a importância de alinhar as ações de formação com os resultados da avaliação, destacando que as necessidades formativas identificadas durante o processo de avaliação de desempenho devem ser atendidas para garantir o desenvolvimento contínuo dos trabalhadores. Assim, os cursos de formação previstos no PAF estão diretamente relacionados com os resultados da avaliação de desempenho.

Neste contexto, o Plano Anual de Formação para 2025 é construído com base nas disposições legais acima mencionadas, mas também com as novas diretrizes do SIADAP, garantindo que as iniciativas formativas sejam adequadas às necessidades de cada trabalhador, identificadas através dos processos de avaliação de desempenho.

### 3. CONSTRUÇÃO DO PLANO ANUAL DE FORMAÇÃO

A elaboração do PAF para 2025 segue um conjunto de etapas estruturadas para garantir a definição e implementação das ações formativas:

1. **Levantamento de Informação Preliminar** – Análise da documentação oficial disponível, bem como das orientações do Conselho Diretivo do INSA.
2. **Pesquisa Individual** – Aplicação de um inquérito prévio junto dos trabalhadores, com o preenchimento do **Questionário Individual de Diagnóstico de Necessidades de Formação (QDF - DGRH-IM13)** no sistema **SGQ Odoo**, com o objetivo de identificar as necessidades formativas individuais.
3. **Consulta aos Responsáveis das Áreas Transversais** – Recolha das propostas de formação transversal a todos os Departamentos e Direções, utilizando o **DGRH-IM68**, com enfoque na consolidação do Sistema de Gestão da Qualidade, além das normas relevantes no âmbito da Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho.
4. **Processamento da Informação** – A Área de Formação Interna (AFI) organiza os dados recolhidos, a fim de proceder ao seu tratamento de forma a elaborar um Plano de Formação alinhado com as necessidades identificadas.
5. **Validação e Aprovação** – A Direção de Gestão de Recursos Humanos (DGRH) submete o Plano Anual de Formação para aprovação junto ao Conselho Diretivo.
6. **Divulgação** – Após a aprovação, a DGRH promove a divulgação do PAF, disponibilizando o documento na plataforma INSANET para acesso de todos os trabalhadores
7. **Acompanhamento** – A DGRH assegura a monitorização contínua do Plano Anual de Formação, acompanhando a implementação das ações formativas e os resultados alcançados.

#### 4. EXECUÇÃO DO PLANO DE FORMAÇÃO

A Área de Formação Interna (AFI) analisa o Diagnóstico de Necessidades de Formação (DNF) para identificar as ações de formação mais requisitadas pelos colaboradores, além de avaliar os cursos propostos pelas áreas transversais. A AFI prioriza a realização dessas formações nas instalações do INSA ou opta pelos formatos E-learning e B-learning, sempre que as características do curso e a situação o justifiquem.

Após definir o formato, o programa, os objetivos, as datas e os horários das formações, a AFI procede à divulgação das ações através da newsletter "FlashDGRH" e por e-mail (formacao.interna@insa.min-saude.pt).

Com base nas inscrições recebidas, os formandos são selecionados para participar nas ações de formação interna de acordo com os seguintes critérios:

1. A participação em cursos solicitados pelos colaboradores no Diagnóstico de Necessidades de Formação (DNF), com a devida validação pelos Coordenadores/Diretores e que constem no Plano Anual de Formação (PAF) de 2025;
2. A ordem de registo da inscrição, sendo a participação autorizada pelos superiores hierárquicos.

A responsabilidade pela execução de cada ação de formação interna cabe à AFI, que estabelece as diretrizes necessárias e disponibiliza todos os recursos de apoio aos formadores, garantindo a conformidade com as boas práticas na Administração Pública.

Para ações de formação que não possam ser realizadas pela AFI devido à sua especificidade, os colaboradores têm a possibilidade de submeter um Pedido de Autorização de Atividade no Exterior (PAAE) através do software SGQ Odoe, indicando os cursos nas áreas técnicas e científicas que desejam frequentar.

Considerando que o Plano Anual de Formação (PAF) é um documento flexível e passível de ajustes durante o ano, a realização de novas ações de formação pode ser adaptada conforme necessário. Em caso de necessidade de ações adicionais não previstas inicialmente, estas poderão ser implementadas para atender ao desenvolvimento profissional dos colaboradores do INSA.

## 5. REFERENCIAL DE COMPETÊNCIAS PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (RECAP) E O SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO E AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (SIADAP)

O Referencial de Competências da Administração Pública (ReCAP) e o Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho da Administração Pública (SIADAP) são dois pilares fundamentais para o desenvolvimento e a avaliação de desempenho dos colaboradores na Administração Pública. O ReCAP define as competências essenciais, de acordo com o grau de complexidade de cada função, dentro da Administração Pública, enquanto o SIADAP avalia o desempenho do trabalhador, com base em objetivos e competências específicos acordados entre avaliador e avaliado.

Assim, as necessidades de formação e aperfeiçoamento das competências podem ser identificadas com base no desempenho observado, garantindo que os colaboradores frequentem ações de formação mais ajustadas ao desempenho das suas funções.

A AFI colabora diretamente com os avaliadores e com a área responsável pelo SIADAP contribuindo para a implementação do processo. Deste modo, os avaliadores podem identificar os cursos mais adequados para o desenvolvimento das competências de cada trabalhador, garantindo que o desenvolvimento de competências seja orientado pelas avaliações aferidas no âmbito do SIADAP.

Assim, apresenta-se uma lista de cursos que podem ser encontrados no Plano de Formação do INA para 2025, que podem servir de referência aos avaliadores:

Cursos	Competências ReCAP Associadas
➤ Gestão de Projetos na Administração Pública	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Gestão de Projetos;</li> <li>✓ Orientação para Resultados</li> <li>✓ Planeamento e Organização</li> </ul>
➤ Comunicação Institucional e Gestão de Imagem	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Comunicação</li> <li>✓ Gestão de Conflitos</li> <li>✓ Orientação para o Cliente</li> </ul>
➤ Gestão de Pessoas e Desenvolvimento de Equipas	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Gestão de Pessoas</li> <li>✓ Trabalho em Equipa</li> <li>✓ Liderança</li> </ul>
➤ Inovação e Transformação Digital na Administração Pública	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Inovação</li> <li>✓ Gestão da Mudança</li> <li>✓ Tecnologias de Informação</li> </ul>
➤ Negociação e Gestão de Conflitos	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Comunicação</li> <li>✓ Gestão de Conflitos</li> <li>✓ Resolução de Problemas</li> </ul>
➤ Planeamento Estratégico na Administração Pública	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Planeamento e Organização</li> <li>✓ Visão Estratégica</li> <li>✓ Tomada de Decisão</li> </ul>
➤ Legislação e Regulamentação da Administração Pública	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Conhecimento de Processos Administrativos</li> <li>✓ Conformidade Regulatória</li> <li>✓ Análise Crítica</li> </ul>
➤ Gestão da Qualidade e Melhoria Contínua	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Orientação para Resultados</li> <li>✓ Análise e Melhoria de Processos</li> <li>✓ Gestão da Qualidade</li> </ul>
➤ Gestão de Redes e Serviços Públicos	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Gestão de Recursos</li> <li>✓ Planeamento Estratégico</li> <li>✓ Gestão de Redes</li> </ul>
➤ Gestão de Riscos na Administração Pública	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Gestão de Riscos</li> <li>✓ Análise de Situações Complexas</li> <li>✓ Tomada de Decisão</li> </ul>

## 6. PROPOSTAS DE AÇÕES DE FORMAÇÃO INTERNA

Após a análise das necessidades formativas identificadas nos Diagnósticos de Necessidades de Formação (DNF) pelos colaboradores e pelas propostas das áreas transversais, recomenda-se a realização de cursos associados às seguintes áreas temáticas:

1. Desenvolvimento Pessoal;
2. Recursos Humanos;
3. Comunicação;
4. Qualidade;
5. Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho;
6. Tecnologias de Informação;
7. Tecnologias emergentes;
8. Contratação Pública;
9. Outras Áreas Transversais.

6.1. DESENVOLVIMENTO PESSOAL		
<b>LIDERANÇA E GESTÃO DE EQUIPAS</b>		
<b>Objetivo:</b> Promover a melhoria do desempenho organizacional, dotando os formandos com competências diversificadas de liderança e gestão de equipas.		
<b>Duração:</b> 14 h	<b>Regime:</b> Presencial	<b>Nr. de edições:</b> 2   1 Lisboa e 1 Porto
<b>Destinatários:</b> Dirigentes; Técnicos Superiores (TS), Técnicos Superiores de Saúde (TSS), Técnicos Superiores de Diagnósticos e Terapêutica (TSDT), Investigadores e outros.		
<b>PROGRAMAÇÃO NEUROLINGÜÍSTICA (PNL)</b>		
<b>Objetivo:</b> Otimizar os recursos comunicacionais de cada pessoa e melhorar o desempenho profissional.		
<b>Duração:</b> 14 h	<b>Regime:</b> Presencial	<b>Nr. de edições:</b> 2   1 Lisboa e 1 Porto
<b>Destinatários:</b> Dirigentes; Técnicos Superiores (TS), Técnicos Superiores de Saúde (TSS), Técnicos Superiores de Diagnósticos e Terapêutica (TSDT), Investigadores e outros.		
<b>TEAM BUILDING: IMPORTÂNCIA NA MOTIVAÇÃO DAS EQUIPAS</b>		
<b>Objetivo:</b> Desenvolver e treinar as atitudes e competências adequadas para liderar e desenvolver equipa de trabalho/projeto e de gestão e liderança, verdadeiramente eficazes e alinhadas.		
<b>Duração:</b> 14 h	<b>Regime:</b> Presencial	<b>Nr. de edições:</b> 2   1 Lisboa e 1 Porto
<b>Destinatários:</b> Coordenadores dos Departamentos Técnico Científicos (DTC), Diretores dos Serviços de Apoio à Investigação, Gestão e Administração (SAIGA) e Responsáveis áreas de apoio técnico especializado de consultoria ao Conselho Diretivo (CD).		

## 6.2. RECURSOS HUMANOS

### NOVO REGIME DO SIADAP

**Objetivo:** Saber como aplicar corretamente o Sistema Individual de Avaliação de Desempenho na Administração Pública (metodologias e técnicas), reforçando o Papel do Avaliador e Avaliado, tendo em conta o novo regime do SIADAP.

**Duração:** 14 h

**Regime:** Online | Nr. de edições 2

**Destinatários:** Avaliadores e Avaliados

### TECNOLOGIA E GESTÃO DE PESSOAS NA SAÚDE

**Objetivo:** Integrar tecnologia na gestão de recursos humanos

**Duração:** 14 h

**Regime:** Online | Nr. de edições 1

**Destinatários:** Colaboradores do INSA dos DTC, dos SAIGA e das áreas de apoio técnico especializado de consultoria ao Conselho Diretivo

### GESTÃO DE MUDANÇAS E INOVAÇÃO NA SAÚDE

**Objetivo:** Preparar líderes e equipas para gerir as mudanças e inovações na área da saúde.

**Regime:** Online | Nr. de edições 1

**Destinatários:** Colaboradores do INSA dos DTC, dos Serviços de Apoio à Investigação, Gestão e Administração (SAIGA) e das áreas de apoio técnico especializado de consultoria ao Conselho Diretivo.

### TRAMITAÇÃO DO PROCEDIMENTO CONCURSAL DE PESSOAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**Objetivo:** Dotar os participantes dos conhecimentos necessários à tramitação dos procedimentos concursais comuns, de acordo com a legislação em vigor e em articulação com o Código do Procedimento Administrativo, subsidiariamente aplicável, a estes procedimentos.

**Regime:** Online | Nr. de edições: 1

**Destinatários:** todos os elementos de júri de procedimentos

## 6.3. COMUNICAÇÃO

### COMUNICAÇÃO E INTERAÇÃO COM OS MEDIA

**Objetivo:** Facilitar as relações dos formandos com os jornalistas dos diferentes meios, assegurando o rigor da comunicação, quer quando são os jornalistas a pedir esclarecimentos sobre qualquer questão de atualidade, quer quando é a instituição a tomar a iniciativa de divulgar elementos informativos, entendidos como de interesse público.

**Duração:** 14 h

**Regime:** Presencial

**Nr. de edições:** 1 Lisboa

**Destinatários:** TS; TSS, TSDT, Investigadores e outros

COMUNICAÇÃO E PLATAFORMAS DE APRESENTAÇÃO		
<b>Objetivo:</b> Melhorar a gestão e condução/moderação de reuniões, workshops, ações de formação e palestras.		
<b>Duração:</b> 14 h	<b>Regime:</b> Online	<b>Nr. de edições:</b> 1 Lisboa   Porto
<b>Destinatários:</b> Dirigentes; TS, TSS, TSDT, Investigadores e outros		

#### 6.4. QUALIDADE

CALIBRAÇÃO/VERIFICAÇÃO INTERMÉDIA DE MICROPIPETAS		
<b>Objetivo:</b> Sensibilizar para uma adequada utilização, manutenção e calibração/verificação das micropipetas.		
<b>Duração:</b> 14 h	<b>Regime:</b> Presencial	<b>Nr. de edições:</b> 1 Lisboa   1 Porto
<b>Destinatários:</b> Dirigentes; TS, TSS, TSDT, Investigadores e outros		

ANÁLISE DE RISCO (NP EN ISO/IEC 17025:2018)		
<b>Objetivo:</b> Identificar e conhecer os requisitos da norma NP EN ISO/IEC 17025:2018 relacionados com a gestão de riscos e oportunidades.		
<b>Duração:</b> 14 h	<b>Regime:</b> Presencial	<b>Nr. de edições:</b> 1 Lisboa   1 Porto
<b>Destinatários:</b> Dirigentes; TS, TSS, TSDT, Investigadores e outros		

NORMA NP EN ISO 17025:2018		
<b>Objetivo:</b> Dotar os formandos de conhecimentos sobre a norma NP EN ISO/IEC 17025:2018 no âmbito de laboratórios de ensaio e calibração.		
<b>Duração:</b> 14 h	<b>Regime:</b> Presencial	<b>Nr. de edições:</b> 1 Lisboa   1 Porto
<b>Destinatários:</b> Dirigentes; TS, TSS, TSDT, Investigadores e outros		

CURSO AUDITORIA PARA AUDITADOS		
<b>Objetivo:</b> Dotar os participantes de comportamentos, de atitudes, de procedimentos e de boas práticas ajustados aos processos de auditoria.		
<b>Duração:</b> 07h	<b>Regime:</b> Presencial	<b>Nr. de edições:</b> 1 Lisboa   1 Porto
<b>Destinatários:</b> Dirigentes; TS, TSS, TSDT, Investigadores e outros		

ATUALIZAÇÃO DA NORMA NP EN ISO 15189:2022		
<b>Objetivo:</b> Analisar os requisitos da nova versão da Norma e respetivo processo de implementação.		
<b>Duração:</b> 14 h	<b>Regime:</b> Presencial	<b>Nr. de edições:</b> 1 Lisboa   1 Porto
<b>Destinatários:</b> Dirigentes; TS, TSS, TSDT, Investigadores e outros		

METROLOGIA – GESTÃO DO EQUIPAMENTO INSA		
<b>Objetivo:</b> Dar a conhecer aos formandos o papel da metrologia nos equipamentos de saúde, os ganhos da metrologia em saúde e as normas relevantes.		
<b>Duração:</b> 14 h	<b>Regime:</b> Presencial	<b>Nr. de edições:</b> 1 Lisboa   1 Porto
<b>Destinatários:</b> Dirigentes; TS, TSS, TSDT, Investigadores e outros		

## 6.5. SEGURANÇA, HIGIENE E SAÚDE NO TRABALHO

PRIMEIROS SOCORROS		
<b>Objetivo:</b> Habilitar os formandos com os conhecimentos teóricos e práticos que lhes permitam prestar a primeira assistência a sinistrados.		
<b>Duração:</b> 14 h	<b>Regime:</b> Presencial	<b>Nr. de edições:</b> 1 Lisboa   1 Porto
<b>Destinatários:</b> todas as carreiras		

EVACUAÇÃO DE EDIFÍCIOS		
<b>Objetivo:</b> Dotar os formandos de conhecimentos de teóricos e práticos que lhes permitam atuar na evacuação de edifícios.		
<b>Duração:</b> 07 h	<b>Regime:</b> Presencial	<b>Nr. de edições:</b> 1 Lisboa   1 Porto
<b>Destinatários:</b> todas as carreiras		

SUPORTE BÁSICO DE VIDA COM DESFIBRILHAÇÃO AUTOMÁTICA EXTERNA - SBV/DAE		
<b>Objetivo:</b> Adquirir competências que lhe permitam realizar corretamente manobras de SBV com utilização de um Desfibrilhador Automático Externo (DAE), numa vítima em paragem cardiorrespiratória.		
<b>Duração:</b> 14 h	<b>Regime:</b> Presencial	<b>Nr. de edições:</b> 1 Lisboa   1 Porto
<b>Destinatários:</b> todas as carreiras (preferencialmente: Enfermeiros, TSS, TS E TSDT)		

EQUIPAS DE PRIMEIRA INTERVENÇÃO PARA RESPOSTA À EMERGÊNCIA		
<b>Objetivo:</b> Dotar os formandos de conhecimentos de teóricos e práticos de combate a incêndios em edifícios/instalações recorrendo a equipamentos de primeira intervenção, conforme previsto no regime jurídico de SSIE.		
<b>Duração:</b> 14h	<b>Regime:</b> Presencial	<b>Nr. de edições:</b> 1 Lisboa   1 Porto
<b>Destinatários:</b> todas as carreiras		

AVALIAÇÃO DE RISCOS FÍSICOS, QUÍMICOS E BIOLÓGICOS		
<b>Objetivo:</b> Habilitar os formandos de conhecimentos básicos dos riscos inerentes ao posto de trabalho.		
<b>Duração:</b> 07h	<b>Regime:</b> Presencial	<b>Nr. de edições:</b> 1 Lisboa   1 Porto
<b>Destinatários:</b> todas as carreiras		

COMBATE A INCÊNDIOS COM EXTINTORES		
<b>Objetivo:</b> Habilitar os formandos de conhecimentos teóricos e práticos que lhes permitam intervir no combate a incêndios.		
<b>Duração:</b> 07h	<b>Regime:</b> Presencial	<b>Nr. de edições:</b> 1 Lisboa   1 Porto
<b>Destinatários:</b> todas as carreiras		

## 6.6. TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO

EXCEL – NÍVEL INICIAL		
<b>Objetivo:</b> Capacitar os formandos com conhecimentos que permitam a utilização das principais funcionalidades da folha de cálculo, desde a sua criação, edição e formatação, até à paginação e impressão, incluindo a criação e formatação de gráficos simples.		
<b>Duração:</b> 14h	<b>Regime:</b> Online	<b>Nr. de edições:</b> 1 Lisboa e Porto
<b>Destinatários:</b> todas as carreiras		

EXCEL – NÍVEL INTERMÉDIO		
<b>Objetivo:</b> Reciclar e aperfeiçoar os conhecimentos das principais funcionalidades da folha de cálculo Microsoft Excel, incluindo a utilização das fórmulas e funções mais usuais, formatação da folha, paginação e impressão, criação e formatação de gráficos, bem como ordenação e filtro de listas de dados.		
<b>Duração:</b> 14h	<b>Regime:</b> Online	<b>Nr. de edições:</b> 2 Lisboa e Porto
<b>Destinatários:</b> todas as carreiras		

EXCEL – NÍVEL AVANÇADO		
<b>Objetivo:</b> Abordar as funções e ferramentas mais avançadas de visualização, formatação, cálculo e análise de dados bem como automatização de tarefas.		
<b>Duração:</b> 14h	<b>Regime:</b> Online	<b>Nr. de edições:</b> 2 Lisboa e Porto
<b>Destinatários:</b> todas as carreiras		

## 6.7. TECNOLOGIAS EMERGENTES

### INTRODUÇÃO À INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

**Objetivo:** Capacitar aos formandos do INSA uma compreensão básica dos conceitos, técnicas e aplicações da IA, capacitando-os a aplicar esses conhecimentos em projetos práticos de investigação, projetos e na resolução de problemas do mundo real.

**Duração:** 14h      **Regime:** Online      **Nr. de edições:** 1 Lisboa e Porto

**Destinatários:** Colaboradores do INSA dos DTC, dos SAIGA e das áreas de apoio técnico especializado de consultoria ao Conselho Diretivo.

## 6.8. CONTRATAÇÃO PÚBLICA

### CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS

**Objetivo:** Dotar os formandos da capacidade de instruir, em toda a sua extensão, contratos e processos no âmbito das compras públicas.

**Duração:** 14h      **Regime:** Online | **Nr. de edições** 1 Lisboa e Porto

**Destinatários:** todas as carreiras

## 6.9. OUTRAS ÁREAS TRANSVERSAIS

### REGULAMENTO DE PROTEÇÃO DE DADOS

**Objetivo:** Dotar os formandos acerca da legislação atualizada sobre a proteção de dados.

**Duração:** 03h      **Regime:** Online | **Nr. de edições** 1 Lisboa e Porto

**Destinatários:** todos os trabalhadores do INSA

### ÉTICA E CONFIDENCIALIDADE DA INFORMAÇÃO DO UTENTE

**Objetivo:** Dotar os formandos com os conhecimentos atualizados sobre o Código de Ética e Conduta Profissional, incluindo as alterações implementadas em 2022, capacitando-os na compreensão e aplicação prática da Política de Prevenção e Gestão de Conflito de Interesses.

**Duração:** 03h      **Regime:** Online | **Nr. de edições** 1 Lisboa e Porto

**Destinatários:** todos os trabalhadores do INSA

ÉTICA E PLANO DE PREVENÇÃO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS	
<p><b>Objetivo:</b> Em cumprimento do nº 1 do artigo 5.º do Regime geral da prevenção da corrupção aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro, a formação incidirá sobre Ética e Conduta Profissional; Conflito de Interesses; Acumulação de Funções e Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas.</p>	
<b>Duração:</b> 03h	<b>Regime:</b> Online   Nr. de edições 1 Lisboa e Porto
<b>Destinatários</b> todos os trabalhadores do INSA	
IGUALDADE DE GÉNERO E DE OPORTUNIDADES	
<p><b>Objetivo:</b> Compreender os mecanismos que produzem as situações de desigualdade e definir estratégias de mudança no contexto familiar, pessoal e profissional, promovendo a igualdade de género e de oportunidades por forma a contribuir para a inversão de trajetórias de exclusão social.</p>	
<b>Duração:</b> 03h	<b>Regime:</b> Online   Nr. de edições 1 Lisboa e Porto
<b>Destinatários</b> todos os trabalhadores do INSA	

## 7. MONITORIZAÇÃO DO PLANO ANUAL DE FORMAÇÃO

A monitorização do PAF será objeto de sessões de trabalho de carácter interno da AFI nas quais, se procede ao controlo dos indicadores de referência, tais como:

- Ações de Formação programadas;
- Percentagem de ações de formação previstas no Plano Anual de Formação que se venham a concretizar;
- Percentagem de ações de formação realizadas que não constam do PAF;
- Percentagem da utilização da verba disponível para formação por Departamento/Direção;
- Número e percentagem de colaboradores do INSA que participaram em iniciativas de formação;
- Média de horas de formação realizada por colaborador do INSA;
- Média de custos por colaborador participante em ações de formação.

## 8. GESTÃO DE RECURSOS

O PAF abrange uma diversidade de ações de formação, incluindo cursos, seminários, jornadas, conferências, workshops e outros, com o objetivo de promover a atualização do conhecimento, bem como o desenvolvimento das competências essenciais para um melhor desempenho dos trabalhadores.

Considera-se que, para garantir uma gestão mais eficiente dos recursos financeiros alocados à atividade formativa é essencial adotar medidas que rentabilizem os custos. Assim, e para alcançar este objetivo propõe-se:

- ✓ **Maximização de recursos:** criação de uma bolsa de formadores internos nas áreas das tecnologias de informação, nas áreas técnico-científicas e noutras consideradas relevantes para o INSA;
- ✓ **Distribuição das verbas atribuídas para a atividade formativa:** garantir que as verbas alocadas à formação sejam distribuídas de forma equilibrada entre os Departamentos e os respetivos colaboradores;
- ✓ **Origem das fontes de financiamento:** O financiamento da Formação provém do orçamento atribuído a cada Departamento, das receitas geradas pela Área de Oferta Formativa e dos fundos obtidos através de projetos de investigação. Sempre que possível, deve-se privilegiar o recurso a fontes de financiamento externas, como as receitas da Oferta Formativa e os fundos provenientes de projetos.

Para 2025, foram inscritas no Plano Anual de Formação trinta ações que abrangem nove áreas formativas e, ainda, dez atividades que promovem o reforço de competências enquadradas no Referencial de Competências da Administração Pública.

Deste modo, pretende-se promover o desenvolvimento das competências dos colaboradores, alinhando as necessidades de formação com uma gestão financeira eficiente e uma clara orientação para a rentabilização dos custos.

## 9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os Recursos Humanos são, sem dúvida, um dos ativos mais valiosos de uma organização que pretende ser moderna, eficiente e adaptada às exigências de um mundo em constante mudança. No INSA, a formação contínua dos seus trabalhadores é vista como uma prioridade estratégica, alinhada com a missão de excelência na prestação de serviços à sociedade. A formação não é apenas uma ferramenta para garantir a atualização de conhecimentos técnicos, mas também uma oportunidade para o desenvolvimento de competências comportamentais e de gestão, fundamentais para o cumprimento dos objetivos institucionais. Ao investir na formação, o INSA assegura que os seus colaboradores se mantêm motivados, qualificados e preparados para enfrentar os desafios que surgem com a constante evolução das suas áreas de atuação, como a vigilância em saúde, a investigação científica e a promoção da saúde pública, entre outras.

O Plano Anual de Formação (PAF) para o ano de 2025 reflete este compromisso com o desenvolvimento contínuo dos Recursos Humanos e está totalmente alinhado com os princípios da qualidade, da transparência e da gestão partilhada que orientam a administração pública. A publicação do PAF no INSANET é uma demonstração da transparência do processo, promovendo a responsabilização de todos os envolvidos, inclusive os próprios colaboradores, que se tornam ativos no seu processo de aprendizagem e desenvolvimento.

Em suma, o PAF 2025 além de proporcionar uma formação técnica, inclui também o desenvolvimento de competências transversais, essenciais para o bom funcionamento da organização, como a ética profissional, a liderança, a comunicação eficaz e a gestão de conflitos. Estas áreas, de extrema relevância no contexto da Administração Pública, não só fortalecem o desempenho individual, mas também criam uma cultura organizacional mais coesa e orientada para os resultados. Ao integrar estes princípios no PAF, o INSA mostra que a formação é, acima de tudo, uma estratégia fundamental para a modernização e a eficácia do serviço público. Assim, o INSA não só investe no crescimento pessoal de cada colaborador, mas também no fortalecimento das suas capacidades coletivas, o que, em última instância, contribui para a melhoria da qualidade dos serviços prestados à sociedade.

## 6.9. SIGLAS

ACSS	Administração Central do Sistema de Saúde
AEQ	Avaliação Externa da Qualidade Laboratorial
AME	Atrofia Muscular Espinal
AOF	Área da Oferta Formativa
APDO	Área do Planeamento Estratégico e Desenvolvimento Organizacional
BIBL	Área da Biblioteca da Saúde
CAI	Área de Controlo e Auditoria Interna
CD	Conselho Diretivo
CEVDI	Centro de Estudos de Vetores e Doenças Infeciosas Doutor Francisco Cambournac
CMRE	Comunicação, Marketing e Relações Externas
COSI Portugal	Sistema de Vigilância do Estado Nutricional Infantil
COVID-19	Doença infecciosa provocada pelo vírus SARS-CoV-2
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CSPGF	Centro de Saúde Pública Doutor Gonçalves Ferreira
DAN	Departamento de Alimentação e Nutrição
DDI	Departamento de Doenças Infeciosas
DEP	Departamento de Epidemiologia
DG ECHO	<i>European Civil Protection and Humanitarian Aid Operations</i>
DGH	Departamento de Genética Humana
DGO	Direção-Geral do Orçamento
DGRH	Direção de Gestão de Recursos Humanos
DGS	Direção-Geral da Saúde
DPS	Departamento de Promoção da Saúde e Prevenção de Doenças não Transmissíveis
DRF	Direção de Gestão de Recursos Financeiros
DRT	Direção de Gestão de Recursos Técnicos
DSA	Departamento de Saúde Ambiental
DTC	Departamentos Técnico-Científicos
ECDC	Centro Europeu de Prevenção e Controlo das Doenças / <i>European Centre for Disease Prevention and Control</i>
EIDR	Estratégia Integrada para as Doenças Raras
EQALM	<i>European Quality Association of Laboratory Medicine</i>

EURL	Laboratórios de referência europeus
FCT	Fundação para a Ciência e a Tecnologia
GAI	Área de Apoio à Investigação
GQ	Área da Qualidade
HERA	<i>Health Emergency Preparedness and Response Authority</i>
I&D	Investigação e Desenvolvimento
I&D+i	Investigação e Desenvolvimento e Inovação
INA	Instituto Nacional de Administração
INSA	Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge
INSALab	Sistema de Informação para a Gestão de Processos e Procedimentos Laboratoriais do INSA
IPAC	Instituto Português de Acreditação
IPQ	Instituto Português da Qualidade
LAD	Laboratório de Análises de Dopagem
LRSP	Laboratórios Regionais de Saúde Pública
MARA	Mapa anual consolidado de recrutamentos autorizados
MuS	Museu da Saúde
NA	Não aplicável
ND	Não disponível
NGS	Sequenciação de nova geração / <i>Next-Generation Sequencing</i>
OE	Objetivos Estratégicos
OMS / WHO	Organização Mundial de Saúde / <i>World Health Organization</i>
OOp	Objetivos Operacionais
PAF	Plano Anual de Formação
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PESTAL	Acrónimo para políticos, económicos, sociais, tecnológicos, ambientais e legais
PHEPA	<i>Public Health Emergency Preparedness Assessments</i>
PNAEQ	Programa Nacional de Avaliação Externa da Qualidade
PNDO	Programa Nacional para as Doenças Oncológicas
PNDR	Programa Nacional para as Doenças Respiratórias
PNES	Programa Nacional de Eliminação do Sarampo
PNHV	Programa Nacional para as Hepatites Virais
PNISTVIH	Programa Nacional para as Infecções Sexualmente Transmissíveis e Infecção por VIH

PNPA	Programa Nacional para a Prevenção de Acidentes
PNPAS	Programa Nacional para a Promoção da Alimentação Saudável
PNPCT	Programa Nacional para a Prevenção e Controlo do Tabagismo
PNRN	Programa Nacional de Rastreio Neonatal
PNS	Plano Nacional de Saúde
PNSSR	Programa Nacional da Saúde Sexual e Reprodutiva
PNT	Programa Nacional para a Tuberculose
PNV	Programa Nacional de Vacinação
PNVGR	Programa Nacional de Vigilância da Gripe e outros Vírus Respiratórios
PPCIRA	Programa de Prevenção e Controlo de Infecções e de Resistência aos Antimicrobianos
PPGRCIC	Plano de Prevenção de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas
PRR	Plano de Recuperação e Resiliência
PT	Postos de trabalho
PVNPC	Programa de Vigilância Nacional da Paralisia Cerebral
QUAR	Quadro de Avaliação e Responsabilização
REABIT	Projeto de Reabilitação de Infraestruturas e Equipamentos
REVIVE	Vigilância entomológica e monitorização dos agentes infecciosos transmitidos por vetores
RHV	Sistema de Gestão de Recursos Humanos
RSV	Vírus sincicial respiratório
SARI	Infeções respiratórias agudas graves
SEAP	Secretaria de Estado da Administração Pública
SGMS	Secretaria-Geral do Ministério da Saúde
SGQ	Sistema de Gestão da Qualidade
SIADAP	Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública
SIADAP1	Subsistema de Avaliação do Desempenho dos Serviços da Administração Pública
SNS	Serviço Nacional de Saúde
SPMS	Serviços Partilhados do Ministério da Saúde
<i>Stakeholders</i>	Partes Interessadas
SWOT	Acrónimo para ( <i>strengths</i> ) forças, ( <i>weaknesses</i> ) fraquezas, ( <i>opportunities</i> ) oportunidades e ( <i>threats</i> ) ameaças
USS	Unidades de Saúde Sentinela
WADA	Laboratórios da Agência Mundial Antidopagem

### **INSTITUTO NACIONAL DE SAÚDE DOUTOR RICARDO JORGE**

---

Av. Padre Cruz, 1649-016 Lisboa | Portugal

Tel: (+351) 217 519 200

E-mail: [info@insa.min-saude.pt](mailto:info@insa.min-saude.pt)

### **CENTRO DE SAÚDE PÚBLICA DOUTOR GONÇALVES FERREIRA**

---

Rua Alexandre Herculano, n.º 321, 4000-055 Porto | Portugal

Tel: (+351) 223 401 100

E-mail: [inforporto@insa.min-saude.pt](mailto:inforporto@insa.min-saude.pt)

### **CENTRO DE ESTUDOS DE VETORES E DOENÇAS INFECCIOSAS DOUTOR FRANCISCO CAMBOURNAC**

---

Av. da Liberdade, n.º 5, 2965-575 Águas de Moura | Portugal

Tel: (+351) 265 938 290

E-mail: [cevdi@insa.min-saude.pt](mailto:cevdi@insa.min-saude.pt)

### **LABORATÓRIO DE ANÁLISES DE DOPAGEM**

---

Av. Prof. Egas Moniz, Estádio Universitário, 1600-190 Lisboa | Portugal

Tel: (+351) 210 540 360

E-mail: [lad@insa.min-saude.pt](mailto:lad@insa.min-saude.pt)

[www.insa.min-saude.pt](http://www.insa.min-saude.pt)